



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1769/13	DATA: 24/10/2013
INÍCIO: 09h24min	TÉRMINO: 14h18min	DURAÇÃO: 04h54min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h54min	PÁGINAS: 99	QUARTOS: 59

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GILBERTO MARQUES DE SÁ - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Betim, Estado de Minas Gerais.
MARIA TEREZA LARA - Deputada Estadual por Minas Gerais.
TALLES ANDRADE DE SOUZA - Coordenador Especial de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Defesa Social — SEDS.
EUTAIR ANTÔNIO DOS SANTOS - Vereador, Presidente da Comissão de Assistência Social da Câmara Municipal de Betim, Estado de Minas Gerais.
VINÍCIUS BRAGA SARAIVA RESENDE - Vereador, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude da Câmara Municipal de Betim, Estado de Minas Gerais.
ROGER LIMA DE MOURA - Delegado de Polícia Federal.
CRISTINA COELLI CICARELLI MASSON - Delegada da Polícia Civil de Minas Gerais.
MAICON PRATA DA MATA - Advogado.
FLÁVIA GOTELIP CORRÊA VELOSO - Coordenadora do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de Minas Gerais.
ARIANE GONTIJO LOPES LEANDRO - Diretora do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Minas Gerais.
TITO LÍVIO BARICHELLO - Delegado Titular da 3ª Delegacia de Polícia Civil de Betim, Estado de Minas Gerais.
ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Depoente. Empresária do ramo de turismo.
ALEXANDRE CASTIEL AZZI - Depoente.
CLÁUDIA GONÇALVES DENISE GIANI - Depoente.

SUMÁRIO: Oitiva de convidados. Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada em Betim, Estado de Minas Gerais.
Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Há falhas na gravação.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todos. Nós vamos iniciar a nossa audiência. Sou o Deputado Jordy e presido a CPI do Tráfico de Pessoas. Aqui está o Deputado Luiz Couto, Vice-Presidente da Comissão. A nossa assessoria já está a postos.

Gostaria de declarar aberta a 74ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas e consequências e responsáveis, no período compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

A presente reunião destina-se a audiência pública para oitiva de vários convidados e convidadas e tomada de depoimento de alguns convocados.

Antes de fazer a composição da Mesa dos trabalhos, quero dizer a todos da nossa satisfação de estar aqui hoje, em Minas Gerais, no Município de Betim. Agradeço ao nosso anfitrião, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, que nos permite fazer esta audiência nas dependências da Ordem dos Advogados, que tem sido, aliás, uma grande parceira da CPI. O Dr. Marcus Vinícius tem sido extremamente atencioso e parceiro, inclusive com a contribuição de proposições que possam aprimorar a nossa legislação, o nosso ordenamento jurídico na matéria.

Nós deveremos apresentar ao Congresso Nacional um conjunto de propostas ainda no mês de novembro, relativas a mudanças na legislação brasileira no que diz respeito ao Código Penal, ao Código de Processo Penal, à Lei de Migrações, à Lei de Estrangeiros, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ao Marco Civil da Internet. São mudanças que a Comissão quer propor. E a Ordem dos Advogados tem sido extremamente comprometida com esse desafio e tem nos ajudado muito a refletir sobre essas matérias e, inclusive, a sugerir mudanças na lei.

Queria agradecer a todos pela presença. Infelizmente, pelo espaço físico, não sei se a mesa vai comportar todas as pessoas.

Queria registrar — não sei se está presente — a presença do Deputado Estadual Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. *(Pausa.)*

Queria convidar o Dr. Gilberto Marques, da OAB, a se fazer presente aqui conosco. *(Palmas.)*



Queria convidar a Deputada Maria Tereza Lara para também participar da Mesa conosco. (*Palmas.*) Obrigado, Deputada Maria Tereza.

Queria convidar o Sr. Talles Andrade de Souza, Coordenador Especial de Prevenção à Criminalidade, que representa o Dr. Rômulo de Carvalho Ferraz, Secretário de Estado de Defesa Social (*Palmas.*)

Queria convidar o Vereador Eutair dos Santos e o Vereador Vinícius, também aqui de Betim. (*Palmas.*)

Acho que as cadeiras estão afastadas, mas peço às pessoas que foram convidadas que se sintam pertencentes à Mesa, por favor.

Queria convidar o Dr. Delegado da Polícia Federal, Roger Lima de Moura, que representa o Dr. Sérgio Barboza Menezes; a Dra. Cristina Cicarelli, Delegada-Geral da Polícia Civil; e a Dra. Ariane Gontijo, Diretora do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Obrigado pela presença.

Queria registrar a presença também da Sra. Carmen Rocha Dias, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. (*Pausa.*) Não sei se está presente.

A Dra. Flávia Corrêa Veloso, Coordenadora do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, está aqui presente. Muito obrigado.

O Sr. Ricardo Lobato, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Betim e Presidente dos Conselhos Tutelares de Betim, não sei se está presente. (*Pausa.*) Está aqui a Dra. Ana Cristina, que representa o Sr. Ricardo.

Queria registrar a presença do Delegado Tito Barichello.

Queria dizer que a Deputada Maria do Carmo Lara, também ex-Prefeita de Betim, chegou aqui. Para nós, ela continua sendo Deputada Federal, pois fez um belo trabalho. Obrigado também pela presença.

Ao longo da nossa audiência nós vamos registrar e chamar outras pessoas e autoridades presentes. Nós vamos facultar a palavra aos nossos convidados integrantes da Mesa e depois ao público em geral.

Quanto ao objetivo da nossa vinda aqui, estamos, praticamente há 1 ano, com esta CPI da Câmara dos Deputados percorrendo o Brasil inteiro, tentando



compreender melhor a dimensão, a escala, a gravidade e a complexidade desse crime do tráfico humano e as suas diversas modalidades e dimensões.

A nossa convicção absolutamente sólida é de que estamos tratando de uma prática muito mais, infinitamente mais recorrente na sociedade brasileira do que se possa imaginar. Isso talvez não esteja tão evidente, porque é um crime de difícil tipificação, geralmente escondido atrás de uma boa ação. Portanto, se não houver uma cumplicidade sólida com sociedade civil, com as instituições que estejam decididas a fazer esse enfrentamento, não há muita chance de termos sucesso nisso.

O Brasil é subscritor da Convenção de Palermo. O último relatório da ONU indica que essa modalidade criminosa movimentava mais de 30 bilhões de dólares por ano no mundo inteiro, vitimando mais de 3 milhões de pessoas por ano, e que o Brasil está entre os dez países com maior consumo, com maior prática de tráfico de pessoas. Portanto, nós estamos lidando com uma prática criminosa que não é tão episódica, é muito mais recorrente do que nós possamos imaginar.

Esta CPI tem por objetivo, primeiro, tentar ajudar-nos a ter consciência desta realidade. Nós temos que tentar modificar a nossa legislação, que ainda é extremamente obsoleta. E um dos objetivos nossos é, no mês que vem — e todos já estão antecipadamente convidados —, realizarmos um seminário na Câmara dos Deputados, para formalizar a entrega de um relatório parcial com mais de 40 artigos de mudança do nosso Código Penal, do Código de Processo, da Lei de Imigrações, da Lei dos Estrangeiros, do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Marco Civil da Internet.

Estamos tentando atualizar o nosso ordenamento jurídico para o enfrentamento do tráfico de pessoas, numa construção a dezenas de mãos, porque nós temos recebido contribuições do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, da Ordem dos Advogados, da CNBB, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público. Várias organizações, estudiosos e especialistas no assunto têm nos ajudado a apresentar um projeto que imaginamos já esteja minimamente pactuado e, portanto, deva ter uma apreciação célere na Câmara dos Deputados, de tal forma que, no ano que vem, já esperamos ter esse projeto aprovado. Esse seminário vai



concluir as observações e o debate em torno dessas sugestões. É um seminário aberto a qualquer pessoa, e todos são muito bem-vindos.

Ao mesmo tempo, nós estamos também recolhendo depoimentos e produzindo convicção na CPI acerca de casos como este que ocorreu aqui, da adoção ilegal de crianças no Município de Betim. Essa não é uma prática só daqui. Em Minas Gerais, nós também já estivemos investigando o problema da adoção ilegal de órgãos, que é outra modalidade do tráfico de pessoas.

Nós já percorremos 17 Estados brasileiros, investigando coisas relativas ao tráfico de pessoas, tentando fortalecer as redes locais para o enfrentamento do tráfico, até porque é agora que a sociedade e, talvez, o Estado brasileiro têm um pouco mais de construção de consciência coletiva sobre a escala, a dimensão, a recorrência e a complexidade dessa prática criminosa.

Nós esperamos concluir, no ano que vem, os trabalhos desta CPI, com um relatório que possa dar significação a tudo isso que está sendo objeto de investigação ao longo deste 1 ano de trabalho que vimos desenvolvendo.

Nós vamos, agora, facultar a palavra aos nossos convidados. Em seguida, vamos facultar a palavra a todos que dela queiram fazer uso. Ato contínuo, nós vamos ouvir os depoimentos, o que também é um dos objetivos da nossa vinda aqui.

Antes, porém, eu vou passar a palavra ao Deputado Luiz Couto, para fazer suas considerações. Em seguida, falarão nossos convidados.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Bom dia, companheiros e companheiras. Primeiro, também quero dizer da alegria de estarmos aqui e de estarmos nesta CPI investigando uma das questões hoje... Inclusive, o Papa Francisco, durante a Semana Santa, na quinta-feira, disse algo que chamou a atenção: que o tráfico de seres humanos é um dos maiores pecados da humanidade. E é de fato, porque tem gente ganhando dinheiro com a dor, com o sofrimento. Nós estamos investigando porque realmente somos favoráveis à adoção legal que siga toda a tramitação, com o Cadastro Nacional, respeitando todo o processo. E nós estamos investigando também diversos *blogs* e *sites* que estão oferecendo, vão lá fazer campanha para adoção, desrespeitando a própria lei, que diz que deve ser feita dentro do Cadastro Nacional.



Nós verificamos que tem algumas questões emblemáticas. Uma delas foi em Monte Santo, na Bahia, onde diversas crianças foram sequestradas e doadas. E nós conseguimos fazer com que elas pudessem retornar à família.

Outro fato que chama a atenção de todos nós é o tráfico de travestis para outros países. Pessoas são enganadas, ludibriadas, oferecidas para serem modelos, mas, quando chegam nesses países, são exploradas sexualmente, são escravizadas. Então, nesse aspecto, nós estamos verificando que não é algo isolado, ou seja, são quadrilhas organizadas, que têm todo um funcionamento.

É por isso que a primeira questão que nós da CPI estamos propondo é um projeto de lei, com a contribuição de diversos setores, a OAB, o Ministério Público, o Ministério da Justiça. Enfim, nós estamos ouvindo para que possamos melhorar a regulamentação sobre a questão do tráfico, porque hoje a pessoa só pode ser punida por exploração de trabalho escravo ou, então, por exploração sexual. Então, nós queremos efetivamente fazer com que toda a cadeia possa ser responsabilizada e que aqueles que também contribuírem ou mesmo se omitirem diante dessa situação também sejam responsabilizados. A nossa contribuição é nesse sentido.

Aqui nós viemos ouvir. É claro que o mais importante é o direito de cada cidadão apresentar a sua versão, a sua história. Nós queremos assegurar o direito ao contraditório, à livre defesa, à liberdade de você se expressar.

Nesse sentido, a CPI está buscando fazer com que essa chaga que acontece no nosso País seja eliminada, com a qual, infelizmente, muita gente está ganhando dinheiro. São diversas quadrilhas que estão aí, outras com vítima, porque há casos, inclusive, em que as crianças são sequestradas e levadas.

Outro caso é uma ONG que tem no Brasil e nos Estados Unidos, a Limiar. Pelas informações que nós já temos, 1.700 crianças já foram levadas para o exterior. E mais do que isso, num dos casos que conseguimos identificar, cada criança foi vendida por uma faixa de 9 mil dólares. Então, nesse aspecto, nós estamos também indo aos Estados Unidos, para identificar onde essas crianças estão, porque, pelas informações, não há fiscalização, não há controle. Isso prova que nós precisamos trabalhar muito.

No dia 12, vamos ter um seminário, para o qual diversas entidades e pessoas serão convidadas, já para analisar também o projeto que nós vamos apresentar à



Casa, para fazer com que tenhamos uma legislação mais específica para combater essa chaga.

Muito obrigado. Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto.

Nós vamos passar a palavra ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Subseção Betim

O SR. GILBERTO MARQUES DE SÁ - Bom dia a todos. Gostaria de dizer que é um prazer receber os Srs. Deputados nesta Casa. A Ordem dos Advogados do Brasil, como disse o Presidente, Deputado Arnaldo Jordy, na sua essência, defende a vida, defende os direitos humanos. Então, é uma satisfação recebê-los aqui, já destacado o papel da Ordem junto à CPI. Sintam-se à vontade. Desejamos boa sorte e bom trabalho.

Eu não sei todo o teor da conclusão ou das preliminares da CPI, mas eu vejo uma questão importante na legislação brasileira, ou falha dessa legislação: é que cada Estado tem o seu instituto de identificação, cada Estado tem o registro individualizado dos seus moradores. E o Brasil precisa, Deputado, organizar essa situação, porque eu posso ter uma identidade em Minas Gerais, uma identidade em São Paulo, uma identidade na Bahia, e essas informações não se cruzam. Isso dificulta a fiscalização pelas polícias.

Como sugestão — não sei se já foi planejado, se já foi pesquisado isso na CPI —, que a criança, desde quando concebida na maternidade, já saia dali com um documento e que esse documento venha a continuar como identidade a vida toda, ou carteira de motorista, CPF. Enfim, isso aí tenho certeza de que, como em outros países, vai poder fiscalizar melhor e identificar tanto o nosso cidadão natural, o brasileiro, como o estrangeiro que vem para o Brasil. Há uma facilidade de permanência do estrangeiro no Brasil, e a gente tem dificuldade de ir para outros países. Mas aí é só como sugestão.

E desejar a todos um bom trabalho e boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Presidente da OAB.

Nós vamos passar a palavra agora à Dra. Maria Tereza.



A SRA. MARIA TEREZA LARA - Eu quero cumprimentar e agradecer aos Deputados Federais Arnaldo Jordy e Luiz Couto por estar aqui na nossa terra, e com uma tarefa tão importante e necessária de apuração dos fatos.

Eu quero dizer que o que nós queremos é, de fato, que seja profundamente apurado, que prevaleça a justiça e a verdade, que não haja impunidade e, como o senhor disse muito bem, que as pessoas tenham direito a ampla defesa, que prevaleça a verdade, porque o bem maior... a vida e a família são bens de que nós não podemos abrir mão.

Além disso, eu quero cumprimentar, aqui na Mesa, o Dr. Talles, que representa aqui o Dr. Rômulo, Secretário de Defesa Social; toda a equipe que está aqui e também as autoridades presentes, na pessoa dele, delegados, ex-Prefeita e equipe lá da SEDS, na ação também de combate ao tráfico de pessoas — são pessoas muito atuantes; os Vereadores aqui, Eutair e Dr. Vinícius; e também... deixei o Dr. Gilberto, da OAB, por último. Eu também, publicamente, aqui, concordo com o senhor, que a OAB também em Betim é muito atuante, é parceira no combate árduo a qualquer tipo de não respeito aos direitos. Eu quero dizer isso.

Então, a nossa presença aqui, tanto os Vereadores do Legislativo Municipal quanto nós lá no Estado... dizendo que a Assembleia de Minas está aberta e conta com os senhores. E contem conosco. Que a gente possa somar esforços!

Quero parabenizar todas as pessoas que vieram aqui hoje — está aqui o Dr. Maicon também, da OAB, nosso amigo. Isso significa que as pessoas realmente querem ser solidárias e estão preocupadas, para que a nossa cidade possa esclarecer esses fatos. E nós queremos agradecer muitíssimo. Com certeza, a presença da Câmara Federal nos ajuda muito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputada Maria Tereza.

Nós vamos passar a palavra agora ao Dr. Talles Andrade de Souza, que é Coordenador Especial de Prevenção à Criminalidade.

O SR. TALLES ANDRADE DE SOUZA - Bom dia, senhores e senhoras! Na pessoa do Deputado Arnaldo Jordy, eu cumprimento todos os ilustres representantes da Mesa e aproveito já para parabenizar pela abertura desse



espaço. Eu acho que todos os espaços onde nós podemos inserir numa pauta pública a temática do enfrentamento ao tráfico de pessoas são necessários e muito bem-vindos.

Como o senhor muito bem colocou, ainda se trata de um crime invisível, complexo, de difícil tipificação, cujos autores são redes muito bem organizadas, redes criminosas. Então, é fundamental, ainda que através de casos concretos... Eu acho que é justamente através de casos concretos que todas as instituições competentes e também a sociedade podem compreender melhor esse crime e aperfeiçoar seu enfrentamento.

Eu estou aqui representando o Dr. Rômulo em razão de que hoje o enfrentamento ao tráfico de pessoas, no âmbito da Secretaria de Estado de Defesa Social, foi elogiado na Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade.

Desde 2003, a Secretaria de Defesa Social — juntamente com as demais macroáreas, as Subsecretarias de Administração Prisional, medidas socioeducativas, a avaliação e integração do sistema de defesa social —, desde 2003, tem, dentro desse sistema de defesa social, uma política de prevenção que trabalha com egressos do sistema prisional, com penas e medidas alternativas, com jovens e moradores de área de maior concentração de crimes violentos, como o Fica Vivo e o Mediação de Conflitos. E, desde 2011, em parceria com a Secretaria Nacional de Justiça, a agenda do tráfico de pessoas também integra essa Coordenadoria de Prevenção, vem somar esforços dentro de uma perspectiva de um novo paradigma de discutir segurança pública e prevenção à criminalidade. Para além da fundamental necessidade de qualificar a repressão a esses crimes, também é necessário pensar o viés da proteção social, da prevenção, pensar as causas.

Então, alinhada ao Governo Federal, alinhada a essa parceria com a Secretaria Nacional de Justiça, a Secretaria de Defesa Social, por meio do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, atua em três eixos: o eixo da prevenção, pensando na importância de campanhas que esclareçam, que discutam o tema do tráfico de pessoas com a sociedade e com as instituições, a necessidade de diagnósticos e pesquisas...

Sempre que tem acesso a alguns números de algumas instituições, a alguns dados, a gente já fica espantado com a quantidade e com a elevação desses



números. Mas a gente desconfia ainda que está vendo a ponta de um *iceberg*. Eu acho que, quando as instituições estiverem falando mais a mesma língua, estando alinhadas conceitualmente e compartilhando mais os dados, a gente vai descobrir que os números são maiores ainda.

Temos trabalhado, nesse eixo da prevenção, também com capacitações com representantes dos Poderes Municipais, com as políticas municipais, com as políticas estaduais, com os órgãos do sistema de Justiça Criminal. Tem sido fundamental.

O eixo da atenção. Hoje nós já temos um Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas implantado no Estado de Minas Gerais. Hoje a nossa sede é na Praça Sete, Edifício BEMGE, 12º andar, onde nós temos uma equipe de gestores sociais, de técnicos sociais, que estão ali para fazer o atendimento a essas vítimas, empoderar essas vítimas, trazer esclarecimentos, informações necessárias para que elas também possam acessar e ter condições de dialogar com o sistema de Justiça Criminal e, principalmente, para que elas possam ser encaminhadas para os atendimentos das necessidades que elas trazem, porque normalmente apresentam uma série de vulnerabilidades sociais que as deixaram mais expostas ao crime do tráfico de pessoas.

E é fundamental destacar hoje a existência, já consolidada, de um Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Hoje, em Minas, nós já temos 23 instituições que se reúnem mensalmente para discutir o tráfico de pessoas, para discutir e pensar estratégias de enfrentamento. Então, várias temáticas, como tráfico para fins de exploração sexual, para fins de exploração laboral, para adoção ilegal, para remoção de órgão... Então, essas temáticas têm entrado na pauta desse Comitê.

No Comitê, nós temos instituições do sistema de Justiça Criminal; Polícia Civil, está ali a Dra. Cristina; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Ministério Público Estadual; Ministério Público Federal; Defensoria Pública Federal, Estadual; nós temos Secretaria de Defesa Social; Secretaria de Desenvolvimento Social; Secretaria de Educação; Secretaria de Cultura; Secretaria de Turismo; Secretaria da Copa do Mundo; representantes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Polícia Militar. Vou esquecer, são 23 instituições. Secretaria de Saúde. A representante do



Comitê também está presente. É uma série de instituições. Poder Judiciário, tanto o Estadual quanto o Federal; Ministério Público Federal; Ministério do Trabalho e Emprego.

Então, são instituições fundamentais, tanto do eixo da repressão quanto do eixo da proteção social, porque é fundamental a proteção social. E é também uma das razões pelas quais essa temática está dentro da Coordenadoria de Prevenção, porque, paralelamente ao enfrentamento, à repressão qualificada ao crime, é fundamental também a intervenção com as vítimas, para que não haja uma revitimização e para que elas consigam romper esse ciclo. Então, tem que ser um trabalho coletivo.

Então, Minas, de alguma forma, tem buscado esse alinhamento e tem buscado, através de suas instituições, estratégias de enfrentamento. O próximo passo do Comitê é a participação da sociedade civil organizada. O decreto já foi encaminhado, está sendo encaminhado pela Casa Civil para a Assembleia Legislativa, para que a gente possa regularizar, legalizar e oficializar a atuação, fortalecer ainda mais esse Comitê. Então, é fundamental esse trabalho, que tem sido realizado com muita competência e profissionalismo por todos esses integrantes.

Mais uma vez, então, finalizando, eu agradeço esta oportunidade. E eu tenho certeza de que, através de um estudo, de uma leitura, de uma análise desses casos concretos, a gente sai mais fortalecido para o enfrentamento do tráfico de pessoas. E eu estou aqui à disposição para colaborar — a Ariane, a Diretora do Programa de Enfrentamento ao Tráfico, e a Flávia Gotelip, que é a Coordenadora do Programa, trarão mais elementos, tanto do caso que é a razão pela qual a gente inicia, traz essa pauta hoje para o Município de Betim... — e poder falar um pouco mais também do trabalho que está sendo realizado.

Eu agradeço, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dr. Talles, pelas suas considerações.

Vou passar a palavra agora ao Vereador Eutair dos Santos para fazer as suas considerações.

O SR. EUTAIR ANTÔNIO DOS SANTOS - Bom dia a todos! Quero cumprimentá-los e agradecer a presença aqui dos Deputados Arnaldo, Luiz Couto,



da nossa Deputada Maria Tereza, do Dr. Gilberto, do Dr. Talles, do Dr. Vinícius, nosso Vereador, dos demais representantes de órgãos públicos. Nós agradecemos muito a presença do senhor e desejamos um bom trabalho hoje.

Nós temos acompanhado, na Câmara Municipal, o fato de Betim. Nós temos grande interesse em que ele seja elucidado. Acho que a polícia tem feito um trabalho rigoroso, muito benfeito. E nós esperamos que realmente seja elucidado, que possamos ver esclarecido esse fato em nossa cidade; se procede, que as pessoas possam responder; se não procede, que essas pessoas sejam inocentadas, porque vivem um constrangimento muito grande na cidade.

Então, a presença de vocês é muito importante, vai contribuir para o debate, a discussão, e o esclarecimento. E espero que a CPI possa trazer bons resultados, uma boa legislação, para evitar que fatos como esses aconteçam pelo Brasil afora.

Muito obrigado pela presença dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Vereador Eutair.

Eu passo a palavra agora ao Vereador Vinícius, para fazer as suas considerações.

O SR. VINÍCIUS BRAGA SARAIVA RESENDE - Bom dia a todos! Gostaria de cumprimentar o nosso Deputado Luiz Couto, o Deputado Arnaldo. Sejam bem-vindos a nossa cidade! Cumprimento aqui o Vereador Eutair, Presidente da Comissão de Assistência Social; Maria Tereza, Deputada Estadual; Dr. Talles; Dr. Gilberto de Sá. Eu, como Presidente da Comissão Permanente de Direitos da Criança e do Adolescente, fico muito feliz por estar presente hoje aqui, nesta audiência pública.

Todos nós sabemos que são traficadas milhões de pessoas todo ano, é uma atividade muito lucrativa, estão lucrando bilhões. É uma prática criminosa, além de violar os direitos humanos. Então, é uma prática que tem de ser banida do País, do mundo.

E parabéns à CPI pelo belo trabalho! A Câmara Municipal de Betim está aberta, as Comissões de Direitos da Criança e de Assistência Social, todas as Comissões da Câmara estão abertas para poder ajudar a resolver vários casos que aparecerem em nossa cidade, em nosso Estado.

Obrigado. E parabéns!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Vereador.

Nós vamos facultar a palavra a todas as pessoas que queiram dela fazer uso, para alguma colocação, alguma consideração, e na fase seguinte nós vamos passar para as oitivas, que também é um dos objetivos nossos aqui nesta audiência pública. A palavra, portanto, está franqueada. *(Pausa.)*

Pois não. *(Pausa.)*

O SR. ROGER LIMA DE MOURA - Roger, sou delegado da Polícia Federal, trabalho na Delegacia de Defesa Institucional, que combate o tráfico de pessoas.

Aqui em Minas, as reuniões com o Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas têm sido muito válidas. Nós conseguimos abrir uma porta para que essas denúncias chegassem até a Polícia Federal, que muitas vezes não chegavam, mas ali a pessoa se sente mais à vontade para denunciar, mais amparada do que num ambiente policial. Então, começou a chegar mais *(falha na gravação)* atuar melhor, através do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em pareceria com o Estado. A primeira consideração que eu queria fazer era essa.

A segunda, nós discutimos, até, na última reunião do Comitê, a questão que o Presidente da OAB de Betim falou, a questão do registro de pessoas, e principalmente a questão da... Porque está sendo divulgada, e até por uma questão de cidadania e de inclusão social, a facilitação do registro civil em cartório, registro tardio, tudo isso. Só que isso é uma coisa que não tem um controle efetivo, e isso facilita muito o crime. O registro tardio de crianças... Você vai lá com duas testemunhas e faz um registro tardio, e depois, com esse registro de nascimento, você consegue qualquer outro documento.

E a gente estava até discutindo sobre isso. E isso facilita esse tipo de crime, facilita uma fraude no INSS. Hoje, se a gente for pensar, um dos maiores bancos de dados do Brasil é o INSS. Então, talvez, um registro com um controle biométrico, alguma coisa nesse sentido, com um banco de dados. A própria Polícia Federal já tem hoje o AFIS, que faz um armazenamento biométrico para ter aquele registro único, que está para se aprovar, que é um projeto do Governo Federal, mas que a gente não vê saindo ainda, na prática. Cada Estado ainda faz o registro de carteira de identidade, essas coisas, e isso facilita muito o crime em geral, e principalmente na questão de tráfico de pessoas.



Então, a minha sugestão é a gente bater firme no registro civil único nacional, e com um controle biométrico, também, porque esse controle não só impediria que a pessoa tirasse mais um documento, em mais um lugar, como também outras fraudes, como eu disse, no próprio INSS, que obtivesse mais um benefício, falsificasse documentos para empréstimo bancário, tudo isso. É essa a minha sugestão, tentar fazer o registro único nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não. Obrigado pela sua colocação, Dr. Roger.

A SRA. CRISTINA COELLI CICARELLI MASSON - Bom dia a todos! Eu já fui apresentada, meu nome é Cristina (*pausa*), eu estou representando o Chefe de Polícia, e faço minhas as palavras do Dr. Roger.

Somente para reforçar, estamos à frente do Comitê de Enfrentamento ao Tráfico já há 2 anos. São inúmeros casos, em nível estadual — a nossa competência é estadual —, de duplicidade de registro de nascimento, e a ferramenta utilizada para regularizar o falso parentesco é realmente a modalidade de registro tardio de nascimento.

Nós já estamos catalogando esses diversos casos, alguns já solucionados, um, inclusive, semana passada. Eu tentei fazer um contato com a Ariane, mas não foi possível. E nós já fizemos, na segunda-feira, o encontro da mãe biológica com a filha, depois de 31 anos de afastamento. Então, são inúmeros casos. A facilidade vem através dessa ferramenta do registro tardio de nascimento, que ao mesmo tempo vem para ajudar, mas vem, também, para facilitar o falso parentesco. Eu fiz um contato com o Ministério da Justiça, comunicando este evento, diante da proximidade da Copa do Mundo, e mencionando a facilidade de retirada de uma criança do País através dessa ferramenta.

Então, é só para reforçar quanto à necessidade urgente, emergente, de um registro único de identificação da pessoa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dra. Cristina.

Continua facultada a palavra. (*Pausa.*)

Mais alguém gostaria... Pois não, doutor.



O SR. MAICON PRATA DA MATA - Primeiramente, um bom-dia a todos! Aqueles que não me conhecem, eu sou Maicon Prata, sou advogado de três pessoas que serão ouvidas aqui hoje. Gostaria que todos se sentissem cumprimentados na pessoa do Deputado Arnaldo Jordy, que preside a Mesa aqui hoje.

Como já apresentado aos Deputados aqui presentes, gostaria de informar aos senhores que os meus clientes aqui estão presentes, em compromisso com a verdade dos fatos. E quero ressaltar aqui, de público, que, para todos nós, o maior interesse aqui hoje é, sobretudo, resgatar a dignidade dessas pessoas, que vêm sendo violentamente atacadas no seu íntimo, na sua família e no seu âmago.

E, neste propósito, informo ainda que foi postulada, perante o Supremo Tribunal Federal, uma liminar em *habeas corpus*, que foi deferida a essas pessoas aqui hoje, para que nenhuma forma de arbítrio contra elas fosse cometida. Mas, até pelo andar dos trabalhos, aqui vejo que as pessoas presentes estão muito bem comprometidas, e, ao que nos parece, Deputado Arnaldo Jordy, tenho a certeza de que os trabalhos serão feitos na maior normalidade. E gostaria que assim permanecesse, agradecendo a atenção e a disponibilidade dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dr. Maicon.

Mais alguém gostaria de se manifestar? (*Pausa.*)

Bom, não havendo mais ninguém, nós agradecemos aos nossos convidados e autoridades que fizeram as suas considerações aqui. Nós vamos, por sugestão aqui da nossa Assessoria, desfazer a nossa Mesa, para passar, então, para a segunda fase dos trabalhos, que é a oitiva dos nossos convocados e convidados. Eu agradeço imensamente aos senhores. Vamos só fazer aqui uma mudança de posição. (*Pausa.*)

Eu queria convidar aqui a Dra. Flávia Corrêa Veloso, a Dra. Ariane Gontijo e o Dr. Tito Barichello, Delegado, por favor. (*Pausa.*)

Bom, nós vamos ouvir aqui a Dra. Ariane, a Dra. Flávia. Há algumas pessoas aqui na nossa audiência que já solicitaram... que têm algumas denúncias para fazer, mas querem fazê-las de forma reservada. Então, após esta fase aqui, nós vamos receber essas pessoas para fazerem as suas denúncias em caráter reservado para



a Comissão. E vamos ouvir o Delegado antes de ouvir as pessoas que estão aqui convocadas para prestar a sua oitiva.

Então, eu passo a palavra à Dra. Flávia Veloso.

Eu quero pedir que fique registrada nas notas taquigráficas a solicitação para que os nossos convocados, Sra. Eliane Cristina Gonçalves Figueiredo Azzi, Sr. Alexandre Azzi e Sra. Cláudia Gonçalves, que estão assistidos pelo seu defensor, Dr. Maicon, possam aguardar em uma sala enquanto nós fazemos a oitiva dos nossos... Esta não é a fase de produção de elementos da peça investigatória da CPI. É apenas uma questão de praxe. E que também fique consignada na ata a contrariedade do defensor dos três convocados aqui, dando oportunidade ao Dr. Maicon de fazer a orientação dos seus assistidos, como reza o amplo direito de defesa preconizado pela nossa Constituição, e como lhe foi garantido no *habeas corpus* obtido na data de ontem, de anteontem, no Supremo Tribunal Federal.

Está consignado o registro na ata e nas notas taquigráficas, por gentileza.

A SRA. FLÁVIA GOTELIP CORRÊA VELOSO - Bom dia a todos e a todas. Cumprimento os Deputados, Dr. Arnaldo, Dr. Luiz Couto, e o Sr. Delegado Dr. Tito; Ariane, que está aqui comigo, Diretora do Programa; e, na pessoa do Dr. Talles, todos os presentes aqui neste espaço.

Como já foi adiantado pelo Talles, o Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas é uma política do Estado de Minas com foco nessa temática que aqui estamos debatendo. O Programa possui um núcleo, que é um equipamento público, em parceria com uma OSCIP, o Instituto Elo, que realiza a execução da política de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Estado de Minas Gerais. O núcleo atua recebendo tanto os casos encaminhados pelas redes parceiras quanto por instituições que, ainda que não componham conosco essa rede, passam a integrá-la imediatamente a partir do momento em que nos acionam ou, então, quando nós as provocamos. Esses casos podem chegar a partir de denúncias espontâneas, de contatos por telefone, de um pedido, inclusive, por correspondência, ou a partir de uma demanda presencial espontânea ao equipamento, que fica localizado na Praça Sete.

É importante diferenciar, porque aqui a gente está fazendo uma representação do Programa, que tem esses equipamentos e, vinculado a ele, o



Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Mas nós temos aqui presentes também a Rafaela e a Ana Terra, que são as técnicas sociais desse equipamento, que é o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. E faço esse esclarecimento para os Srs. Deputados porque imagino que já foram em CPIs em outros Estados, e o modelo de Minas é um modelo diferenciado. A gente tem nos demais Estados o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Em Minas, a gente conseguiu integrar, através do Programa, garantindo também a maior institucionalidade da temática dentro da estrutura do Governo de Minas.

É importante ressaltar, muito brevemente, sobre o caso em questão, que o Núcleo tomou conhecimento do caso que está sendo aqui debatido através da imprensa. Foi pela mídia que primeiramente tivemos a notícia dos fatos e, posteriormente, por outros membros do Comitê que vieram nos relatar o que estava acontecendo. Então, começamos um processo, com a própria imprensa, nos jornais impressos locais, para identificar quais eram os atores imediatamente envolvidos, as instituições diretamente envolvidas no caso. Inicia-se, então, um trabalho, a partir dos gestores sociais do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, para mapear essa rede institucional que estava dando suporte ou subsídio ao caso.

Essa é a metodologia de trabalho do Programa. Toda vez que chega um caso ao Programa, articulamos imediatamente todas as instituições parceiras que estão correlacionadas para garantir, em seguida, a devida atenção à vítima.

Então, foram feitos contatos com a Defensoria Pública e com o Ministério Público de Betim e foi realizada também uma reunião com a Diretoria de Direitos Humanos, com a coordenação da abordagem à população de rua e também com a coordenadora local do CREAS, que esteve presente, articulando um encontro para debater com todos os abrigos do Município de Betim o que é a situação do tráfico de pessoas. Também faz parte da metodologia de atuação aproveitar um caso que chega de uma regional para fazer a devida apresentação da política e também para sensibilizar esses atores com relação à temática. Muitas vezes, no caso do Município de Betim, foi importante esse passo para apresentar qual era essa temática e como o Município pode atentar para essa temática de uma forma mais estratégica, para que a gente não fique também só num caso pontual, mas que se



trabalhe, a partir de casos, a prevenção e a capacitação de servidores públicos locais para enfrentar novas situações que possam vir a acontecer.

Essa reunião, também articulada com o gestor social do Núcleo, foi feita com a presença de todos esses representantes do abrigo e dos demais que eu já mencionei. São cinco abrigos localizados no Município de Betim, entre eles o que recebeu a criança relacionada ao caso aqui em questão. E, a partir dessa reunião, foram feitas algumas demandas, como, por exemplo, a de capacitar todos os assistentes sociais do Município de Betim na temática do tráfico de pessoas, capacitação esta que já está em articulação no Município.

Também foi feita outra demanda para conversar com os jovens dos abrigos, evitando, então, numa estratégia de prevenção para que, ao completarem 18 anos e se desvincularem do abrigo, eles também não acabem se tornando pessoas vulneráveis a um possível aliciamento em tráfico de pessoas.

Paralelamente a essa intervenção institucional feita no Município de Betim, a equipe técnica do Núcleo se dirigiu imediatamente ao Município onde hoje se encontra a mãe da criança do fato em questão para fazer uma abordagem, tendendo à demanda dessa senhora, e também para articular todo o equipamento público desse Município para a devida assistência àquela pessoa.

Então, o Programa faz, dentro da sua metodologia... Segundo a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, compete ao Núcleo fazer a atenção à pessoa em situação de tráfico e/ou a seus familiares. Essa atenção é feita com uma escuta qualificada, para identificar as demandas possíveis no caso, e com o devido encaminhamento à rede especializada. Estou fazendo esse esclarecimento porque não é o Núcleo, por exemplo, que faz o acompanhamento psicossocial dessa mãe, mas complete ao Núcleo a devida articulação para que os serviços responsáveis especializados o façam. Então, houve reuniões com o representante da Secretaria Municipal de Assistência Social desse Município onde se encontra a mãe da criança e também o atendimento direto a essa senhora, para identificar quais são as demandas apresentadas por ela. A equipe do Núcleo continua monitorando esse caso, continua em contato com essa senhora e também em contato com as instituições de Betim, para acompanhar o desdobramento do caso.



Só um último esclarecimento: segundo a Política Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas, compete aos Núcleos dos Estados congregar toda informação que se tem sobre casos, para o devido registro e monitoramento dos mesmos. É uma forma de a gente compilar o que se passa nas diversas instituições e ter um único equipamento como uma fonte de acesso seguro e integral dos casos de tráfico de pessoas. Então, também devido a essa orientação da Política Nacional e da Portaria 3.141, do Ministério da Justiça, o Núcleo aciona, acionou e vem acionando esses equipamentos para garantir esse devido monitoramento e registro.

Estou aberta para outros esclarecimentos. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigada, Dra. Flávia.

Passo a palavra à Dra. Ariane Gontijo, Diretora do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

A SRA. ARIANE GONTIJO LOPES LEANDRO - Bom dia a todos e a todas. Minha voz é mais grave. Queria agradecer, inicialmente, ao Presidente da CPI, Deputado Arnaldo Jordy, e ao Deputado Luiz Couto por essa mais do que iniciativa, pela tentativa de manter o espaço do Legislativo e abrir outras possibilidades de reforma ou mesmo de reflexão de uma política que vem há pouco tempo sendo desenvolvida no País. Então, agradeço por essa iniciativa e coloco, mais uma vez, como já foi exposto pelo Dr. Talles, Minas Gerais à disposição de outras audiências da CPI, para que a gente possa caminhar mais nessas questões no Estado.

Agradeço ao Delegado, Dr. Tito, que nos atendeu rapidamente. Pudemos, a partir do Dr. Tito, ter um diálogo mais claro sobre todo esse processo e sobre como chegar às partes envolvidas. Eu não vou ressaltar o que a Flávia já trouxe aqui. Eu queria apenas ressaltar uma pequena diferença sobre os componentes de todos esses processos envolvidos. Aqui a gente fala em nome do Poder Executivo, e a gente tem o papel de fornecer assistência e de fornecer processos de articulação para que os atores institucionais possam irmãmente dialogar, pensar e orientar qualquer das partes envolvidas. Então, quero deixar bem claro que o papel e a perspectiva do Poder Executivo, especialmente do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, não é com a responsabilização dos autores. Não sei se na fala da Flávia fica claro esse processo. O que a gente faz é fornecer assistência, garantir a diversas pessoas que possam ser atendidas adequadamente, em conformidade



com o que os conceitos e os indicadores de tráfico de pessoas, pela Política Nacional e também pela constituição da política estadual que se vem consolidando em Minas, propõem. Então, essa diferenciação é importante.

Quem cuida do processo de responsabilização e repressão é o próprio sistema de justiça criminal, são as instituições, a Polícia Civil, a Polícia Federal, os Ministérios Públicos, de âmbito estadual e o federal, o Poder Judiciário, e assim sucessivamente. A gente está aqui do ponto de vista da assistência e da atenção às partes envolvidas. O que a gente promove são espaços de articulação entre os eixos. Acho que isso no País tem-se feito necessário. Em Minas Gerais, sobretudo, já temos desenvolvido modelos colegiados de articulação de políticas preventivas com políticas repressivas, o que não quer dizer que seremos nós os responsáveis por essa atuação. Então, só queria deixar claro, especialmente para os mais leigos no assunto, caso estejam presentes, para que as pessoas compreendam esses processos. A gente também está aqui à disposição para outras dúvidas.

A gente continua acompanhando o caso. E acompanha não só esse, mas também outros casos no Estado de Minas, sempre nessa perspectiva de fornecer atenção e assistência às vítimas e de proporcionar as fases de articulação e de interinstitucionalidade do tema no Governo de Minas Gerais.

Acho que é basicamente isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dra. Ariane.

Vou passar a palavra, agora, para o Delegado Tito, pedindo a ele que, além das considerações que vai fazer, possa também, rapidamente, fazer uma síntese da sua investigação sobre o caso específico.

O SR. TITO LÍVIO BARICHELLO - Quero, inicialmente, cumprimentar o Deputado Federal Arnaldo Jordy, o Deputado Federal Luiz Couto e, com isso, estender meus cumprimentos a todas as pessoas presentes no auditório da OAB aqui de Betim.

Em nome do Delegado Regional de Polícia de Betim, Dr. Kleyverson, que não está presente, manifesto que nos sentimos, nós policiais de Betim, honrados pela presença de uma CPI federal, o que demonstra a preocupação do legislador pátrio, do Congresso Nacional, no caso da Câmara Federal, com um tema tão importante quanto este que é o tráfico de pessoas, mostrando, ainda, que existe uma



inter-relação direta entre a Câmara Federal e a comunidade, o povo brasileiro e o povo betinense.

Então, agradecemos a presença de vocês e também o apoio que nos foi dado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no caso concreto de que nós trataremos hoje, que é objeto também desta CPI.

Pois bem. Estamos numa CPI federal, uma CPI formada por Deputados Federais que tem como intuito não só o caso concreto, mas também, sem dúvida alguma, tomar ciência da realidade do tráfico no nosso País, através da Convenção de Palermo, aceita em nosso ordenamento jurídico por um Decreto Federal do ano de 2004.

Então, considerando a amplitude desta CPI, que não busca somente coibir, como traz a Convenção de Palermo, mas também apurar as causas para o enfrentamento desse problema, Deputados, inicialmente, faço algumas considerações para logo em seguida adentrar ao caso pontual, ao caso concreto.

Estamos aqui discutindo o tráfico, mais especificamente o tráfico de pessoas e, ainda mais especificamente, o tráfico de crianças, que é um caso concreto aqui de Betim.

Muito se fala em tráfico, quando a legislação penal praticamente não utiliza o termo “tráfico”, “traficar”, que vem do italiano “*trafficare*”, que significa comprar, mercenciar, negociar.

Apesar de teoricamente ser uma atitude lícita traficar, porque significa mercenciar, os próprios dicionários e léxicos nos trazem que o termo “tráfico” deve ser usado tão somente quando for algo ilegal. E a legislação positiva pouco traz.

Verificamos, por exemplo, em relação aos crimes contra o meio ambiente, na Lei 9.605, de 1998, a conduta de vender animais, vender peles de animais, com uma pena de 1 a 3 anos. E a legislação não fala em tráfico; fala em comércio. A doutrina e a jurisprudência trazem o termo “tráfico”. Mas, entrando na questão em relação ao bem jurídico, há uma pena de 1 a 3 anos para o comércio de peles.

No Estatuto do Desarmamento, Lei 10.826, verificamos que o comércio de armas — e não menciona tráfico —, o comércio de armas tem uma pena de 4 a 8 anos de reclusão. Ou seja, o bem jurídico protegido seria a incolumidade pública



através da proibição da venda de armas. Então, o legislador escolheu uma pena de 4 a 8 anos para punir aquele que negocia, que mercancia, que trafica armas.

Em relação às drogas, nós temos a Lei nº 11.343, que também não menciona o termo “tráfico”, mas traz, no art. 33, crimes de ação múltipla ou conteúdo variado. Está lá: vender, negociar, conduzir, portar, ter drogas, com uma pena, Deputados, de 5 a 15 anos. Ou seja, a droga, como mal que causa à sociedade, merece como consectário uma pena de 5 a 15 anos.

Por sua vez, entramos na Lei nº 8.060, de 1990, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, e temos lá a conduta típica de vender, negociar, entregar, por algum benefício, direto ou indireto, uma criança, com uma pena de 1 a 4 anos.

Fica, então, aqui, a minha sugestão a V.Exas., que são Deputados Federais, que têm competência para legislar sobre o Direito Penal, consoante o art. 22, inciso I, da Constituição Federal — competência exclusiva —, de maximizar as penas, porque o bem jurídico criança, em nosso ordenamento jurídico, é considerado de somenos importância em comparação à droga, em relação às armas, e quase similar ao tráfico de peles.

Então, necessária é uma legislação que aumente a pena para o tráfico de crianças. Hoje, se houver uma denúncia e um flagrante de tráfico de crianças em minha delegacia, a pessoa que pratica a conduta ilícita entra pela porta da frente e sai pela porta da frente imediatamente, porque é um crime afiançável pelo delegado de polícia, porque tem uma pena máxima de 4 anos. Isso causa um clamor e causa uma sensação de impunidade. Precisamos aumentar a pena.

Num segundo momento, verifico também a necessidade de erigi-lo à categoria de crime hediondo. Por que, Excelências? Se o tráfico de drogas é um crime hediondo, por que o tráfico de crianças não o é?

Com isso, como corolário, haverá que a prisão temporária, Excelências, automaticamente passará a ser de 30 dias, e não de 5 dias, como o é hoje.

Então, além de maximizar a pena, precisamos de uma legislação que o erija à categoria de crime hediondo e que, através de uma lei própria, Excelências, traga alguns procedimentos em relação a busca e apreensão, em relação àquilo que foi bem mencionado também aqui, nos debates iniciais, que seria uma forma de



aferição, de verificação se efetivamente a parturiente é a pessoa que irá registrar a criança no cartório de pessoas naturais.

Os meios, diversos podem ser levantados aqui, como por exemplo uma fotografia da parturiente e da criança que fique ali consignada no documento que é registrado no hospital. Para quê, Excelências? Para que os órgãos constituídos, os órgãos de controle tenham a possibilidade de realizar a investigação. E menciono isso pela dificuldade que temos em nosso País de apurar o tráfico de crianças.

Eu digo aos meus policiais da Polícia Civil que estão aqui, heróis anônimos que colocam a vida deles em risco todos os dias na busca da paz social aqui em Betim, que é muito fácil apurar o tráfico de drogas. Por quê? Porque existe o usuário que em geral nos informa a respeito do traficante. É muito fácil apurar um homicídio, porque existe o corpo de delito, que está ali. Só não enxerga quem não quer ver, eu digo a eles. Agora, em relação ao tráfico de crianças, a vítima é uma criança. A vítima não fala, a vítima não se manifesta, a vítima jamais auxiliará na percepção penal por uma questão natural: a mãe é coautora; a mãe é criminosa.

Então, é necessário, Excelências, como Deputados Federais, uma legislação própria, uma lei própria, simples, de 10 ou 15 artigos que maximizem a pena, erija a categoria de crime hediondo e preveja algumas regras específicas em relação ao registro e ao controle, para facilitar a verificação pelos órgãos de controle.

Digo isso, ainda sem entrar no caso concreto, porque temos uma investigação que está a cargo da 3ª Delegacia de Polícia de um outro tráfico de crianças, em que a mãe teoricamente seria de Betim, o casal seria de Betim, mas também com domicílio em São Paulo. Nossos policiais foram até São Paulo, conversaram com o denunciante. O denunciante, qualificado, nos atendeu bem, passou-nos dados concretos. Ele faz parte da família da pessoa que se beneficiou com o tráfico. Fomos até o hospital. Existe o parto, mas não temos mais as imagens, Excelências, as imagens da mãe sendo internada, para compararmos com as imagens da campana que os policiais fizeram em São Paulo.

E aí? Como fica? Como será feita essa investigação? E V.Exas., como fiscais da lei, como Deputados Federais, sabem que nós devemos seguir as regras, as normas. A Constituição de 1988 felizmente expurgou o modelo em que o cidadão era colocado em segundo plano. Hoje, nessa investigação, por exemplo, de São



Paulo, estamos com uma dificuldade enorme de levarmos adiante. Por quê? Porque temos que seguir regras. Felizmente, estamos num Estado Democrático de Direito, e essas regras não podem, elas existem e não podem, de forma alguma, macular a imagem das pessoas. É lógico: aquele que comete um ilícito tem como consequência, além de uma pena de reclusão, de detenção, a mácula social que lhe advém. Isso é lógico. Mas e as pessoas que não praticaram o ilícito, como no caso, talvez, dessa investigação que estamos fazendo?

Então, a Polícia Civil aqui de Minas Gerais, em especial a de Betim, por determinação do nosso Delegado Regional, é muito cuidadosa em relação a essas questões. Tanto que nós aqui nos dizemos até garantistas, seguindo Luigi Ferrajoli, que é um autor italiano, autor de uma obra chamada *Direito e Razão*, prefaciada por Norberto Bobbio. E Norberto Bobbio, filósofo, diz que esse conjunto de normas que V.Exas. criaram, através do Código Penal e da legislação federal, servem para proteger o cidadão contra o Estado opressor — no caso o Estado, nós, Polícia — e acabam coibindo o Estado. E é necessário coibir, para não voltarmos ao modelo policial de antes de 1988, em nossa Constituição.

Dentro desse contexto precisamos de um conjunto de normas que nos permitam atuar dentro do modelo de Estado Democrático de Direito, sem causar danos, mas que possamos verificar, que possamos aferir, que possamos encontrar, localizar e aí, sim, instaurar o inquérito policial e todas as consequências malévolas que existem de uma percepção penal para aquele que é indiciado.

Faço essa colocação já que estou frente a Deputados Federais que têm competência para legislar sobre Direito Penal, mencionando sempre, como dito pelo nosso Delegado Regional, que é uma grande honra tê-los aqui presentes.

Passo, agora, a me manifestar sobre o caso pontual, sobre o caso concreto ocorrido.

Excelências, o nosso Delegado Regional Dr. Kleyverson Rezende determina que sempre que houver indícios de crimes contra crianças, de tráfico de crianças, deve a autoridade policial, pessoalmente e imediatamente, tomar as medidas cabíveis. Digo isso porque a realidade do nosso País, evidentemente, enfrenta graves problemas. Nós temos, por exemplo, 2 mil inquéritos em nossa delegacia.



Nesse caso, quando recebemos a denúncia de tráfico de criança, Excelências, do Diretor do Hospital Regional de Betim, que nos disse que havia algumas informações que não estavam fechando — uma mãe que não queria amamentar, uma mãe que tinha confundido o nome de parentes —, fomos imediatamente ao Hospital Regional. Inclusive, na companhia de dois policiais civis, eu estive lá, com o giroflex ligado, para termos celeridade.

E inicio mencionando que só ocorreu essa investigação em virtude da participação efetiva do Diretor do estabelecimento médico, do Diretor do estabelecimento de saúde, do Hospital Regional de Betim. Por quê? Porque nessa reunião que fizemos, célere, muito rápida, naquele momento, quando chegamos lá, foi-nos informado que uma parturiente de nome Selena, internada para ter ali seu filho, apresentava um comportamento estranho, não queria amamentar e também estava recebendo acompanhamento psicológico. Por quê? Porque ela havia informado, no momento da internação, que tinha feito uso de drogas no passado. E, automaticamente, quando ocorre tal situação, é colocado um psicólogo à disposição do paciente, para verificar como a mãe irá se portar em momento posterior, como a criança será tratada, onde irá trabalhar, onde está o pai. E, em virtude disso, essa paciente, essa parturiente que se autodenominava Selena acabou por confundir o nome de seus parentes.

Preocupados, os membros desse estabelecimento de saúde, o Diretor, o assistente social e o psicólogo nos trouxeram esses dados. Imediatamente verificamos a documentação apresentada e que se tratava de cópias autenticadas de um RG e de um título de eleitor de um cartório de Rondônia. E que esses documentos, à primeira vista já notamos, apresentavam divergências entre a data de nascimento que constava no RG e no CPF — ou seja, datas distintas para a mesma pessoa.

Desconfiados de toda essa situação, continuamos conversando e a assistente social mencionou a insistência da pessoa que havia internado a parturiente, de nome Cláudia — essa funcionária pública —, em liberar a sua paciente, liberar a pessoa que ela tinha internado, juntamente com a acompanhante Eliane. Então, Eliane e Cláudia tentando, de todas as formas, liberar essa paciente. Segundo foi verificado, houve mais de 15 ligações da Cláudia, funcionária pública do Município,



tentando liberar essa paciente, apesar de os médicos avisarem que a criança não poderia ter alta ainda, por questões de saúde. O que é anormal? Em regra, as pessoas querem alta, querem a liberação quando sabem que estão bem, que está tudo correto. Querem ir para casa, naturalmente. Agora, quando se informa que uma criança precisa ficar para fazer novos exames, ninguém pede a saída imediata, pelo contrário. Então, isso chamava a atenção.

Conduzimos, então, a acompanhante Eliane à delegacia de polícia, onde ela trouxe várias falácias, várias inverdades, informando que quem estava ali internada era Selena, sua amiga advogada. No momento em que os nossos policiais iniciaram uma investigação rápida, célere, perfunctória, em virtude daquele momento, chegaram à conclusão que as imagens, que a fisionomia da Selena, advogada e psicóloga que mora em Rondônia, não era similar à imagem, à fisionomia da parturiente que se denominava Selena.

Com a autorização do Hospital Regional de Betim, do Dr. Guilherme, trouxemos imediatamente à delegacia de polícia a senhora..., a parturiente que se autodenominava Selena. E aí, com técnicas policiais, passamos a conversar com ela, já que ela se autodenominava advogada e psicóloga. Verificamos que ela não sabia nem onde era formada, que as informações não eram verdadeiras. E conseguimos, então, a confissão, a confissão expressa de que, na realidade, ela estava utilizando documentos que não lhe pertenciam. E, com base nessa confissão e em outras investigações, concluímos, em um inquérito policial, que o que ocorreu foi que uma mãe denominada Janaína, do interior de Minas Gerais, de São João del-Rei, que teve — Excelências, desculpem-me por dizer isso — a coragem de ter a criança, porque muitas mães são covardes e optam pelo aborto... Ela teve a coragem de ter o filho, de uma relação aparentemente não querida, e passou a ofertar essa criança em um *site*, pela Internet.

Uma pessoa, no caso, Selena, a verdadeira Selena, advogada e psicóloga, lá de Rondônia, então, passa a contatar, através do *site*, Janaína, informando que tem interesse. E usa um pseudônimo, o pseudônimo de Sofia. Para conseguirem contato com Janaína — a mãe, grávida, em São João del-Rei —, segundo consta do inquérito policial, Selena e seu marido, Breno — Breno, advogado famoso e conhecido em Rondônia, com mais de 500 alunos, professor universitário,



mestrando em Direito — buscam apoio em quem? Num empresário de Belo Horizonte, que se chama Alexandre, um empresário de sucesso do ramo de escapamentos, e também em sua esposa, Eliane, empresária também de sucesso, do ramo de turismo. E Alexandre e Eliane vão, então, a São João del-Rei verificar as informações. Fazem a viagem — temos provas dessa viagem — e contatam lá com Janaína, verificam que não se trata de estelionato, que, aliás, é comum — não é? —, nessas situações, pessoas oferecendo bens ou vantagens, e, na realidade, não as têm, muitas vezes, para ofertar, tratando-se, no caso do crime de estelionato — 171. Mas não era. Havia, então, efetivamente, uma mãe que tinha interesse em se desfazer da criança. Então, Eliane e Alexandre, com o apoio de Cláudia, no nosso compreender — isso está no inquérito —, passam a intermediar a vinda de Janaína, a mãe, para Belo Horizonte. Janaína passa aproximadamente 4 meses, então, em Belo Horizonte, com todas as despesas custeadas por quem? Por Selena e por Breno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - *(Ininteligível.)*

O SR. TITO LÍVIO BARICHELLO - Se existe um grau de parentesco entre Selena e Eliane, o nobilíssimo Deputado Arnaldo está questionando aqui. Existe um grau de parentesco.

Então, no caso concreto, nós temos o quê? Janaína, a mãe, grávida, morando, nesse momento, em Belo Horizonte, com todas as despesas pagas por quem? Por Breno, advogado, e por Selena, advogada e psicóloga, que residem em Rondônia. Segundo compreendemos com o inquérito policial, depois de um certo período, todas as despesas foram pagas... Temos, inclusive, mensagem telefônica, que consta em laudo, juntada ao inquérito, que ocorreram algumas transferências bancárias.

Mas deixo já consignado aqui que não tivemos ainda acesso à quebra de sigilo bancário. Já requeremos ao Poder Judiciário quebra do sigilo telefônico e bancário, não interceptação telefônica — quebra de sigilo para verificar as ligações, porque nós temos as mensagens e os telefonemas da época, mas não temos ainda todas as ligações feitas.

Então, nesse contexto, escolhem o Hospital de Betim por quê? Segundo o nosso compreender — isso está no inquérito, por isso quero repetir —, a Cláudia,



funcionária pública do Município, tem acesso ao hospital e o faz de forma clara, porque passa a ser responsável pela internação de Janaína. Com os documentos de quem? De Selena. Então, aqui, Eliane e Cláudia, além de darem o apoio material, passam a cobrar, em momento posterior, dos membros desse hospital a liberação imediata da criança que ia nascer, filha de Janaína.

O que me chama a atenção em tudo isso, Excelência, é o grau de reprovabilidade das condutas. No crime, como fato típico, antijurídico e culpável, na análise da culpabilidade, existe algo que se chama reprovabilidade. A reprovabilidade muda de pessoa para pessoa, porque é a capacidade de entender o ilícito e de agir de uma forma adversa. Nós não podemos comparar a reprovabilidade, por exemplo, de alguém com poder aquisitivo que comete um crime tributário com uma pessoa pobre que subtrai, remove uma coisa de uma loja. A reprovabilidade de quem tem capacidade econômica é muito maior.

E eu questiono, então: qual é reprovabilidade da conduta de um professor universitário, com mais de 500 alunos, formado em Direito, como disse, casado com uma advogada e psicóloga? Eles desconsideram todo o ordenamento jurídico pátrio, criam normas próprias e buscam, teoricamente, uma adoção com documentos que não pertencem a Janaína, com parto suposto, com falsidade ideológica, porque produzem um documento, que é a certidão de nascido vivo, em que o documento é verdadeiro, mas as informações são falsas. De uma funcionária pública que se vale do cargo para tentar alcançar um fim ilícito? Então, o grau de reprovabilidade é altíssimo.

Agora, quero mencionar a vocês que a investigação continua, que existe um inquérito suplementar, que estamos buscando apurar se existem outros ilícitos praticados por essas pessoas. Por quê? Nós não podemos procrastinar demais o inquérito policial, sob pena de gerarmos a impunidade, motivo pelo qual, no prazo de 10 dias, encerramos o inquérito e enviamos ao Poder Judiciário. Por quê? Porque consideramos, nós da Polícia Judiciária, da Polícia Civil de Betim, que já havia provas cabais suficientes para uma denúncia do Ministério Público. Mas concomitantemente estamos continuando as investigações para apurar todos os indícios que existem até por mensagens que ali estão inseridas, como, por exemplo, uma passada, pelo Breno, para Eliane, dizendo o seguinte: *“Das outras vezes, isso*



não aconteceu.” Lógico! Isso nem consta no meu inquérito encerrado. Por quê? Seria uma falta de responsabilidade de minha parte dizer que, “*com base nisso, houve outros casos*”. Não, não tenho essas provas, mas isso é objeto de uma investigação da 3ª Delegacia de Polícia Civil de Minas Gerais, da região das Alterosas.

Então, encerro esta pequena explanação e me coloco à disposição de V.Exas. para responder a outros questionamentos, desde já os parabenizando por estarem aqui e pelo trabalho profícuo que fazem em prol de um Brasil melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Delegado Tito, pelas suas considerações e seus esclarecimentos. E já antecipando, creio que praticamente todas as observações — muito bem refletidas e frutos, com certeza, do seu trabalho cotidiano como operador do Direito, na função de Delegado de Polícia e também pela sua formação acadêmica — , todas essas sugestões de contribuição, de ampliação da dosimetria da pena, da qualificação de crime hediondo, da questão do sub-registro, isso tudo já está previsto nesse projeto de lei que a CPI deve apresentar à Câmara dos Deputados e ao Senado da República, com pedido de tramitação em caráter de urgência, pelo acordo de Líderes, que já está sendo pavimentado com todas as lideranças na Casa, para que possamos, o mais rápido possível, oferecer uma atualização ao nosso ordenamento jurídico, no sentido de aprimorar a eficácia do enfrentamento do tráfico de pessoas. A CPI se coloca à disposição para ajudar no que for possível, no sentido de alcançar os objetivos do inquérito e das investigações decorrentes do que já foi feito pelo excelente trabalho de V.Exa.

Eu queria agora pedir que a gente possa ouvir os nossos convocados. Porém, queria facultar ao Dr. Maicon o direito de orientar os seus clientes, para que a gente possa, então, chamá-los para ouvi-los aqui.

O SR. MAICON PRATA - Estão prontos, Deputado Arnaldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Estão prontos.

Antes, porém, o Deputado Luiz Couto quer fazer umas...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Delegado Tito Barichello, eu queria parabenizá-lo pelo trabalho que vem realizando. Eu pergunto: no caso, V.Sa. entrou



com um pedido de quebra dos sigilos telefônico e bancário dos seis indiciados no caso do tráfico de criança. Foi concedida essa quebra? *(Pausa.)*

Eu gostaria de fazer algumas perguntas a V.Sa., mas, se quiser, pode responder.

O SR. TITO LÍVIO BARICHELLO - Então, pode... *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A outra é o caso do casal. Tem um caso da polícia em São Paulo, o da Aline Lourenço, parece, e também a polícia de Minas Gerais investiga o casal de Betim que mora em São Paulo. Eu não sei o nome desse casal aqui. Mas se tem mais algum...

Como o senhor disse: *“As investigações continuam, mesmo as imagens sendo apagadas.”* Esse é um fato que chama a atenção também na própria legislação, ou seja, de um banco de dados sobre as imagens que são produzidas e que não podem ser apagadas. Então, também colocar isso na legislação e penalizar aqueles que apagarem essas imagens.

Uma outra coisa que eu queria saber é também se, de fato, a polícia está investigando o *blog Quero Doar*. Porque, na realidade, o *blog* coloca, lá no final, que a responsabilidade não é dele. Porém, de fato, existe um cadastro nacional e, mesmo que fosse adoção legal, teria que passar por toda a tramitação. Se alguém está favorecendo e fazendo propaganda...E nós tivemos um problema com um *blog* lá de Pernambuco, outro da Bahia, um de São Paulo, e fomos chamados inclusive porque estamos investigando, pois, na realidade, se faziam comunicações, ou seja, onde as pessoas conversavam sobre como conseguir adoção, como se fosse um grande mercado persa a que as pessoas chegavam e podiam pegar qualquer criança. E até o modelo, o tipo de criança, a cor. Tudo isto aqui mostrando que... Então, eu queria saber se também há investigações deste *blog Quero doar*.

A outra questão que eu gostaria também é como a polícia... Esse caso dessa funcionária da Prefeitura de Betim, Cláudia Denise Gonçalves... Essa Cláudia está à disposição do hospital? Como é essa relação? Ela é funcionária? Como se dá essa relação e quais as providências que foram tomadas pela administração municipal atual com relação ao comportamento e à postura dessa funcionária?

Outro aspecto que também eu gostaria: V.Sa. já colocou também a questão da importância que tem o maximizar as penas para cada crime, etc., ou seja,



colocando como crime hediondo qualquer crime praticado contra criança e adolescente, porque são pessoas que estão em processo de formação e, muitas vezes, a criança, logo no início, é explorada sexualmente, é usada para pedofilia, para imagens na Internet, enfim, toda essa situação que o senhor conhece bem.

Um dado que chama a atenção é que o Ministério Público Federal pediu revisão dos dados sobre tráfico de pessoas em Minas Gerais, colocando que muitas vezes apenas os casos de exploração sexual e de trabalho escravo... Hoje mesmo nós vimos, de manhã, no programa *Bom dia, Minas*, caso de indício de trabalho escravo em Uberlândia, onde trabalhadores estavam construindo uma fábrica e teria uma pessoa lá armada que os obrigava a fazer esse serviço.

Agora, eu pego o relatório que foi apresentado. Aqui são matérias... Além dessas pessoas que foram investigadas e dos delitos que são praticados — parto suposto, falsa identidade, advocacia administrativa, tráfico de crianças, falsidade ideológica, falsificação de documento público —, eu pergunto se... Aí, é claro, o senhor está fazendo investigação, nós não vamos querer que o senhor possa revelar porque pode prejudicar, mas aquilo que já se tem como elemento... E eu queria saber o seguinte: o senhor buscou informações sobre esse casal de Rondônia, de Porto Velho, da vida pregressa desse casal, se tem alguma coisa também nessa região? Também é importante nós descobrirmos isso, as conexões que tem. Não tinha informação, a gente foi pegar de uma Carmen, que era lá de Monte Santo. A gente pegou em Cachoeirinha, em Gravataí, no Rio Grande do Sul; depois um outro caso também lá no Paraná. Então, a gente foi pegando as informações e foi pensando que não era só aquele fato isolado, que ela já tinha uma rede de exploração, de tráfico de pessoas em muitos lugares. Então eu pergunto se também a Delegacia está fazendo esse levantamento sobre outras informações em outros locais.

Nesse aspecto, eu queria também que o senhor me... Primeiro, eu quero também elogiar a postura do Diretor do Hospital que, ao perceber... Muita gente, para não ter problema com o hospital, poderia até assumir uma postura de dizer: “*Não, não vamos botar isso aqui pra fora não, porque pode trazer problema para o nosso hospital.*” Mas, não, ele foi e chamou quem? Buscou a autoridade policial que investiga. Esse é um elemento importante e, de fato, a gente quer parabenizar o Dr.



Guilherme Carvalho da Paixão, que, ao perceber que havia indícios de algo estranho naquele hospital, somente a partir da funcionária pública do Município de Betim, Cláudia Denise Gonçalves, em liberar a parturiente e tudo o mais, né... E até em uma linguagem bem..., de chamar o diretor de Gui ou de Guizinho, coisas que mostram uma certa intimidade.

Para concluir, eu queria... Essa relação da falsidade de nomes... Normalmente acontece isto, ou seja, onde a pessoa se coloca como sendo a mãe, para tirar a criança. Há um caso de uma pessoa que foi comprada, parece, e a mãe esperava, não levou para o hospital, não estou dizendo aqui..., levou... Ela ia fazer o parto no hospital público, e ela disse: “*Não, você vai pra uma clínica. Eu vou pagar tudo pra você, lá.*” Porque, de fato, aí, não havia o registro lá. A clínica não era maternidade. Foi feito lá o parto, já foi retirado e já foi registrado como filho legítimo daquele casal. Então, nessas investigações que o senhor fez, na sua vida, já encontrou casos semelhantes? Então, eu acho que é isso. Quero parabenizá-lo pelo trabalho.

Eu queria saber da Ariane, que falou da assistência, e disse: “*Olha, nós não fazemos...*” Além da assistência social, a assistência psicológica é feita também? E quando é um caso que implica questão jurídica, vocês encaminham para a Defensoria Pública, para o Ministério Público? E eu pergunto também sobre a conexão que esse órgão tem com outros órgãos do Governo Municipal, do Governo Estadual e do Governo Federal. *O.k.?*

O SR. TITO LÍVIO BARICHELLO - Deputado Luiz Couto, passo a responder aos seus questionamentos. As perguntas feitas demonstram o conhecimento que o senhor tem sobre este caso e o parabenizo, porque sei da amplitude do seu trabalho na Câmara Federal e, além disso, o senhor toma ciência de um caso pontual para, a partir dele, migrar, para verificar o que pode ser feito, porque outros casos similares, sem dúvida, ocorrem no País. Então, como delegado, parabenizo o senhor pelo seu trabalho, pela sua preocupação com a sociedade brasileira.

Passo, então, a responder a seus questionamentos. Primeiramente, V.Exa. questiona a respeito da quebra do sigilo bancário e telefônico. O nosso inquérito buscou com celeridade, com rapidez, alcançar o relatório no prazo de 10 dias, porque, como diz Aristóteles, justiça tardia é sinônimo de injustiça. Então, tomamos



todas as providências para realizar as oitivas, fazer as investigações e ofertar ao Poder Judiciário, que abrirá vistas ao Ministério Público, a possibilidade de uma denúncia e o início de uma persecução penal.

Dentro desse contexto, tínhamos nós o quê? Além da prova subjetiva, a prova objetiva advinda das mensagens telefônicas e do *e-mail* de Eliane, colhidos de forma legal. Então, dentro desse contexto, compreendemos que havia possibilidade probatória suficiente para indiciar todos os investigados pelos crimes, consoante constam no relatório final da 3ª Delegacia de Polícia Civil de Betim. No entanto, o nosso procedimento em relação à quebra de sigilo é um pouco mais moroso, até porque vai de encontro, vai de choque a direitos constitucionais. Então, é preciso a oitiva do Ministério Público, é preciso uma análise não tão superficial do Poder Judiciário. Mas esse pedido foi feito e até agora ainda não tivemos o resultado. Mas isso advirá em prazo temporal bastante exíguo, Excelência. E aí, sim, poderemos comparar as ligações ocorridas no momento do parto, no momento anterior ao parto, e até, Excelências, já adiantando um pouco da investigação, outras ligações que porventura tenha havido de outras pessoas.

Então, como base nisso, sem dúvida alguma conseguiremos um resultado que vai ao encontro não de uma condenação, não de um futuro novo indiciamento, mas da verdade, da verdade material que é o escopo, que é a finalidade precípua do inquérito. Buscar, investigar e apresentar uma teórica verdade ao Poder Judiciário, para que, aí, sim, dentro do Estado Democrático de Direito, haja o processo judicial com ampla defesa, com contraditório e, ao final, uma sentença absolutória ou condenatória. Então, a quebra do sigilo está para sair nos próximos dias.

V.Exa. questiona a respeito também do *blog Quero Doar*. O *blog* está sendo investigado pela 3ª Delegacia de Polícia Civil. No entanto, encontramos algumas barreiras naturais, quais sejam... A primeira delas: procuramos ilícitos em que haja vínculos com Betim, porque a nossa circunscrição da 3ª Delegacia de Polícia abarca 150 mil habitantes e uma parte de Betim. Então, estamos procurando betinenses, pessoas com vínculo com Betim, com domicílio em Betim, domicílio comercial ou domicílio residencial, para podermos atuar, sob pena até do trancamento desse inquérito policial com *habeas corpus*, quem sabe até feito pelo Dr. Prata, porque não haveria competência para nós atuarmos nesse caso. Então, estamos apurando, sim.



Estamos tentando buscar casos de Betim, que é a nossa circunscrição, que é a nossa área de atuação. Sem dúvida alguma, é uma investigação difícil de ser feita, mas acreditamos que existe a responsabilidade do provedor — aquele que disponibiliza um instrumento é responsável por tudo aquilo que ocorre nesse instrumento.

Lógico, poderá alegar a parte, o investigado, no caso, o proprietário desse *blog*, que não pôde ter o controle. Lógico, em algumas situações isso é comum, mas, em regra, ele tem que fiscalizar, verificar se aquele *blog*, se aquele *site* não está sendo instrumento de ilicitude. Quase como, Excelências, acontece com qualquer estabelecimento comercial, um estabelecimento de entretenimento. Cabe ao proprietário verificar se não está havendo tráfico de drogas, tráfico de crianças, se as pessoas estão se comportando, se jovens não estão ingerindo bebida alcoólica, sem poder fazê-lo, de acordo com o ECA. Então, estamos investigando, sim, o *site*, e temos uma grande preocupação em relação a isso.

Em relação à Cláudia, funcionária pública do Município, que foi coautora de todo o ilícito, em nosso compreender, inclusive cometeu um ilícito a mais, que é a advocacia administrativa — prevista no Código Penal, nos crimes contra a administração pública, que tipifica a conduta daquele que patrocina interesse privado, valendo-se da condição de funcionário público —, ela o fez. Por quê? Porque se apresentou como funcionária pública do Município a todo o momento e se valeu dessa condição para tentar beneficiar quem? Selena, através da parturiente Janaína, e com a sua ilegal liberação. Aliás, Cláudia assinou até como responsável pela internação de Janaína.

Tenho informações da imprensa, Excelência, somente da imprensa, de que Cláudia, funcionária pública do Município, teria sido exonerada. Mas essa informação advém de meios jornalísticos tão somente, porque eu não tenho essa informação do Município — pessoa jurídica de direito público interno —, até porque não existe uma ligação entre a Polícia Civil e o Município.

Em relação a novas pessoas sendo investigadas neste caso concreto: bom, temos outras pessoas que estão sendo investigadas, Excelências, mas estamos aguardando, principalmente a quebra do sigilo bancário e fiscal — e telefônico, desculpem-me. Por quê? Porque demonstrará a relação, demonstrará o contato que



hoje é comum ser realizado através de ligações telefônicas. Então, estamos levando isso adiante, estamos investigando.

Em relação à vida pregressa, V.Exa. bem levanta uma questão complexa, porque investigar pessoas em nosso Estado é mais fácil, porque nós temos uma carteira de identidade, temos um sistema. Mas não existe uma relação interestadual. Mas, para isso, tivemos auxílio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, tivemos auxílio da Dra. Cristina, que se colocou à disposição.

Buscamos, então, e estamos tentando buscar outros casos, outras situações, verificando se é um caso isolado, ou se se trata, aí sim, da tipificação do art. 288, que seria uma quadrilha, até porque nós não indicamos por quadrilha, por uma questão até doutrinária, porque a doutrina exige que seja para a prática de crimes, no plural, e nós apuramos um crime. Então, não agimos de forma errada, e deixamos de indiciar pelo crime de quadrilha.

O senhor bem menciona a questão do Dr. Guilherme. É importantíssimo demonstrar que só foi possível, Excelência, a persecução penal com a participação da sociedade. Se o cidadão, se aquele que exerce um cargo público não participa, não atua e não auxilia, é impossível a apuração de um crime de tráfico de crianças. É um crime que, normalmente, não deixa vestígios. E eu digo, Excelências, é um crime perfeito. Por quê? Porque é impossível, no nosso ordenamento jurídico, em meu compreender, como advogado que já fui, desconstituir a relação de pai e mãe, em relação ao filho, judicialmente. Por exemplo, nesse caso, se porventura houvesse sido feito o registro, com a certidão de nascido vivo, da criança, em nome de Janaina e em nome... Desculpem-me, em nome de Breno e em nome de Celina. Não existe juiz que desconstitua esse ato, até porque o Estado fomenta a paternidade. Lógico, alguém vai me dizer: *“Ah, mas com uma sentença penal transitada em julgado?”* Eu vou dizer: *“Não, sem dúvida. Com uma sentença penal transitada em julgado que demonstre que houve o tráfico de crianças, aí, sim, é indiscutível.”* Mas quando — eu vou questionar V.Exas. — vamos ter uma sentença penal com trânsito em julgado para desconstituir essa relação? Nunca! Então é um crime perfeito. Impossível de ser desconstituída aquela relação ilícita, organizada por um grupo de pessoas com alta reprovabilidade.



Outra questão que V.Exa. levanta é em relação ao motivo de as pessoas virem a praticar esse tipo de ilícito. Eu me coaduno com V.Exa. em que não existe amor no tráfico de crianças. Amor é um sentimento nobre. Amor é um sentimento de doação, de aceitação.

Lembro-me bem, Excelência, do conceito de amor trazido por Suzane Richthofen quando matou os pais e disse, em juízo, que matou os pais por amor, por amor ao outro coautor do ilícito, porque só poderia ficar com ele e ter seu verdadeiro amor se suprimisse a vida dos pais. Então, ela havia matado por amor. E o juiz, na sentença, mencionou que amor é outro sentimento, que ela estava confundindo.

Então, a pessoa que desconsidera todo o ordenamento jurídico falsifica documentos, pratica diversos atos ilícitos para obter um resultado não legal, não age por amor. Amor é um sentimento diverso desse.

O que mais, Excelência, que V.Exa. levanta? Em relação a São Paulo. Em relação a São Paulo, eu quero até discutir esse caso São Paulo, Dra. Cristina, posteriormente aqui, para ver a possibilidade de nós darmos continuidade a essa investigação de uma forma diversa agora da usual, sem obviamente causar dano nenhum às pessoas, até porque V.Exa. deve ter notado que nós não mencionamos os nomes do casal investigado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. TITO LÍVIO BARICHELLO - Perfeito, perfeito! Então, nós não mencionamos os nomes do casal investigado. Por quê? Porque o objetivo da Polícia Civil de Minas Gerais, num primeiro momento, é proteger. A função do Delegado não é uma função só de coibir, de punir. Ele é o primeiro garantidor dos direitos do cidadão. O primeiro garantidor é o Delegado de Polícia, que tem formação jurídica e que vai ter contato com o caso concreto. Obviamente, se houver um ilícito, haverá o flagrante. Agora, se não houver um ilícito, caberá ao delegado tomar todas as medidas para proteger aquela pessoa que está sendo indevidamente investigada.

Então, encerro as respostas. Caso V.Exas. tenham mais alguma dúvida... E reitero os parabéns da Polícia Civil de Betim ao trabalho de V.Exas., de estarem aqui resolvendo um problema que não é só nosso, mas de toda a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dr. Tito.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu só queria lembrar aqui a matéria que foi feita por Aline Lourenço. Foi ela quem fez a matéria para a Polícia de Minas Gerais investigar o casal de Betim, que mora em São Paulo. Também quero elogiar a equipe que o senhor tem na sua delegacia, os policiais civis que também trabalham sob o seu comando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Passo a palavra à Dra. Ariane.

A SRA. ARIANE GONTIJO LOPES LEANDRO - Deputado Luiz Couto, obrigada pela pergunta. Vou ser breve e objetiva. Mais uma vez, o núcleo, então, de enfrentamento ao tráfico de pessoas tem esse papel, que é um papel articulador e também fomentador do tema, como se as instituições ainda brasileiras desconhecessem a temática do tráfico de pessoas. E o que o programa faz é fomentar a incrementação desses conceitos e da ideia do que é historicamente tráfico de pessoas, porque não é um crime recente.

Quando o senhor pergunta também como se dá a articulação com um sistema de justiça criminal, como foi bem dito pelo Dr. Talles, na Mesa, hoje o Governo do Estado de Minas Gerais constituiu, vem constituindo um comitê interinstitucional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, que não é só uma instância criada no âmbito do Estado de Minas Gerais — a gente tem comitês em outros Estados brasileiros, bem como foi recentemente criado o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que é o CONATRAP.

Nesse sentido, o que a gente favorece é uma articulação interinstitucional entre essas instituições que compõem tanto o sistema de garantias, de proteção de direitos humanos, de assistência, bem como o sistema de justiça criminal. E é basicamente proporcionar uma harmonia integrada entre todos esses atores que promovem políticas públicas laicas, sérias, sustentáveis, enfim...

Então, é basicamente essa estrutura que hoje a gente faz. Quando eu esclareço que a gente não tem a responsabilidade, a competência legal pela responsabilização e pela repressão, no caso dos possíveis autores, é pela função, obviamente, do Poder Executivo.

Basicamente é isso. Não sei se foi esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Dra. Ariane.



Nós agradecemos aqui ao Dr. Tito, à Dra. Ariane, à Dra. Flávia pelos esclarecimentos.

Eu queria convidar a Sra. Eliane Cristina Gonçalves Figueiredo Azzi para prestar o seu depoimento. *(Pausa.)*

De acordo com o requerimento que foi aprovado na CPI, nós vamos ouvir inicialmente a Sra. Eliane Cristina Gonçalves Figueiredo Azzi, que está acompanhada do seu defensor, o Dr. Maicon Prata.

A Sra. Eliane está garantida, além do que estabelece toda legislação brasileira, por um *habeas corpus*, por uma liminar, e eu vou fazer aqui a citação apenas do quarto item, mediante algumas considerações.

“O Ministro do Supremo Tribunal Federal defere parcialmente o pedido de liminar para garantir a cada paciente o direito de: ser assistido por advogado e de com este comunicar-se, não sendo obrigado a assinar termo de compromisso de dizer a verdade, sem sofrer com isso qualquer medida privativa de liberdade; não se autoincriminar; ter acesso aos elementos da investigação. Comunique-se, com urgência, ao Presidente da Comissão Parlamentar destinada a investigar o tráfico de pessoas e solicite-se informações.”

Este é o diploma que ampara o depoimento da Sra. Eliane Cristina Gonçalves Figueiredo Azzi.

Inicialmente, quero dizer que o fato de depoentes na CPI estarem acautelados por uma medida liminar de *habeas corpus* é um fato com alguma recorrência entre nós. Já houve outras situações desse tipo e, evidentemente, é um reforço para garantir... O desejo e o procedimento desta CPI sempre foi... Nós não estamos aqui fazendo qualquer tipo de julgamento sobre qualquer fato. Nosso papel, por previsão constitucional, é o de apurar, investigar, compreender a natureza do objeto da CPI, que é o tráfico de pessoas.

Este fato que traz a Sra. Eliane aqui, neste depoimento, da mesma forma que o Sr. Alexandre e a Sra. Cláudia, não foi produzido nem investigado *a priori* pela CPI. Nós não fomos gerador desse fato, do ponto de vista da investigação, apenas tomamos conhecimento e fomos instados por um conjunto de entidades, até porque houve toda uma repercussão midiática, e é do dever da CPI, é da nossa obrigação, fazer a investigação de situações dessa natureza. É estritamente da natureza



precípua da CPI estar aqui ouvindo, buscando os esclarecimentos e dando oportunidade a todos em busca unicamente da verdade. E que a gente possa, a partir desse diálogo, aprimorar a sociedade e o Estado brasileiro no sentido de evitar as práticas que possam levar à lesão de interesses e de direitos, principalmente dos mais fragilizados.

Portanto, eu queria fazer esses esclarecimentos porque o nosso objetivo é única e estritamente esse.

Então, considerando o nosso Regimento Interno, o tempo concedido aos nossos convidados será de 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, previsto no art. 256, § 2º, não podendo a nossa convidada ser apartada. Em seguida, após esse prazo de 20 minutos, nós passaremos a palavra aos Deputados para fazerem as suas perguntas. E só aos Deputados cabe o direito de fazer perguntas.

Portanto, Sra. Eliane, eu quero lhe conceder o tempo facultado regimentalmente de 20 minutos para fazer as suas considerações sobre o fato, e muito obrigado por sua presença.

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Bom dia. Obrigada. Eu agradeço esse momento... (*Choro.*) É a primeira vez que eu venho falar após o ocorrido. Então, eu vejo esta CPI como uma grande oportunidade de falar a verdade para todos que estão aqui presentes. (*Choro.*) O ocorrido no Hospital Regional de Betim que teve essa repercussão... Eu preciso de um... Vocês me desculpem, eu estou nervosa, mas eu preciso relatar o fato desde o início para que vocês possam entender o contexto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora fique absolutamente à vontade para fazer as suas considerações no tempo que a senhora achar necessário.

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Tá, muito obrigada. Selena é prima do meu esposo, Alexandre. Ela esteve há alguns meses na minha casa. Veio a Belo Horizonte para fazer um tratamento para poder engravidar. Até então, eu não a conhecia. O Alexandre tinha mais ou menos 20 anos que não a via. Ela mora em Rondônia. Ela esteve na minha casa. Nós tivemos uma proximidade muito grande pelo fato de eu também não poder ter filhos até então. Então, nós nos identificamos com os problemas. Eu não podia ter filhos há 10 anos,



ela também não podia... (*Choro.*) Eu tenho um filho adotivo legalmente... (*Choro.*) Então, ela viu essa história minha, com o meu filho, da nossa família, de eu também não poder engravidar. Fiz fertilização também. Não podia... Enfim, ela viu que o meu... Eu tenho dois outros filhos biológicos, posteriores à adoção do meu primeiro filho. Eu engravidei naturalmente da minha segunda filha. Posteriormente, há 7 anos, engravidei novamente, por força de Deus. Enfim, ela conviveu com a gente algumas semanas e viu o nosso tratamento. Não tinha diferença nenhuma. O amor é o mesmo. A forma de como eram tratados os outros dois isso independe. Ela foi embora e parece que ela ficou muito comovida com a minha história. Ela foi embora e alguns meses depois ela nos ligou, ligou para mim e para o meu marido, dizendo que tinha entrado num *blog* e conversado com uma moça, que seria a Janaína, que queria doar o bebê por não poder criá-lo. E ela solicitou que nós fôssemos a São João del-Rei para conhecer pessoalmente essa moça, porque Internet é uma coisa e pessoalmente é outra. Então, a gente queria saber como que seria esse processo, porque a gente queria, ela queria uma adoção. Não existe venda, não existia compra, não havia nenhum interesse em relação a isso. Fomos a São João del-Rei... Antes de ir a São João del-Rei, nessa mesma ligação, eu e meu marido, nós nos sentimos lisonjeados com a situação dela, de poder ajudá-la, porque a gente estava achando que era uma forma de agradecer a Deus o que Ele fez comigo e com o Alexandre. (*Choro.*) Foi uma forma de a gente ter gratidão a Deus, porque o nosso sonho era ter o nosso filho, e a gente se viu diante de uma pessoa que estava com o mesmo problema que a gente. Eu e meu marido choramos na hora e agradecemos a Deus a oportunidade de a gente poder retribuir a Ele o que Ele fez conosco. Fomos a São João del-Rei, encontramos com ela numa praça, conversamos com ela, perguntamos qual era a real intenção dela em doar a criança, por que ela estava fazendo isso, e ela nos relatou o motivo por que ela estava fazendo isso. Ela realmente não queria. Ela queria doar, sim, a criança, ela já tinha dois filhos, foi fruto de um relacionamento não planejado, mas isso cabe a ela. Então, a gente saiu de lá, fizemos algumas perguntas e ficamos cientes de que não haveria o arrependimento dela, que ela estava, sim, preocupada em achar um casal de bem para cuidar do filho, que ela já se reportava que não era filho dela, que era filho da Selena, porque ela já vinha conversando com a Selena algumas vezes. Até



então, eu não conhecia a Janaína. Quem me falou da Janaína foi a Selena, que me solicitou que fosse lá conversar. Então, ela impôs nessa conversa de São João, ela impôs três coisas. A primeira que, quando ela tivesse 6 meses de gravidez, que ela mudasse de São João, porque ninguém poderia saber da gravidez dela. Segunda coisa, que ela traria o bebê dela, de 2 anos, que ela tem um bebê de 2 anos. E terceira coisa, que o nome dela não poderia aparecer pelo fato de ninguém poder saber dessa gravidez. Nós não respondemos nada a ela, nem eu, nem meu marido Alexandre. Nós voltamos para casa e passamos as três exigências dela para a Selena e o esposo. Eles concordaram. Então, quando deu 6 meses que ela estava de gravidez, porque ela até então acreditaria que até os 6 meses ela conseguiria levar a gravidez adiante lá em São João sem que ninguém soubesse, e aí, deu 6 meses, a Selena acordou que ela poderia vir para Belo Horizonte, ela alugaria uma casa para ela e a subsistência dela seria dada pela Selena. O que era a subsistência? Para a criança, era alimentação e um lugar digno para ela morar, para ela se estabelecer bem com a criança. Tanto que a preocupação dela, se ela ia ficar no lugar, se era sozinha com o filho dela, de 2 anos, como que seria. Então, eu por estar em Belo Horizonte, eu auxiliei ela, aluguei a casa para ela, e a Selena enviava para mim o dinheiro somente para a alimentação e o aluguel dela. A alimentação dela eu que comprava. Não passou nenhum dinheiro pela mão da Janaína. Tudo que ela solicitava eu fazia, eu atendia, eu cuidava. Eu já tinha um amor pela criança, e eu seria a madrinha da criança. Enfim, não houve nenhum valor que ultrapassasse o valor de subsistência dela em Belo Horizonte. Bem, acompanhei ela nesses 3 últimos meses. Ela entrou em trabalho de parto, me ligou, a gente tinha... Ela já tem um histórico que utilizava drogas, bebida alcoólica. Então, nós já tínhamos pensado na maternidade de Imbiruçu, por ser uma maternidade de referência. Então, se tivesse algum problema no parto, a gente estava dentro de uma maternidade de referência. Infelizmente, eu não soube chegar na maternidade de Imbiruçu. *“Eliane, eu não vou; eu passei do endereço.”* Liguei para a Cláudia, e falei com a Cláudia: *“Me explica..., mas ela está com muita dor. Ela está entrando em trabalho de parto.”* A Cláudia: *“Eliane, eu não vou conseguir te orientar daí. Você sabe chegar ao Hospital Regional?”* Eu falei: *“Sei.”* Ela falou assim: *“Então, pode ir que eu vou e te ajudo.”* Ótimo! Chegamos lá, demos entrada. A médica atendeu, pediu que — estava



com 4 centímetros de dilatação —esperássemos mais um tempo. Aí, depois, quando foi para a gente entrar novamente para ela poder... porque ela já estava, sim, em trabalho de parto, não tinha médico que pudesse atendê-la. As recepcionistas do hospital não nos dispensaram. Ela disse: *“Olha, se vocês quiserem ficar aqui, eu só não sei o tempo, mas eu vou ter que fazer a ficha de vocês.”* Eu estava dentro, com ela, do banheiro, ela quase deitada no chão, já em trabalho de parto. A Cláudia fez a entrada dela, e nós conseguimos que ela tivesse o bebê. Eu assisti ao parto. *(Choro.)* Como eu falei com vocês, eu estou aqui para falar somente a verdade, eu não tenho nada a omitir, nem mentir. Estou falando para todos vocês que não há mentira nenhuma. Eu já amava esse bebê. Eu fiquei com esse bebê. Eu fui ao ultrassom com o bebê. Eu cortei o cordão umbilical dessa criança *(Choro.)* Quem me solicitou isso foi a própria médica, porque ela viu a minha preocupação. Eu estava em oração com a Janaína, quando ela estava em trabalho de parto. Eu estava em pé, segurando a barriga dela, dando força para ela. Eu cortei o cordãozinho do bebê. Eu segurei ele nos meus braços. Depois disso, nós fomos para o quarto. Eu não dei só assistência à Janaína, não. Eu dei assistência a outras mães que estavam lá, e que tinham acabado de ter o parto, e que não tiveram assistência das enfermeiras. Eu tenho amor à criança. A minha vida profissional começou dentro de uma escola de freiras. Eu dava aula para crianças de 1 a 3 anos de idade. As freiras são loucas comigo, os pais. Por quê? Porque realmente a gente gosta, eu gosto de criança. Então, passado isso, passei a noite com a Janaína. Cuidei do bebê, coloquei para ela: *“Pode descansar. Eu fico. Eu te ajudo.”* Ela: *“Eliane, você tem três bebês, pode ir embora.”* Eu falei: *“Não, tem pessoas lá em casa.”* Inclusive o bebê dela, de 2 anos, ficou com a minha mãe, na minha casa, sendo muito bem cuidado. Ela colocou que ela tinha uma confiança muito grande em mim. Quando eu pegava o bebezinho dela, ela percebia isso. O meu carinho... Não tem... É amor. Eu tenho três filhos. Era o meu sonho ser mãe. Então, eu passei, sim, a noite com ela pelo fato de ela ter acabado de ter tido um bebê. No dia seguinte fui embora, e o médico-pediatra disse que o bebê não poderia ter alta. Foi onde eu questionei: *“Algum problema?”* A gente ficou com medo pelo fato do uso de drogas, de álcool ter afetado alguma coisa na criança. Por quê? Porque os exames não deram nada. Os exames de pré-natal não tinham dado nada. Então, nós ficamos preocupados. Ele não nos mostrou o



resultado. Ele só disse que o bebê ficaria. Então, a gente ficou preocupada. A própria Janaína ficou preocupada, sim, por que o bebê não teria alta. Aí, a gente ficou preocupada... Enfim, eles não mostraram para gente nada. Ela colocou para mim. Eu fui em casa, tomei banho. Ela me ligou: *“Eliane, eu estou de alta. O bebê está com icterícia. Ele só possivelmente voltará para o quarto na sexta-feira. Então, você vem me buscar?” “Claro que eu vou te buscar!”* Isso é uma questão de humanidade. A menina tinha acabado de ter um bebê. Como ela pegaria um ônibus, ou qualquer coisa sozinha? Ela estava em Belo Horizonte, sozinha. A referência dela aqui era eu. Eu fui buscá-la, sim. O bebê estava internado. Chegando lá, ela não estava na enfermaria, disse que foi buscar a alta dela, eu fiquei aguardando. Foi onde que o delegado (*falha na gravação*) chegou e me pediu pra acompanhá-lo até a delegacia. E aí foi feita a minha prisão em flagrante de tráfico de bebê. E eu não vi isso. Tráfico de bebê realmente eu não... Eu fui, não sei como que é a palavra certa, mas eu fui colocada, eu fui exposta como traficante de bebê. (*Choro.*) Até então, dia 10 de setembro, eu nunca tinha pisado numa delegacia (*choro*), eu nunca tinha feito uma ocorrência policial, um boletim policial. Nunca na minha vida! Eu tenho 37 anos, eu nunca pensei em entrar num camburão algemada. Meus filhos... (*Choro.*) Os meus filhos ficaram 10 dias sem ir à escola. Fiquei, pela primeira vez, 11 dias sem ver os meus filhos, por uma injustiça, porque não existe o tráfico. (*Choro.*) Eu me vi numa condição, eu me vi numa condição de ajudar uma pessoa que queria fazer o mesmo que eu há 10 anos atrás, de ter um filho, entendeu? Então, eu só pensei no momento dela. Eu pensava o tempo todo era no bebê, de ela ter a possibilidade de ser mãe. Era um amor incondicional. É um amor maior. E, aí, eu me vi, até o dia 10 de setembro, eu era uma pessoa normal, Sr. Deputado, depois disso, eu não sou uma pessoa mais normal. Eu não posso ir na escola dos meus filhos, sabe por quê? Porque eles colocaram pra mim que eu corro risco à sociedade, aos filhos da escola. (*Choro.*) Porque eu represento risco, eu posso sequestrar uma criança da escola pra vender. (*Choro.*) Isso é uma inverdade, sabe? E eu não tenho... Graças a Deus, os meus filhos são de 10, 9 e 3 anos, porque se eles fossem um adolescente, eles estariam expostos, sim. Porque criança, adolescente eles estão na internet, sofrem *bullying*. Graças a Deus, os meus filhos não estão correndo esse risco. A diretora me chamou na escola e pediu, muito educadamente... Eu fui levar meus filhos de



manhã na escola para uma excursão, e fui dar uma orientação para a professora, por causa que ia ter nado, os meninos não sabiam nadar. E aí, quando eu chego em casa, à tarde, a diretora me liga: *“Eliane, gostaríamos que você por enquanto não entrasse na escola, porque vieram algumas mães colocar que você representa risco à escola”*. Uma escola onde eu tenho três filhos, e um deles, o que é adotado, ele tem problemas de transtornos. *(Choro.)* A gente está com tratamento psicológico com ele. Ele não acompanha a escola. Eu sou uma mãe que eu tenho que praticamente diariamente estar na escola em reunião, é em terapia, em psicólogo com meu filho. Como que meu filho agora, no final do ano, vai ter um acompanhamento da mãe na escola, sendo que a mãe está privada disso? A mãe não pode estar na Feira de Cultura deles, do trabalho deles. Por quê? Porque ela não pode sair sábado, domingo e feriado. Porque 8 horas da noite ela tem que estar em casa. Eu não sou o que estão colocando. Eu não sou traficante de nada. Eu sou uma pessoa trabalhadora, tenho minha família, que nunca peguei nada de ninguém, nunca precisei pegar um real de ninguém pra benefício próprio. Eu nunca, nunca! Tanto que o dinheiro que a Selena me enviava para o pagamento da menina, o quê que acontecia? Eu falava com ela: *“Deu. Tem as frutas, tem isso, tem aquilo. Está tranquilo. Não preocupa”*. Era exatamente, era principalmente, somente para pagar a subsistência, alimentação e o aluguel da Janaína em Belo Horizonte. Eu só queria colocar que foi um ato de amor de verdade. Amor é sentimento, sim. Amor não é que você está pegando uma criança de uma e dando pra outra. Não foi esse o caso. Não foi esse o caso. Eu fiz, sim. Eu me prontifiquei em ajudar quando ela veio me pedir ajuda, porque eu identifiquei com o meu caso, por isso que eu ajudei, a possibilidade dela ser mãe. Foi isso que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, D. Eliane, pelas suas considerações. Eu vou passar a palavra ao Deputado Luiz Couto, para fazer as suas considerações, mas eu queria, antes de mais nada, perguntar três coisas básicas para a gente.

A sua formação qual é, D. Eliane?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora tem o nível médio, é isso?



A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Tenho o nível médio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nível médio.

A senhora é casada há quanto tempo com seu esposo, o Sr. Alexandre?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Agora, em dezembro, a gente faz 13 anos de casados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora tem alguma profissão, alguma atividade? A senhora exerce a sua atividade econômica de alguma forma ou não?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Sim, eu tenho uma agência de turismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - De turismo?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - De turismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Aqui em Betim...

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... ou em Belo Horizonte?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Não. Em Belo Horizonte, no Bairro Alípio de Melo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E o seu esposo, qual é a atividade dele?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Ele é comerciante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - De quê?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Escapamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ele tem uma empresa...

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ...ou é uma loja de venda?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Uma empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu pergunto, por fim, se a senhora puder nos informar...



A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Fique à vontade.

Aproximadamente, *grosso modo*, a renda familiar do casal, quer dizer, da senhora, do seu esposo e dos seus três filhos, é de aproximadamente quanto? A senhora tem uma ideia, *grosso modo*?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Olha, eu prefiro que o Alexandre responda. Eu realmente não vou saber. Eu sei a minha. A dele, assim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Assim, é mais de que cinco salários mínimos?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais do que cinco salários mínimos?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Obrigado.

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eliane, você mora... Perdão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em primeiro lugar, eu queria dizer o seguinte, que a importância da audiência é para que a gente possa verificar o amplo direito de defesa, vendo... É claro, depois, caberá à Comissão verificar as contradições existentes entre aquilo que foi investigado e o que foi dito, e dizer também que toda essa audiência está sendo gravada e faz parte do documento da CPI, então, não há, em nenhum momento, desrespeito àquilo que foi definido pela liminar, uma vez que os advogados e os que estão aí respondendo aos processos poderão ter acesso a todas as informações, menos aquelas que serão dadas em caráter sigiloso, que não poderão ser publicizadas.

Mas eu queria... Primeiro, você diz que Selena e o marido dela, Breno Azevedo Lima, que reside em Porto Alegre, em Porto Velho, Rondônia, que tinha uma dificuldade em ter filhos e vieram para cá, estiveram um tempo na sua casa. Depois, voltaram para Porto Velho e, depois, falaram que havia uma figura chamada



Janaína num *blog* e que estava oferecendo o filho que ela teria para adoção. E aí, como você disse, você foi a intermediária para fazer essa... Ela veio aqui com o marido, e vocês foram para São João del-Rei. Como... Você sabia que Janaína resolveu não querer identificar-se com o nome dela? Sabia disso? Que ela usou o nome de Selena Castiel como se fosse o nome dela?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Sim. Eu sabia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sabia. O fato é que você, Eliane, você fez todo um processo adotivo do seu filho primeiro, com toda, seguindo os procedimentos legais. Agora, uma pessoa que se utiliza do nome da pessoa que vai receber a criança, aí já mostra uma coisa meio complicada aí. Porque é como se dissesse: *“Não, não foi Janaína que gerou a criança, não é ela que vai dar à luz, mas será a Selena que terá como filho não adotivo, mas filho legítimo, que vão registrar, que vai registrar como se fosse filho”*.

Mesmo assim você colaborou para que isso acontecesse. Esse é o grande problema. Eu não estou duvidando que você fez isso como querendo ajudá-la, porque é prima do seu esposo, também tem uma relação. Mas, se você fosse hoje, ou seja, alguém procurasse para você fazer essa intermediação, eu diria, eu teria certeza de que você não faria mais isso, que você fez de boa vontade, não é?

Mas, ou seja, de fato, cometeu alguma coisa que não é normal, porque existe um cadastro nacional, que você seguiu, que fez tudo corretamente para o seu filho primeiro, mas, infelizmente, ajudou alguém que não cumpriu. Porque, na realidade, quer dizer, a Janaína, que se passou pela Selena e que, efetivamente, ou seja, não era a Selena... Eu pergunto: Você conhecia já, antes, a Sra. Cláudia?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - A Cláudia é minha irmã.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É sua irmã?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sua irmã. Muito bem. E Cláudia trabalhava aqui em Betim?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Sim. Ela mora e trabalhava em Betim.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em Betim. Tá. E vocês tinham sempre comunicação, porque você morando em Belo Horizonte, e ela morando em Betim, normalmente, como irmãs sempre se encontravam?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O fato de todas as despesas que eram pagas para a vinda de Janaína pra cá, sua alimentação, alimentação do filho — que ela tem outro filho, que ela tem de 2 anos —, e também o pagamento de aluguel, passagem e tudo mais, era você que recebia esses recursos, não era?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. Você recebia os recursos e você usava desses recursos. Você não teria problema de abrir o seu sigilo bancário para dizer que não teve qualquer coisa ilegal?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Faça a pergunta novamente, por favor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você daria autorização para a abertura do seu sigilo bancário?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Claro. Podem ficar à vontade. Como eu disse anteriormente, eu não preciso. O valor que foi passado mensalmente realmente é referente à subsistência principalmente da criança, tanto que a criança de 2 anos não era... Não foi um acordo de subsistência a ajuda da Selena, mas eu fazia a compra de alimentação, de fruta, enfim, para o bebê e a Janaína.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Vocês tiveram informações a respeito da Janaína e, depois, vocês foram a São João del-Rei. E, aí, vocês marcaram um encontro em um conjunto comercial no centro da cidade. Quem é que marcou esse encontro com a Janaína? Foi você ou foi a Selena?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Parece-me que foi... Eu liguei pra Janaína e, como a gente não conhecia São João, a gente queria um lugar mais fácil. Enfim, eu realmente não me recordo se fui eu que marquei ou se foi o Alexandre. O lugar, tá, um lugar público.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. Mas por que no conjunto comercial e não na casa onde Janaína morava?



A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Porque ela não queria que ninguém soubesse dessa gravidez. Ninguém em São João poderia saber dessa gravidez dela, principalmente a mãe e o pai das crianças, porque as duas crianças dela são do mesmo pai.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas, Eliane, Janaína já tinha entrado num *blog* e já tinha comunicado que estava querendo fazer a doação do filho que ela tem. Ou seja, ela não... Por que essa reserva, se ela já tinha entrado num *blog* oferecendo para doação o filho? Ou seja, para quem quer...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Era com outro nome? Era o nome de Selena?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - É, me parece, Sr. Deputado, que o nome era fictício. Isso eu não posso afirmar para o senhor, porque realmente eu não tive acesso a esse *blog*, eu não sabia nada referente a isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Pela informação, era usando o nome de Sofia. A senhora tem algum conhecimento de alguém com esse nome, Sofia?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Esse nome fictício quem utilizava era a Selena. Então, o da Janaína eu realmente não sei.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Selena, o que prova que Selena já teria entrado em contato com a Janaína para dizer o seguinte: "*Olha, eu quero que não haja publicidade. Você não vai usar o seu nome. Você vai entrar com esse nome Sofia, para que de fato não haja qualquer problema.*"

Então, esse aspecto mostra que a Janaína já informava que queria doar o seu filho ou filha, não sei, que iria nascer, tanto que foi comunicado que, quando tivesse 6 meses, haveria uma vinda dela de São João del-Rei para aqui, onde ela ficaria sendo pagas todas as suas despesas, para que ela pudesse, no momento oportuno, no momento certo, ir para a maternidade, o hospital onde ela daria à luz a criança que foi motivo desse problema todo.

Eu pergunto a você: você se comunicava, você e Selena, se comunicavam através do telefone celular, não era? Havia comunicação.



No dia 27/05/2003, Selena diz pra você: *“Olhei meu extrato e só foi transferido os 500 e outro depósito foi devolvido, sabe deus porque (...)”*. Ou seja, é informação de Selena para você. Ou seja, ela estava, de certo modo, reclamando que tinha um depósito que foi devolvido. O que é que você diz dessa escuta telefônica de Selena para você?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Olha, ela colocou mesmo que ela transferiu 500 reais. Ela fazia um depósito de somente 1.500 reais. Acredito, tá, Sr. Deputado, porque eu não sei — o banco pode esclarecer para o senhor, está aberta a minha conta —, que pode ser valor ultrapassado do dia. Então, poderia ser no dia seguinte. O.k.?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está o.k.

No caso, no dia 12/06/2013, Selena novamente telefona para você e diz assim: *“Beleza e pq não conseguia mandar mil de uma vez, de jeito. Vou mandar o dinheiro das passagens deles”*.

Essas passagens era para quem? Para Janaína e para o seu filho pequeno?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - O bebê de 2 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí diz: *“E aí, prima, vê o que e do aluguel de dona Tereza (...)”*. D. Tereza era a pessoa que alugou a casa...

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...onde ficou a Janaína?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Sim, era.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Novamente, no dia 17 de junho, Selena liga para você e diz assim: *“faz assim manda o que tu gastou e mais, tipo, mandei 1.400 dps mae no sou 300...”* — não dá para entender aqui — *“(...) até quarta te mando 1.500 e fina do mando mais (...)”*.

Ou seja, ela mandava sempre 1.500 ou mandava mais dinheiro, dependia dos gastos feitos para a manutenção de Janaína?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Ela sempre mandou 1.500 reais. Inclusive, no último mês, ela não chegou a depositar isso tudo, porque — ela nem depositou, ela me passou — eu falei que não havia necessidade.



Eu estava preocupada com a alimentação de frutas e tudo, mas perdia muito. Então, por isso, era 1.500 reais somente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, você, juntamente com o Alexandre, o seu esposo, vocês foram à cidade de São João del-Rei. Lá vocês conversaram com Janaína, lá naquele comércio, não é? Era um *shopping center*? Não sei se era. Conseguiram um local para a habitação também dela aqui em Betim, e pagaram as despesas de manutenção com o dinheiro que era mandado pela Selenia e pelo marido dela. É isso mesmo?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Sim, é isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está bom.

Uma outra coisa que eu queria ver com você. O fato da... Então, já está explicado, Cláudia é sua irmã.

Os vídeos que foram das provas que se serviu e as suas expectativas de comunicação e de serviço, nas fls. 267 e 269 do processo, *“produzidas pelos investigadores desta delegacia, trazem claramente as imagens de Cláudia Denise Gonçalves Giani, Eliane Cristina Gonçalves Figueiredo Azzi e Janaína Resende Carvalho nas mais diversas situações, demonstrando que as investigadas supramencionadas tinham o domínio da situação ilícita investigada.”*

O que você diz sobre isso daí?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Nós estávamos no hospital, eu e a Cláudia, acompanhando a Janaína. É isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Isso. Quer dizer, você encontrou várias vezes com Janaína e com Cláudia?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Não, eu não encontrei com a Janaína várias vezes. Eu permaneci com a Janaína o tempo todo. O cuidado com ela e com o bebê, eu estava tendo a todo o momento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo, mas você, por exemplo, você... Pronto.

No *e-mail* que está aqui, datado do dia 15/07/2013 diz assim: *“Eliane para Janaína: ‘Janaína bom dia! Conseguiu fazer a nova CI? Faça a ficha no posto e marque a...”* Essa conversa você teve com Janaína. Era um outro documento que ela tinha que fazer? *(Pausa.)*



O SR. MAICON PRATA - Refaça a pergunta, Sr. Deputado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - *“Eliane para Janaína: ‘Janaína bom dia! Conseguiu fazer a nova CI? Faça a ficha no posto e marque a...”* Aí tem reticências. Você falou isso para a Janaína, perguntando para ela se ela já tinha feito o novo documento. Era uma outra identidade?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Não, eu não me recordo. Eu prefiro não responder.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. Então, de Janaína para Eliane: *“(...) Oi Eliane, conversei com o meu amigo de SJ e ele disse que o único modo pra conseguir a CI é pegar a dela fazer uma foto minha de adesivo e colar em cima e depois plastificar”*. Isso é Janaína falando para você que pra fazer aquela nova carteira, esse era o procedimento. E diz: *“Ele disse”* — o rapaz que ia fazer — *“que cobra 70,00 (...) Não vou me arriscar a fazer a fixa com a CI dela e alguém falar que não é minha, morro de medo dessa coisa (...)”*

Então, eu pergunto: você, alguma vez, orientou a D. Janaína pra que ela fizesse um documento falsificado?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Não, de forma alguma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto. Conforme declarações de Selena Castiel... Mas aí não é mais com você. Ela é que tem que responder.

Então, Sr. Presidente, o que mostra claramente que é importante esta CPI vir aqui para ouvir todas as coisas. Essas informações são fundamentais. A D. Eliane já autoriza a quebra do seu sigilo bancário. É importante que também pudesse ser autorizado o sigilo telefônico, porque aí, normalmente, acontecem essas informações. Daria oportunidade até para a defesa dela. Ou seja, se não tem nada a dever, então, não tem nenhuma preocupação em que essas informações possam chegar à Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado Luiz Couto.

Eu queria, ainda antes de concluir, fazer algumas perguntas à D. Eliane.



O seu esposo, a senhora falou que é comerciante na área de escapamento, não é isso?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Empresário. E qual é a formação do seu esposo? A senhora pode nos informar?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Ele é formado, terceiro grau, em Direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ele é advogado? Bacharel?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, deixa eu só dizer o seguinte, D. Eliane, eu — e acho que todos aqui, um pouco, ficamos —, eu fiquei, pelo menos, um pouco até comovido com o seu depoimento e quero lhe dizer sinceramente que, por hora, pelo que nós temos estudado do caso, pelo que há no inquérito, por tudo isso, a minha convicção pessoal é de que a senhora — por hora, porque há coisas ainda a investigar —, a senhora não faz parte de uma quadrilha organizada que negocia mediante remuneração o tráfico de crianças. É a minha convicção provisória, por hora. A senhora me convenceu disso, por enquanto.

Mas algumas coisas eu quero lhe confidenciar que são muito estranhas no seu depoimento, eu quero dividir isso. Se a senhora puder responder, em nome da verdade... Nós estamos aqui, a senhora está respondendo a um inquérito policial, depois a um processo judicial. No final, a Justiça vai lhe absolver ou lhe condenar, porque eu creio que a senhora tenha alguma consciência de que a senhora praticou alguns ilícitos, ainda que a senhora, no meu entendimento pessoal, formado aqui e agora diante de seu depoimento, da sua emoção, eu acho que a senhora não faz parte de uma organização internacional para traficar crianças em favor de pecúnia, de remuneração. Essa é a minha convicção, o que não quer dizer que a senhora não tenha praticado algumas ilicitudes, na minha opinião também.

A senhora é empresária, tem três filhos, um adotivo. Padeceu desta angústia de não poder, durante um tempo, produzir um filho biológico, porque é um desejo de qualquer casal adotar, ter filhos, construir relações de amor, de carinho, de afeto, de cuidar. E nós precisamos estimular isso na sociedade, porque nós temos ainda...



Nós não podemos esquecer que vivemos em uma sociedade em que 20 milhões de pessoas não comem todo dia. E há muita criança por aí, nas periferias, no Nordeste, na minha região — sou lá do Pará, na Amazônia —, que não tem infelizmente o colo de uma mãe, o abrigo de um lar, e isso produz efeitos colaterais irreparáveis em alguns momentos. Não podemos ver o ato de adoção como um ato desconfiável, duvidoso; precisamos estimulá-lo.

Mas agora a senhora e seu marido... Seu marido é bacharel em Direito, ou advogado, não sei, mas tem formação jurídica. A senhora concluiu o segundo grau, é uma mãe, percorreu os caminhos da adoção para seu primeiro filho, é uma mãe dedicada, pelo que a senhora colocou aqui, que frequenta a escola de seu filho, que cuida de seu filho, que se preocupa com suas crianças. Portanto a senhora não tem condições de alegar que desconhecia todo esse processo fraudulento de adoção de que a senhora foi partícipe. Quer dizer, eu fico...

A senhora foi solidária no sentimento, na compreensão da dor alheia, da angústia de um casal que tem uma relação de parentesco, ainda que a senhora diga que não conhecia pessoalmente o casal de parentes do seu esposo, que esteve aqui, e que a senhora ficou comovida quando... Mas a senhora não acha, e é a minha pergunta, que o procedimento natural da senhora com seu esposo para com esse casal era dizer o seguinte: *“Eu tenho um exemplo pessoal de como eu fiz; percorram esse caminho?”* *“Eu fiz assim e assado; eu dei entrada num cadastro; eu me submeti à análise da psicóloga e da assistente social, que vieram aqui saber como eu vivia com meu marido; passei por uma prova; passei por um estágio; fiquei sob observação; frequentei as reuniões de pais, de casais que querem adotar, para saber os procedimentos e as dificuldades de um casal, para não produzir rejeição depois na criança, porque isso tudo faz parte do procedimento regular?”* Não seria normal a senhora, consultada por uma pessoa próxima, recomendar que ela fizesse exatamente o que a senhora fez? Por que a senhora tergiversou nisso? O que a levou, o que a motivou a abandonar todo o caminho pela senhora percorrido para adotar o seu filho, a quem a senhora se dedica tanto, para procurar os caminhos tortuosos do crime, da ilicitude, de falsificação, de conestação, de todo um procedimento que foi absolutamente ilegal, ao que consta no inquérito?



Então, tenho duas perguntas para a senhora: o que a motivou a adotar esse caminho tortuoso, distinto do que o que a senhora mesma utilizou para a adoção do seu filho? Segunda: a adoção do seu filho cumpriu com todos esses rigores? Ou a senhora também adotou o seu filho por outros caminhos? Eu queria um esclarecimento da senhora sobre essas duas coisas.

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Bom, 10 anos atrás, quando eu fui adotar o meu filho, era diferente. A mãe biológica queria doá-lo. Ela fez uma declaração de próprio punho autenticada em cartório, reconhecida em cartório, e levamos para o juiz, que nos deu a guarda provisória do Rafael. E, posterior a esse momento, nós passamos por esses trâmites legais, os quais o senhor citou, que seriam a consulta com o psicólogo, com a assistente social, a visita à minha casa. Mas, com 1 dia de nascido, ele veio para mim com a guarda provisória. Após 6 ou 9 meses, foi dada a guarda definitiva, legalizada, assinada pelo juiz, com tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quanto à primeira pergunta, eu estou satisfeito. Mas por que a senhora não recomendou essa situação a um casal semelhante ao que a senhora viveu com seu esposo nessa adoção? Por que a senhora não recomendou esse caminho e foi procurar o caminho da ilicitude, da falsificação, da fraude? Pelo menos, essa é a noção que nós temos do que envolveu esse processo. O que a motivou a isso?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - No primeiro momento em que ela nos ligou falando dessa mãe biológica que queria doar a criança — eu vou ser muito sincera com o senhor, Deputado Arnaldo —, eu não pensei em nada disso. Eu pensei simplesmente, no momento, não sei se foi egoísmo da minha parte, em agradecer a Deus o que ele fez por mim. Foi somente por isso que eu pensei em ajudá-la, por este motivo: gratidão a Deus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não seria normal que Deus lhe recomendasse que o casal pudesse seguir o mesmo caminho que a senhora seguiu e que foi exitoso? Quero dizer, a senhora diz que, no primeiro dia de nascido dessa criança, já teve a guarda provisória. Depois de 6 meses, cumprindo toda aquela tramitação da assistente social...



A senhora está me dizendo que é um casal bem-sucedido, à semelhança de um casal de classe média, que tem uma renda familiar compatível para criar uma criança, como a senhora tinha com o seu marido, e tem. Então a situação era muito semelhante. O que me espanta é por que a senhora...

A senhora tem formação de segundo grau, já adotou. O seu marido é advogado, bacharel em Direito. A senhora não sabe que falsificar uma identidade é crime no Brasil? Qualquer cidadão, por mais desprovido de conhecimento que seja, por menor que seja seu acesso à informação, sabe mais ou menos o que é legal e o que é ilegal.

Se a senhora fosse uma pessoa analfabeta, se o seu marido fosse analfabeto, se vivessem no meio do mato, sem contato com televisão, sem nunca terem frequentado um banco de escola — lamentavelmente, ainda existem pessoas assim no Brasil —, poderíamos até admitir o direito à dúvida e pensar: “*Poxa, essa gente sequer sabia e fez um gesto de boa vontade*”. Mas não é o seu caso. Não é o seu caso, e, muito menos, o caso do seu esposo, que tem formação jurídica!

Eu pergunto à senhora... Eu sei que a senhora queria fazer um gesto de agradecimento divino pela benção que teve, a possibilidade de adotar bem-sucedida. Não seria normal — a minha pergunta é esta — que a senhora recomendasse ao casal que lhe pediu ajuda que eles percorressem o mesmo caminho que a senhora percorreu? Mesmo fazendo esse gesto de agradecimento ao Pai Todo-Poderoso?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Sim, Sr. Deputado, poderia ser, mas eu vou falar novamente com o senhor: no momento eu não pensei em nada que opusesse à ajuda, à possível ajuda minha para a Selena com esse bebê. Então, eu realmente não pensei nessa questão aí toda, porque realmente eu não vi nenhuma questão que eu pudesse não estar fazendo por um ato de gratidão, de amor a uma criança, de ter uma família na qual ela fosse querida, na qual ela fosse amada. Ela já estava sendo amada, ela já estava. Eu estava em oração para a criança, então ela já era uma criança amada. Então, a gente... Eu realmente não pensei nesse fato com, vamos colocar assim, racionalidade. Eu pensei realmente com o coração, eu não olhei por esse lado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo. Eu continuo sem entender, porque a senhora poderia fazer todo esse gesto de amor pelo mesmo caminho que a senhora fez, mas, enfim...

Eu vou repetir uma pergunta do Deputado Luiz Couto, porque isso foi de uma escuta telefônica. E ainda que a senhora não seja obrigada a responder...

O SR. MAICON PRATA - Não foi escuta, foi mensagem pelo celular.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mensagem pelo telefone, perdão.

O SR. MAICON PRATA - *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - *E-mail*, contudo; *e-mail*, não é?

O SR. MAICON PRATA - Mensagens em SMS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mensagens em SMS, pois não. Através de mensagens em SMS... A senhora já está orientada, e a Constituição a protege, a não produzir provas contra si própria, mas a senhora está aqui — todos nós aqui, a senhora principalmente —, presumidamente, com um compromisso. A senhora ratificou isso, e eu admiro o seu gesto de compromisso com a verdade.

Este diálogo aqui da senhora com a Janaína: *“Janaína, bom dia! Conseguiu fazer a nova carteira de identidade? Faça a ficha no posto e marque a...”*, reticências — a senhora falando para a Janaína.

Aí a Janaína para a senhora: *“Oi, Eliane! Conversei com meu amigo de São João, e ele disse que o único modo para conseguir a carteira de identidade é pegar a dela”* — que eu suponho que seja da Selena —, *“fazer uma foto minha de adesivo e colar em cima e depois plastificar. Ele disse que cobra 70 reais. Não vou me arriscar a ir fazer a fixa com a carteira de identidade dela e alguém falar que não é minha. Morro de medo dessas coisas.”*

A senhora admite esse diálogo com a Sra. Janaína?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Eu realmente não me recordo, eu tenho que pegar e ver o contexto. Até então, a questão de documentação, o que foi acordado... Mas ele está isolado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo.



A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Não é? Ele está isolado. Então eu acho que são trechos, então poderia ter um contexto. Pegando o contexto, eu conseguiria passar a informação com precisão, porque, como eu disse a princípio, eu não tenho que omitir nem mentir, eu quero falar a verdade. Às vezes eu vou falar uma coisa de que eu não me recordo, e depois isso pode me prejudicar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo.

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Realmente não me recordo, tem que ter um contexto para eu saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, a senhora não se lembra de ter havido esse diálogo, a senhora depende do contexto, a senhora não lembra desse contexto.

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Eu tenho que ver o contexto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu lhe pergunto, então, diretamente. A senhora sabia que a Janaína, independente desse contexto, a senhora sabia que a Janaína estava entrando nessa maternidade com o documento falsificado de Selena, para que a criança que ela tivesse já saísse, na notificação e no registro, com o nome de Selena.

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Não, eu não confirmo. Ela estava dando entrada com uma documentação falsa porque a documentação, ela tem uma veracidade. É a documentação da Selena, autenticada, então ela tem uma veracidade. Eu reconheço que ela deu entrada com outro nome, ela não deu entrada com nome de Janaína, e sim como Selena, mas a documentação não era falsa. A documentação que ela tinha em mãos não era falsa, era da Selena, reconhecida em cartório. Eram cópias, era a cópia da identidade dela, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então deixe-me refazer: a senhora tinha consciência de que aquela pessoa que ingressava na maternidade, no hospital, para ter uma criança, não era a Selena.

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então a senhora sabia que ali havia uma fraude, havia um ilícito sendo praticado. Ninguém pode... Imagine, só para raciocinar, D. Eliane: essa moça era drogadita, ela consumia drogas — a senhora disse isso aqui —, supostamente. A informação que a senhora tinha dela — está aqui no seu depoimento, que a senhora falou há pouco — era de que ela era uma consumidora, uma usuária de drogas e que tinha problemas com álcool e drogas. A senhora falou aqui, está certo?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Sim, ela utilizava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Utilizava, era usuária de drogas. Imagine que essa moça, Janaína, mas que, para efeitos de maternidade, era Selena — e a senhora sabia que ela estava entrando como Selena —, surtasse dentro dessa maternidade e praticasse alguma agressão que levasse essa criança a óbito. A condenada seria a Selena, porque ela seria identificada como Selena, e a investigação desse caso desnudaria esse ato. É uma hipótese aqui, apenas caricata, para que a gente possa...

Portanto, os efeitos colaterais de uma fraude documental, com a qual uma pessoa entra para ter um filho em nome de terceiros, o que era do seu conhecimento... A senhora não sabia se a documentação era falsificada ou se era própria e originária, certificada como tal pela Justiça, mas a senhora sabia que quem estava dando à luz essa criança era Janaína, em nome de Selena.

A pergunta é se a senhora sabia que a pessoa que estava dando à luz essa criança não era a Selena, era a Janaína.

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Sim. Eu sabia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sabia disso.

O depoimento da Janaína diz o seguinte: os documentos autenticados utilizados por ela para se qualificar como Selena — RG, Título Eleitoral, CPF autenticados pelo 1º Ofício de Notas e Registro Civil do Município da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia — foram entregues pela Sra. Eliane Cristina. A senhora confirma isso?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É depoimento da Janaína, dizendo que essa documentação toda foi entregue pela Sra. Eliane Cristina.

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Sim. O que acontece, Sr. Deputado, é que eu era a pessoa de referência em Belo Horizonte para a Janaína, tá? Vinham as informações de Selena, chegavam até mim, e eu repassava para a Janaína e da Janaína para a Selena, tá? Então, ela me enviou os documentos, pedindo que eu enviasse para a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Janaína.

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Janaína. Mas eu quero deixar bem claro que em momento nenhum eu sugeri, eu pedi, eu ofereci, sugestionei nada para que utilizasse nenhuma documentação. Eu não fiz isso. Tudo que eu fiz foi para ajudar a Selena, foi para ela poder ter o bebê em mãos, mas em momento nenhum eu sugestionei nada. Eu simplesmente entreguei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. A senhora pegou o documento — RG, CPF, Título Eleitoral — da Selena, entregou para a Janaína e não sabia o que estava acontecendo. A senhora só fez entregar, sem saber dessa... Foi isso que eu entendi que a senhora...

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Não. Eu peguei uma folha de ofício em que estava a cópia autenticada desses documentos que o senhor mencionou e entreguei para a Janaína, conforme a Selena me pediu, somente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas eu pergunto: a senhora tinha noção de que ela iria dar entrada na maternidade enquanto Selena.

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Sim. Eu sabia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro. Perfeito.

A Janaína afirmou que *“Eliane queria que seu filho fosse registrado no cartório em nome de Selena Castiel Gualberto. Dessa forma, dar-se-ia o parto próprio como alheio, ou seja, o parto da declarante Janaína Resende Carvalho dar-se-ia como o de Selena Castiel Gualberto”*. Então, a Janaína afirma que a Sra. Eliane queria que seu filho fosse registrado no cartório com o nome de Selena. Isso é o depoimento da Janaína. A senhora confirma isso?



A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Não. Eu não confirmo. Em momento nenhum era eu que queria alguma coisa, Sr. Deputado. Ela colocou que Eliane queria — licença, só um minutinho —, Eliane queria que seu filho fosse registrado. Eliane não queria nada, Eliane queria somente ajudar. O que foi acordado foi entre elas; não fui eu. Eu não acordei nada, eu não sugeri nada. Simplesmente tinha que ter uma pessoa aqui para entregar a alimentação dela. Quem era essa pessoa? Era eu. Tem mensagens no meu celular em que ela me pede para comprar galão de água para ela, porque não passava nenhum valor na mão dela. E imediatamente esse galão de água estava na casa dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deixe-me, D. Eliane, com toda a consideração... E eu procurei ser absolutamente sincero quando disse no início que eu não tinha, por hora, a convicção de que a senhora fizesse parte de uma quadrilha para obter vantagens, etc. e tal. Mas a senhora não convence a mim ao tentar afirmar que foi uma mera repassadora de documentos de... *“Estou ali para cuidar; não estou sabendo de nada. Deram-me um envelope aqui com os documentos, e eu entreguei para ela.”* Quero dizer, a senhora, por tudo o que nós já investigamos, e a senhora já disse aqui, a senhora foi uma agente importante nessa intermediação criminosa.

Veja bem: a senhora se disporia a fazer uma acareação com a Janaína, Dona...

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Claro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro? Nós podemos fazer?

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Claro! Claro! Claro! Nós... Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deixe-me fazer uma... Dentre as coisas que foram... Uma mensagem que foi passada — eu queria saber se a senhora reconhece isso — pelo seu marido para o seu celular diz assim: *“Não se preocupe que psicólogo e assistente social não é polícia.”* Essa mensagem foi passada pelo seu marido para a senhora pelo celular. A senhora reconhece essa mensagem?

E a segunda pergunta: qual é o significado, qual é a interpretação que a senhora dá a isso?



A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Parece-me que essa mensagem foi porque entrou a assistente social na enfermaria, fez algumas perguntas às demais pacientes e pegou a Janaína... Pegou assim, convidou a Janaína para ir até a sala dela. Aí eu falei assim: *Será o que que está acontecendo, que antecede a não saída do bebê pelo fato de ele não ter tido alta?* Então, aí, eu realmente mandei essa mensagem para ele, preocupada; por isso. O que eu me recordo é disso, pelo fato de a assistente social ter levado ela e eu não saber o que poderia estar havendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora estranhou a assistente social e a psicóloga? Ou seja, ali foi o sinal de que a casa caiu? Naquele momento em que começou a ter a contradição entre a saída da criança e a estranheza, por parte dos senhores, de que o esquema tinha sido malogrado? E a senhora, portanto, então... Essa mensagem seria em relação a isso, à consciência de que o...

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Não, num primeiro... Parece-me... Essa mensagem me parece que foi por esse motivo mesmo. Eu não percebi casa nenhuma caindo, eu não percebi... Eu percebi que tinha algum problema... Eu estava tão voltada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas deixe-me lhe dizer de novo a frase: *“Não se preocupe que psicólogo e assistente social não é polícia”*. Por que polícia? O que é que tem... Até então não havia polícia nenhuma nisso. Por que a senhora... Eu queria entender o significado dessa expressão.

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Pode ser pelo fato da Janaína com a documentação, sim. Mas, pelo que eu me recordo, pode haver esse fato da documentação e polícia, enfim. Mas, num primeiro momento, eu me preocupei porque a gente tinha acabado de saber que o bebê não ia ter alta. Aí eu pensei o seguinte: *“Aconteceu alguma coisa com o bebê. E por que assistente social?”*, entendeu? Então, foi por isso que eu mandei para ele. Eu acho que eu mandei. Eu devo ter mandado alguma mensagem, porque ela não está aí, e ele respondeu: *“Não preocupa”*. Então, pode ser pelo fato... Ele se preocupou, não é?, com essa questão da documentação, e eu estava voltada para o bebê

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quer dizer, a senhora disse:



"Olha, o negócio aqui começou a estranhar", e aí ele mandou dizendo: "Olha, não se preocupe que assistente social e psicólogo não é polícia". Quer dizer, a senhora não acha muito...

Olhe, eu vou lhe dizer: eu estou fazendo um esforço para compreender a sua circunstância, mas me parece que foi a constatação de que a casa caiu e de que, naquele momento, a preocupação de que isso não pudesse ser revelado como prática ilícita. Mas, enfim, estou satisfeito.

Pergunto ao Deputado Luiz Couto se...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só quero dizer o seguinte: como V.Exa. estava falando da qualificação — o Breno também é advogado e professor universitário; a Selenia é psicóloga e advogada; o marido de Eliane também é advogado —, eu vou, Sr. Presidente, já que a Janaína não foi convidada e não compareceu... Há algum problema. Nós vamos fazer o requerimento de convocação da Selenia, do Breno e da Janaína e da acareação entre Eliane, Cláudia e Janaína.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - D. Eliane, eu faculto a palavra. Se a senhora tiver mais alguma coisa que queira esclarecer a esta CPI, a senhora fique à vontade para as suas considerações finais, se assim desejar.

A SRA. ELIANE CRISTINA GONÇALVES FIGUEIREDO AZZI - Eu só queria agradecer a oportunidade de estar aqui. Realmente, eu falei a verdade, não omiti ou menti fato algum, tá? Estava voltada, sim, para ajudar a Selenia a ter o bebê dela, tá? Queria deixar, assim, que é uma tristeza muito grande o que a minha família está passando, a humilhação que a gente está passando, porque a gente sabe que a gente está falando a verdade, que não houve, em nenhum momento, paga, recebimento, nada. Não teve tráfico nenhum de criança — a gente sabe disso, Deus sabe, Ele sabe de toda a verdade. Então, assim, o que eu queria deixar aqui é uma tristeza que a gente está passando, é um momento muito difícil na nossa vida. Isso pode repercutir nos nossos filhos, tá? Eu estou sendo privada de sair com meus filhos, de ir à escola dos meus filhos, sabe?, de ligar para os meus clientes. Meus clientes, eles mandam *e-mail* em solidariedade, sabendo que não há verdade no que está sendo colocado. Então, eu deixo aqui muito, muito bem clara a minha tristeza e a angústia que a nossa família está passando. E peço, porque me parece que eu vi no jornal — foram tantas informações — e não sei se foi o delegado também que



pediu, a ajuda da sociedade. Gente, ajudem, vasculhem, pesquisem, procurem. Pode... Se precisar de mim, eu estou à disposição: onde eu já trabalhei ao longo desses 37 anos meus de vida, qualquer informação... O sigilo bancário vai ser pedido, não é?, e o telefônico. Eu estou à disposição para qualquer esclarecimento. Peço, sim, que ajudem a sociedade a esclarecer, que denunciem, porque a verdade virá, e eu estou com a verdade no que de fato aconteceu. Por isso, ajudem mesmo. Se precisarem de mim, podem pedir. Dou informação de onde eu passei por esses 37 anos da minha vida. Até o dia 10 de setembro, o lugar em que eu nunca havia pisado eu pisei, que foi uma delegacia. Eu tinha sido algemada, colocada num camburão e passei todas as humilhações que uma pessoa na vida pode passar dentro de uma cadeia; eu passei. Isso não vai ser apagado nunca da minha memória. E espero que pessoas inocentes como eu não possam passar pelo que eu passei: estar dentro de uma cadeia por 11 dias inocentemente. É isso que eu peço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu lhe agradeço. Agradeço ao Dr. Maicon a sua colaboração e espero que a senhora tenha sorte na condução da sua defesa.

Muito obrigado.

Quero convidar o Sr. Alexandre Azzi para prestar o depoimento.

(Pausa.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Alexandre, você também tem uma liminar concedida pelo Supremo para que você possa ter todas as prerrogativas que a Justiça definiu, e nós vamos dar para você, para que você possa fazer a sua defesa, o período de 20 minutos para que você possa falar do que você sabe e do que você pode dizer. Eu queria apenas que você dissesse o seu nome completo antes de começar.

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - Meu nome é Alexandre Castiel Azzi. Eu gostaria de cumprimentar todos os presentes, cumprimentar os Deputados, fazer uma menção ao que foi falado pela ilustre Deputada Maria Tereza — que aqui se busca a defesa à vida, mas se busca também o direito de defesa à família, o amplo direito de defesa e principalmente o Estado Democrático de Direito. A gente entende que, quando se é um Estado Democrático de Direito e se está com a verdade, não há nada o que temer. Eu queria começar colocando aqui, elucidando uma situação



que de fato aconteceu e que já foi inclusive colocada com detalhes em meu depoimento na delegacia. Eu coloquei ao Dr. Tito Barichello e queria reiterar aqui que a família é a principal interessada em toda a apuração minuciosa e profunda desses fatos. O que a gente está passando — e por final entrarei nisso — é uma coisa sobre-humana, que não há fundamento, e não há algo tipificado que esclareça. Vamos lá. Eu não vi a Selena e não conhecia o marido de Selena até o começo deste ano. Eles vieram a Belo Horizonte em busca de um tratamento de fertilidade, o mesmo tratamento de fertilidade por que eu havia passado junto com a minha esposa há 10 anos. Eu posso assegurar aos senhores que querer ser pai e querer ser mãe dá sentido a uma vida. É só isso. E eu posso assegurar ao senhor, conforme eu falei na delegacia de polícia, que adoção é um ato de amor, e quem não reconhece a adoção como ato de amor ou é muito insensível ou não tem capacidade de doar amor a um terceiro. Então, eu gostaria de colocar que, quando Selena e Breno vieram a Belo Horizonte, nós nos identificamos com a situação passada por eles naquele momento. Eles faziam um tratamento de fertilidade que a gente havia passado igualmente há 10 anos. E hoje eu posso afirmar aos senhores que, graças a Deus, o meu tratamento de fertilidade não deu certo, porque eu tive a experiência, a maior e melhor experiência da minha vida, de praticar uma adoção, uma adoção regular e com sentença transitada em julgado. E hoje eu posso olhar de forma igualitária nos olhos dos meus três filhos e falar, olhando no fundo dos olhos deles, que eu os amo profundamente, de uma forma igualitária, sem distinção nenhuma, de nada, absolutamente nada, nada, nada. Então, aos insensíveis, às pessoas que talvez não enxerguem amor numa adoção ou num ato de carinho e de solidariedade, eu até indicaria que se sentisse na própria pele, pois eu acho que seria algo extremamente gratificante do ponto de vista humano. E, quando Selena esteve em minha casa, ela fez o tratamento, ela foi ao médico e ela pôde acompanhar, de uma forma muito próxima, o nosso amor e o nosso carinho pelo meu filho adotivo, que é um tratamento, como eu coloquei, extremamente igualitário ao das outras crianças. Acabado o tratamento, ela voltou a Rondônia e, a partir daí, não sei se por influência nossa, ela entrou na Internet num *blog* de adoção, sem nenhuma indicação, sem nenhum contexto de que a gente tenha falado nada sobre isso. Ela viu, ela presenciou isso. E ela entrou num *blog* de adoção por iniciativa



própria e conheceu Janaína. E, a partir do momento que ela conheceu Janaína, ela passou a trocar *e-mails* com Janaína. Eu nem sei muito ao certo, eu não participei disso, mas ela passou a trocar *e-mails* com Janaína. E certo dia ela ligou para mim e minha esposa e colocou: *“Olha, eu conheci, através de um blog...”* E o *blog* está na Internet, para quem quiser acessar, não é, gente? Isso aí eu acho que é... não é? *“Conheci, através de um blog, uma moça, essa moça é de São João Del Rei, e eu tenho muita preocupação de que essa história seja verdadeira. Eu tenho muita preocupação de saber da índole dessa moça, de saber o contexto que está inserido nisso. Como vocês estão aí a cento e poucos quilômetros de São João Del Rei, vocês poderiam comparecer a São João Del Rei, para ter o conhecimento dessa moça?”* Eu e minha esposa nos sentimos lisonjeados no sentido de que Deus nos dava a oportunidade naquela situação de partilhar um presente chamado Rafael, que tem na nossa vida hoje, e a gente poderia retribuir à vida esse presente chamado Rafael, que... *(Pausa. O depoente se emociona.)* Quando eu saí de viagem com a minha esposa, saímos nós dois, eu lembro que quando a gente chegou ao Viaduto da Mutuca, eu me lembro até do lugar... A gente chegou ao Viaduto da Mutuca, eu peguei na mão da minha esposa e falei: *“Olha, Deus está nos dando uma oportunidade de retribuir em vida a alegria que ele nos deu. E nós vamos fazê-lo. Vamos com amor no coração, vamos com muito carinho e vamos retribuir isso à vida”.* E nós fomos. E chegamos a São João Del Rei, marcamos num supermercado, era um centro comercial, marcamos num restaurante com um lugar de espera. Marcamos de esperar a Janaína chegar. Chegando a Janaína, nós conversamos, e eu fiz muitas perguntas à Janaína no sentido da segurança dela de doar a criança, se havia livre e espontânea vontade na questão, o que havia... Se havia livre e espontânea vontade na questão, se realmente ela fazia uma doação sem arrependimento futuro, e isso eu pedi para que ela colocasse num papel, numa folha, numa folha de caderno. E a Janaína, numa folha de caderno, ela pegou e ela teve extrema dificuldade, ela teve extrema dificuldade de colocar numa folha de papel que ela estaria doando um filho seu. Depois de ela pensar, de tudo, a finalização da redação dela foi que ela estaria doando o bebê que ela estaria gerando. Esse papel está juntado ao inquérito, os senhores podem ter acesso a ele, e é um papel assinado pela Janaína. E nós tivemos o cuidado de pegar a identidade



da Janaína também para conferir a assinatura dela. Posteriormente, voltamos, relatamos o fato à Selena e ao Breno de que realmente ela queria doar por uma situação pessoal dela. O bebê era fruto de traição, de um relacionamento extraconjugal, ela teria que esconder isso de qualquer meio, mesmo porque ela decepcionaria muito a sogra dela, a quem ela devia muito respeito. Em que pese não ter um bom relacionamento com a mãe, tinha um ótimo relacionamento com a sogra. A sogra inclusive havia lhe prometido parece que uma casa, e ela tinha dois filhos naturais com esse marido, no caso. E esse marido estava fora, fazendo um curso de chefe de cozinha. E, quando eu voltei, relatei tudo isso ao meu primo. Ah, eu queria salientar uma coisa muito importante. Eu fui a São João Del Rei às minhas expensas, a questão do almoço foi às minhas expensas, eu não pedi 1 centavo para ninguém. Eu fiz um ato que eu julgo ser um ato de que eu poderia ajudar a realizar um sonho de maternidade e de paternidade que outrora eu tinha sonhado com todas as minhas forças. E, posteriormente a isso, voltei e relatei à Selena e ao Breno todo o ocorrido, inclusive o fato de ela ser usuária de drogas, o fato de ter sido traição. Relatei tudo, relatei toda a questão. A partir daí, eu meio que — usando uma linguagem figurada —, eu meio que saí de cena. Eu passei tudo isso a eles e pensei aqui comigo: *“Agora a decisão é deles, eles vão querer saber o modo que vai ser feito, como vai ser feito e tudo o que vai ser feito”*. O que eu realço para vocês é que sou pai adotivo de uma adoção absolutamente regular. Foi psicóloga à minha casa, aliás, eu fui entrevistado por uma psicóloga, eu lembro que na entrevista chorei muito; assistente social foi à minha casa, e eles fazem coisas... Eu estou contando com minúcias para vocês verem, em que pese a sentença estar transitada em julgado, mas eu quero elucidar bem isso. A assistente social vai à sua casa e, além de conversar com você, ela faz um trabalho de abrir geladeira e de uma série de coisas que... É interessante. Mas aí eu voltei e relatei isso a eles e meio que saí de cena, eu não tenho mais conhecimento do que... Eu via que depois Breno e Selena se comunicavam com Eliane, Selena principalmente se comunicava com Eliane, e Eliane com Janaína, mas, a partir daí, eu meio que saí do contexto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Sr. Alexandre. Eu queria inicialmente dizer o que eu já disse no depoimento da sua esposa há pouco: nós estamos aqui no estrito cumprimento do nosso dever, aqui na



CPI. Eu não o conheço, não conheço nenhum dos personagens, nem o Deputado Luiz Couto; não fomos atores, não participamos de nenhum processo. Tomamos conta, conhecimento desse episódio pela imprensa e depois em contato com algumas entidades aqui da sociedade que estão acompanhando. Portanto, nós não temos nenhum ânimo nem desânimo em relação a ninguém, nós estamos aqui ouvindo as pessoas em busca da verdade e com uma tarefa de tentar compreender um pouco mais essa coisa que é cada vez mais recorrente na sociedade brasileira das adoções ilegais como uma das modalidades do tráfico de pessoas. Portanto, nós não vamos aqui julgar, nem condenar, nem fazer qualquer avaliação prévia de quem quer que seja. Nosso objetivo é estritamente esse e, portanto, eu agradeço a sua presença aqui e as suas considerações.

O senhor, pelas informações, é casado com a D. Eliane já há 13 anos, salvo engano...

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Os senhores têm uma vida com três filhos, um adotivo e dois biológicos, que alcançaram esta graça depois de todo um conjunto de tentativas e tratamentos, etc. O senhor é empresário — não é isso? —, comerciante na área de... E também é bacharel...

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - Sou bacharel em Direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... em Direito. Portanto, tem formação jurídica, não é? E nós temos aqui o depoimento da Janaína. Em vários momentos, ela conta parte do que o senhor já falou aqui e a sua esposa também, da reunião e do encontro lá em São João Del Rei, a pedido da Selena e do seu esposo Breno...

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - Eu posso acrescentar que não houve apresentação nenhuma minha e da minha esposa de Janaína à Selena. Elas se conheceram através do *blog*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro, claro. Isso para nós está claro. Vocês tiveram essa reunião em São João Del Rei, esse encontro com a Janaína, digamos assim, para aferir se aquilo que estava supostamente no *blog*... Qual era a dimensão real daquele personagem — que até então era um personagem. E, da referida reunião, a sua esposa e o senhor concluíram que as



informações até então passadas por Janaína para Selena eram verdadeiras ou bastante verdadeiras, pois a mesma estava grávida, demonstrava vontade e interesse de esconder o estado gestacional pelas razões que o senhor já colocou aqui. O marido foi fazer um curso de chefe e ela teve outro relacionamento, que produziu essa gestação. E, portanto, a sua esposa e o senhor repassaram as informações para Selena, que era, vamos dizer assim, a autora da investida, digamos assim, ou da articulação para que pudesse fazer essa adoção. Os senhores, então, passaram a ser os intermediários dessa... O termo... eu não estou encontrando aqui um termo. Os senhores passaram a ser a referência, em Minas Gerais, do casal que estava em Rondônia, portanto, há mais de 2 mil quilômetros de distância, e que, portanto, precisava de alguém aqui para dar o suporte para essa articulação de adoção, vamos dizer assim. Eu não quero falar em “empreitada” e nem em “intermediação”, se o senhor se ofende com isso. Por favor, não é o meu objetivo aqui. Mas o que eu quero fazer entender, a essência do que eu... Vocês passaram a ser os prepostos do casal Selena e Bruno aqui, no sentido de dar guarida, arranjar o local para que essa gravidez pudesse ser omitida do núcleo familiar da Janaína. Deram os suprimentos necessários, recebidos pelo Bruno e pela Selena, para fazer dispensas à alimentação, a cuidados outros com o filho, inclusive, de 2 anos, que acompanhava a Janaína por exigência dela nesse período após 6 meses em que estava grávida e que ficou acolhida aqui. E o senhor e a sua esposa eram quem davam esse suporte, esse acompanhamento. Os relatos aqui são torrenciais a cerca disso, está certo? Quem entregou os diálogos sobre a documentação, da falsificação, de como produzir a carteira de identidade para que a Janaína ingressasse na maternidade no hospital como Selena. Enfim, isso tudo... É isso que eu quero dizer: os senhores passaram a ser... E o termo o senhor corrige se eu estiver... se o termo usado aqui lhe ofender. Mas o que eu quero saber é o seguinte: os senhores foram o casal que de qualquer forma apoiou, participou dessa articulação de apoio a essa adoção, digamos assim, à revelia da coisa. Essa é a primeira pergunta que eu queria lhe fazer, se o senhor quiser anotar aqui, para a gente economizar o tempo. A segunda: o senhor tem formação jurídica, a D. Selena também; o seu esposo, o Bruno, salvo engano, também, inclusive é professor da universidade em Rondônia. É um casal de classe média, bem aquinhoado. Eu



perguntei a sua esposa, e quero fazer a pergunta ao senhor também, se o senhor pode nos revelar, aproximadamente, grosso modo, qual é a renda média do casal, acima de cinco, seis, dez salários mínimos. O senhor é empresário, a sua esposa é empresária da área do turismo. O senhor também tem formação jurídica. O senhor, além disso, já adotou uma criança com todos os trâmites que a legislação brasileira, para o bem ou para o mal, certo ou errado, estabelece. Não seria natural que o senhor recomendasse — recomendasse — ao casal desejoso que eles pudessem seguir a mesma experiência exitosa, até para dizer isso que o senhor acabou de dizer e que a sua esposa também disse aqui, numa espécie de retribuição ao Deus Todo-Poderoso da bênção que lhe foi permitida adotar de forma eficaz, de forma correta, exitosa uma criança depois de ter tido a oportunidade de ter dois filhos biológicos? Não seria natural que o senhor indicasse esse mesmo caminho fértil da adoção legal, que foi exitosa e por experiência do senhor mesmo com a sua esposa? Quer dizer, vocês atropelarem isso para procedimentos... E, independente, eu disse para a senhora sua esposa e vou dizer para o senhor também a minha convicção pessoal: acho que, por ora, os senhores não fazem parte de uma quadrilha internacional ou nacional que articula crianças para adoção em favor de vantagens de paga ou de pecúnia. Eu não estou convencido disso, quero lhe dizer com muita franqueza. Mas o senhor há de convir que ilícitos foram praticados. O senhor tem formação jurídica, falsificar um documento, se passar por uma pessoa para entrar num hospital para dar à luz uma criança em nome de terceiros. O senhor acobertar isso tudo — o termo é meu, se o senhor achar indevido, reponho —, enfim, patrocinar, de certa forma, tudo isso não seria algo que agrediria não só a sua compreensão acadêmica, pela sua formação, mas também uma experiência pessoal exitosa? Eu queria que o senhor pudesse ser...

O SR. MAICON PRATA - Especificamente, Deputado (*ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É.

O SR. MAICON PRATA - A primeira pergunta, o senhor fez, usou o termo “intermediário”... Esclareça a primeira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É, a primeira pergunta é: qual foi a participação exata de vocês diante de um casal que, vamos dizer...

O SR. MAICON PRATA - Você ou do depoente?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... seu, do depoente. Eu digo em relação ao casal, porque ele se referiu à esposa o tempo todo, e depois disse que sumiu... Sumiu, não, se afastou, depois de ter repassado o pedido de aferição que se a Janaína era a Janaína tal, tal, tal, e aí as coisas ficaram sendo tocadas pela sua esposa. Mas, então, eu queria...

O SR. MAICON PRATA - (*Ininteligível.*) A pergunta do senhor é até onde vai o envolvimento dele, até onde que é o dele e da esposa dele... É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É, eu estou tentando ser objetivo, doutor. Se o senhor puder...

O SR. MAICON PRATA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vamos lá, doutor.

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - É questão de preposto, de intermediário, é um termo que eu rechaço profundamente. Quem vai a São João Del Rei para conhecer uma pessoa, para ver se a pessoa existe, para ver se a pessoa está grávida e para ver se a pessoa tem segundas intenções em doar um bebê, não pode ser tratado como intermediário nem preposto, de forma nenhuma. O papel meu foi meramente de informar aos meus primos se haveria uma grávida de fato, se haveria boa intenção dessa grávida na doação de um bebê e se não haveria arrependimento futuro. Foi este o papel que eu prestei. Nada além disso. Quando se vai adotar — e eu estou muito à vontade para falar isso —, o grande receio — e nós estamos vivendo na mídia uma situação muito pertinente aí hoje —, o grande receio do pai adotivo é que a criança seja tirada e ele seja tolhido do convívio com a criança. Então, quem vai adotar ou quem não vai pode sentir na pele do quanto traumático pode ser a pessoa ter uma guarda provisória e, posteriormente, ser tolhida desse convívio. Com relação à minha renda, eu tenho uma renda de mais de 10 salários mínimos, tá, doutor? As minhas empresas são inteiramente compatíveis para tal, tudo declarado, se o senhor quiser a declaração de imposto de renda, com a minha evolução patrimonial, está à disposição. O meu dinheiro, graças a Deus, é um dinheiro honesto e fruto de trabalho com muita intensidade, graças a Deus. Eu não preciso falar, a partir dessa afirmação, que não há nenhuma conotação pecuniária neste episódio. Nenhuma! Em todos os diálogos que já estão nos autos aí jamais vão encontrar a palavra “compra”, “venda” ou “pagamento”. Não vai. Isso é



fantasia. Chama-se “fantasia”. Com relação a eu ter feito uma doação legal, doutor, eu posso responder por mim: eu o fiz, está transitado em julgado, eu tenho muito orgulho de ser pai adotivo e é uma experiência maravilhosa, e eu posso falar por mim. Eu não respondo pela atitude de terceiros. Com relação à quadrilha — é até interessante —, foi noticiado num primeiro momento aí, a notícia saiu de todos os lados. Nós dormimos uma noite como cidadão comum, de bem, que gera emprego, que paga imposto, e acordamos no outro dia em jornal internacional. O rótulo que havia no jornal internacional era o seguinte: *“Olha, arrumaram uma quadrilha de traficante em Betim”*. E isso, como depois a relação nossa com Pernambuco, com São Paulo, qualquer coisa que o valha, isso vem caindo barra a barra, passo a passo, e vão cair todas, porque tem há dinheiro, não tem coação; tem verdade, tem amor, tem carinho, tem afeto. E eu diria mais aos senhores: a gente fica muito curioso. Eu, anteontem parece, eu fui ao Youtube da *TV Betim*, que teve entrevista do meu advogado, posteriormente a entrevista do Delegado — e é muito interessante a narrativa do Dr. Tito quando ele fala da psicóloga. Ele fala que a psicóloga estava com a Janaína, e a Janaína estava muito arredia em relação à criança, muito fria em relação à criança, e a psicóloga teria indagado — eu estou usando as palavras, Dr. Tito, que o senhor usou, me perdoe se não estiver certo, com relação à psicóloga... Então, o que eu ouvi mesmo, até anotei. E parece que a psicóloga havia indagado à Janaína *“Mas esse filho não é seu?”*. *“Não, não é meu.”* Nos mesmos moldes do que ela havia preenchido *“O bebê que eu estou gerando e não vou doar o meu bebê”*. Ela preencheu o bebê que eu estou gerando. *“Esse filho não é meu, então posso levar ele embora?”* *“Posso.”* A narrativa do Dr. Tito Barichello foi de que a psicóloga, com medo, afastou a criança. Na minha humilde percepção — e posso estar errado, não sou dono da verdade, não tenho essa pretensão —, eu acho que Selena e Eliane, de alguma forma, acolheram e contribuíram para a integridade e para o nascimento dessa criança. A gente já viu caso de bebê em lata de lixo, de bebê em caçamba e de bebê na Lagoa da Pampulha, mas esse é um caso em que eu acho que houve a presença da mão de Deus para que essa criança nascesse com integridade. De uma forma certa ou não, a criança hoje, graças a Deus, habita entre nós, né? Com relação à falsidade, à falsificação de documento que o senhor colocou aí, que eu, como bacharel em



Direito e tal, eu não tenho conhecimento desse fato, doutor. Não tenho conhecimento nenhum. Como eu coloquei para o senhor, eu saí de cena, eu sou uma pessoa que trabalha em vários lugares do Brasil. Eu não tenho conhecimento nenhum de falsificação de documento, de nada; fui saber posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Talvez eu não tenha sido entendido devidamente. Então, pelo que o senhor me disse, o senhor foi um mero informante das condições reais de adoção da Janaína, de doação da Janaína — ponto, só isso. O senhor não tinha conhecimento nenhum de toda... Só para... O senhor não teve nenhum conhecimento de que a senhora Janaína ia se passar por Selene...

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - Selena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ia ter essa criança em nome de Selena, que a documentação...

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pode, pode.

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - Quando eu estive em São João Del Rei — e isso depois de exposta toda a situação de Janaína —, ela colocou o seguinte: *“Olha, esse bebê arreventa a minha vida. Então o seguinte, é fruto de traição, eu sou usuária de droga, eu não posso aparecer, porque minha sogra é muito boa para mim. Então é uma questão que, se aparece um bebê extraconjugal numa situação dessa, a minha vida está acabada. Então o que eu preciso? Eu preciso sair daqui de São João Del Rei, eu não posso ficar aqui com barriga, não tem jeito de eu aparecer aqui na sociedade com barriga. Eu não tenho essa condição de explicar para ninguém que eu estou grávida. Meu marido está fora, eu não tenho essa condição.”* Então, ela pediu o seu afastamento, isso foi nessa única conversa em São João Del Rei. Ela pediu para se afastar da cidade e disse que não poderia aparecer de forma alguma. Isso foi passado por nós à Selena (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Isso eu já entendi, o senhor já disse.

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - E o que o senhor quer saber?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu quero saber se a sua participação nisso é absolutamente restrita a isso, se o senhor depois não soube



que ela ia se passar por Selena, que ela teve documentação falsa. Isso não foi do seu conhecimento?

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - Posteriormente, depois que ela já estava no hospital, aí é que eu vim saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo. Eu estou insistindo nisso porque outras informações contradizem o que o senhor está nos dizendo. E eu estou tentando deixar isso muito claro para que isso não venha entrar num grau de contradição maior depois. Segundo, eu queria saber... A Janaína foi, portanto, admitida pela Selena como uma doadora do seu interesse, vamos dizer assim...

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não. De seu interesse... Estou falando na terceira pessoa: dela, Selena. Não é do seu aqui, Alexandre. É do interesse, Selena. E, portanto, vamos dizer assim eu topo a questão. Vamos fazer. E, a partir daí, foi feito o deslocamento da Janaína para Belo Horizonte, o aluguel da casa em que ela ficou durante esse período, a visita que a sua esposa fazia para levar suprimentos — isso já foi aqui por ela relatado fartamente — o acompanhamento das condições de saúde da Janaína... O processo da documentação o senhor disse que já respondeu: que só soube no hospital, quando a coisa já estava consumada. O senhor não soube antes. Então, quer dizer, só a sua esposa soube, pelo que ela colocou aqui, que ela sabia, que isso foi produzido por lá, mas que ela tinha conhecimento disso. O senhor não sabia. Quer dizer, ela lhe omitiu essa informação. O senhor só soube depois. Mas essa questão do aluguel, do suprimento, das visitas da sua esposa, do acompanhamento dessa situação, dos diálogos da Janaína com a Eliane sobre a questão da documentação, tudo isso não era do seu conhecimento? É a pergunta que eu lhe faço.

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - Era do meu conhecimento a questão da subsistência da criança que a Janaína gerava. Isso era do meu conhecimento. A questão de ela ter que sair de São João del Rei é do meu conhecimento, porque ela tinha que esconder a questão da gravidez. Agora, a questão de documento não é do meu conhecimento. O que mais o senhor perguntou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Desse acompanhamento.



O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - Desse acompanhamento. Eu tinha conhecimento da questão da subsistência da criança — vamos deixar bem claro — da criança, do nascituro — ponto. E a questão da moradia, da acomodação, da questão pessoal de Janaína. Disso eu tinha conhecimento, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas o senhor não sabia que a Janaína ia ter essa criança em nome de Selena?

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - Não. Não sabia. Fiquei sabendo depois, no hospital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Depois, no hospital. Deixe eu só entender. No seu raciocínio, a sua esposa — e o senhor, de alguma forma —, mas ela estava levando regularmente suprimentos, acompanhamento. Ela, a sua esposa, fez um depoimento aqui, emocionado, dizendo que já tinha inclusive relações de afeto com aquele feto, com aquela criança.

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - E eu também. Eu era padrinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é. Padrinho, etc e tal. E o senhor não sabia que a Selena... Só para eu entender. Na sua cabeça essa Janaína ia ter um filho dela em nome de Janaína, ia assumir a maternidade, mesmo tendo lhe dito que não poderia sair do anonimato em hipótese nenhuma. Não poderia sair do anonimato em hipótese nenhuma. Como essa equação fechava no seu raciocínio? Quer dizer: a mulher não pode assumir a sua identidade, eu sou informante — para usar um termo seu — de uma empreitada da Selena, que quer adotar essa criança, essa criança não pode ser assumida, nem a ela, nem à mãe, e o senhor não sabia de nada disso, Sr. Alexandre? Por favor!

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - Doutor, Sr. Deputado, eu vou responder com muita tranquilidade para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - Quando eu tive que tomar um ato meu de adotar uma criança, eu fiz de uma forma regular. Se a pessoa que fosse adotar uma criança o fizesse de uma diversa, eu imaginei que seria feito... Ela teria a criança em nome de Janaína e teria depois pleiteado a guarda provisória, porque é assim que tem que ser feito. Eu imaginei que teria sido dessa forma. Agora, se as



peessoas, nesse curso, têm outro tipo de atitude, isso não pode ser responsabilizado a mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, pelo que nós concluimos, só a sua esposa tinha conhecimento. Ela não confidenciava essa consciência que ela tinha — já revelou aqui para nós — ao senhor. O senhor continuava achando que a Janaína ia ter essa criança em nome de Janaína e, depois, o processo de guarda provisória.

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - Continuava. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está bom. Deputado Luiz Couto, o senhor quer...?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, só dizer que nós estamos aqui, como disse o Deputado Jordy... Não fomos nós que investigamos. Nós estamos aqui para ver a posição de cada um. É o direito à ampla defesa a cada um. Nós também acreditamos que a adoção, seguindo a tramitação, seguindo o cadastro nacional, a legislação de adoção, é um ato de amor, porque as pessoas a querem. Isso é o que deve ser.

Nós verificamos, em cada momento, Sr. Alexandre... Não estou dizendo que é o caso aqui, mas em outros países, onde as crianças foram adotadas como um gesto colocado como de amor, ao chegarem ao exterior, elas foram viciadas sexualmente, elas foram exploradas, tiveram órgãos retirados para venda. Então, muita gente faz. O senhor não faz isso, mas tem muitas pessoas que não fazem como um gesto de amor. Por isso é que nós tentamos verificar onde é que se faz a forma de adoção legal, seguindo toda a tramitação, seguindo o cadastro nacional, ou seja, de outras pessoas que entraram lá e estão esperando pela adoção. Então é isso que nós queremos. Ou seja, a lei vale para todos. Então, nós não podemos aceitar que se descumpra a lei porque Fulano de Tal ou Sicrano está querendo fazer, desrespeitando inclusive uma lista daqueles que já têm a tramitação.

Eu queria apenas dizer que a nossa Selena Castiel Gualberto, que é prima do Alexandre, foi convocada e não compareceu. Então, nós vamos agora...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é. Como ela veio também para cá para fazer, ela poderia... Ela pode vir para cá ou ir para Brasília. Nós não vamos



ouvi-la em Rondônia. Se ela não podia, que ela comunicasse à CPI, que faria com que a passagem dela fosse, para que ela viesse; agora, se não, ela vai ser chamada e vamos pedir à polícia que possa trazê-la na próxima audiência que nós marcarmos para ela. E vamos convocar também o marido dela, o Breno, para que possa comparecer.

Não fomos nós que colocamos a palavra “intermediação”; foram o inquérito e o relatório que foi apresentado pela polícia. Então, nós queremos dizer o seguinte: que essa audiência pública é importante porque aqui nós identificamos algumas situações que merecem um aprofundamento maior.

Então, vamos agora ouvir o próximo. Podemos liberar o Sr. Alexandre, para que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Eu não estou me dirigindo a V.Exa. Para que nós possamos ouvir a Cláudia. E ele ainda vai ter o momento para poder ainda falar.

Só queria dizer isso, para que não ficasse essa visão de que nós estamos aqui fazendo julgamento. Nós estamos querendo que a verdade apareça, porque a verdade pode até nos fazer sofrer e pode nos deixar chateados, mas a verdade nos liberta, como o senhor saber, o homem que é um homem de fé. E o sabe que é o próprio Cristo que diz que a verdade nos libertará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Antes de o senhor fazer as suas considerações — eu vou já lhe facultar a palavra —, uma última pergunta: houve uma mensagem que o senhor passou para a sua esposa através do celular que diz o seguinte: *“Não se preocupe, que psicólogo e assistente social não é polícia”*. O senhor poderia nos informar, primeiro, se o senhor reconhece essa mensagem e qual é o significado dela no momento em que ela foi passada?

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - Perfeitamente. A mensagem é minha e tem a seguinte conotação: Janaína havia nos falado que era usuária, em festas, de drogas de tudo, e Selena temia muito pela saúde do bebê. Então, havia inclusive a preocupação nossa com a questão da saúde do bebê e de ela estar portando droga no hospital. Então, essa mensagem teve essa conotação. Foi por isso que eu a coloquei.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu faculto a palavra ao senhor, para fazer as considerações que o senhor achar ainda pertinentes e que sejam importantes para esclarecer.

O SR. ALEXANDRE CASTIEL AZZI - Olha, eu queria terminar aqui falando que se dizimou uma família de bem. A nossa família encontra-se dizimada por precipitação e por notícias desconstruídas. Já falaram em tráfico internacional. Nenhum de nós tem passaporte e, para isso, bastaria uma mera análise. Seria algo muito simples e muito corriqueiro. Mas não. Preferiu-se colocar nos jornais que somos traficantes internacionais. A correlação com Recife já foi descartada. Não haverá correlação com quem quer que seja, com caso nenhum precedente. Nós temos a verdade a nosso favor, e eu falo isso com muita segurança. E falo isso não perante a justiça dos homens não, falo isso perante a minha justiça e a justiça de Deus. Como eu falei, dizimou-se uma família. A minha esposa não pode entrar na escola: comissão de mães a tratando como traficante de bebê! A agência da minha esposa, uma agência de turismo... Foram feitas várias ligações para investigar, e eu acho isso muito muito saudável. Os clientes relatam à minha esposa: *“Olha, estão ligando para a gente para perguntar se aí vende viagem mesmo.”* Nós podemos dar mil exemplos para vocês de pessoas que são bem atendidas, que realmente viajam com a minha esposa e que têm muito prazer de voltar e viajar novamente. Só que hoje essa agência está colocada à venda, porque, quando a minha cunhada esteve lá, pararam seis carros de polícia por causa de denúncia lá, de gente do bem, de gente honrada, de gente séria. Eu convidaria os senhores a uma reflexão. Os senhores acham que, depois de vinculada a imagem da minha esposa a nível mundial, os senhores acham que seria plausível, para uma traficante de bebê, aparecer alguém, alguma mãe ou alguma enfermeira ou quem quer que o valha que falasse assim: *“olha, eu já vi essa moça em algum lugar; essa aí tentou comprar o meu bebê; essa aí tentou me vender um bebê”?* Não apareceu ninguém! E eu vou garantir aos senhores: não vai aparecer. Eu acho isso um juízo do senhor, Deputado, interessante juntar essa declaração tanto do meu advogado quanto do Dr. Tito, no Youtube, a partir da narrativa da psicóloga, que a psicóloga teve medo das atitudes de Janaína. Eu acho muito interessante no sentido da proteção dessa criança, a proteção que foi reservada a essa criança. Ah! Tem uma que é piada.



Eles falaram que a minha mãe... Minha mãe está aqui presente, minha mãe tem 69 anos de idade, tem um trabalho social no bairro Primeiro de Maio, é conhecida de dar Evangelho para criança. A minha mãe, sem nenhum cunho pecuniário, sai todo sábado carregando alimento — e eu tenho muito orgulho da minha mãe —, ela sai carregando alimento para levar para criança, para ensinar Evangelho, para fazer saquinho de bala, para fazer... para atrair as crianças para levar a palavra de Deus. Eu tenho muito orgulho desse ser humano. Estou falando olhando para a senhora, mãe. Muito orgulho da senhora. E foi colocado num dos jornais desses daí, numa dessas notícias truncadas que dizimam uma família, que a minha mãe levaria os bebês para Portugal. Ô, gente, vamos falar sério, né! Vamos falar sério! Pesquisem a vida da minha mãe. Vocês vão me trazer muito orgulho de pesquisar a vida da minha mãe. É um exemplo que eu tenho a seguir. *(O orador se emociona.)* Eu acho que é isso, gente. Muito obrigado. Eu acho que é esclarecedor. A CPI foi muito esclarecedora para nós. Eu queria... E um fato acho que inédito, um fato de conotação inédita policial, juntar investigados e investigador para que a gente peça à sociedade que esclareça isso. Eu quero que... Todo o fato capaz de ser elucidado a família está de acordo. A família não tem receio de absolutamente nada. A gente quer só a verdade. A gente quer de vocês que devolvam... A dignidade nossa nós nunca perdemos, porque nós sabemos da verdade. Mas a sociedade precisa resgatar a dignidade de uma família de bem, uma família que gera emprego, uma família que olha adiante, uma família que paga os seus impostos. Gente, muito obrigado por terem me escutado, viu? Eu agradeço a oportunidade ao Deputado, e que Deus possa iluminar e dar discernimento às autoridades, sem qualquer tipo de vaidade, mas com discernimento. É nesse sentido toda a oração da família. A gente ora muito para que dê discernimento às autoridades. E, tendo esse discernimento e bom senso, com certeza chegaremos à verdade. Agradeço a quem me escutou. Peço desculpas se de alguma forma, se de alguma maneira eu fui mais veemente em alguma defesa, mas isso é humano, é de quem tem sangue nas veias, é de quem tem hombridade e é de quem tem dignidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Sr. Alexandre. Mais uma vez, eu queria, primeiramente, agradecer o senhor e o seu defensor e ratificar o que já foi dito aqui de forma exaustiva. Nós estamos aqui no



estrito cumprimento do nosso dever, em busca dessa verdade. E o nosso papel — eu ratifico a minha convicção... Por ora ainda tem muita coisa para ser investigada pelas autoridades.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Essa afirmação do senhor, de que não participa de nenhuma organização de tráfico, eu tenho essa convicção pessoal, o que não quer dizer que o senhor não tenha praticado ilícitos nesse processo. Para mim, esse processo da adoção ilegal é um ilícito. Existe a lei que diz como se faz. E o senhor conhece bem a lei, porque foi objeto do exercício dessa lei, e o que nós assistimos aqui foi um ato fraudulento, ilegal, clandestino, subversivo ao ordenamento jurídico. Isso é crime no Brasil. Precisamos discutir e investigar qual é a participação de cada um nesse procedimento ilícito. E é o que nós estamos procurando aqui fazer. Mas eu lhe agradeço e lhe desejo boa sorte, ao senhor e a sua esposa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vamos ouvir a Sra. Cláudia Gonçalves. *(Pausa.)* Bom dia, senhora. Queria agradecer a sua presença e a do seu advogado que está aqui. E nós vamos aqui... Sra. Cláudia, eu sou o Deputado Arnaldo Jordy e aquele é o Deputado Luiz Couto, Presidente e Vice-Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas, que tem por objetivo investigar o tráfico humano no Brasil. E o nosso objetivo aqui é cumprir um dever de ofício, uma obrigação de estar aqui para ouvir o seu depoimento e os dos demais, em busca exclusivamente da verdade dos fatos. Está certo? Eu vou lhe facultar o tempo de 20 minutos, no máximo, se a senhora assim quiser usar, e, depois, vamos fazer as considerações e as perguntas que nós Deputados acharmos convenientes e pertinentes. Está certo?

Então, eu lhe passo a palavra para a senhora prestar os esclarecimentos que achar convenientes nesse episódio.

A SRA. CLÁUDIA GONÇALVES DENISE GIANI - Boa tarde, o meu nome é Cláudia. Deputado Luiz Couto e Deputado Arnaldo Jordy, eu gostaria muito de agradecer a oportunidade que nós estamos tendo de falar com vocês, oportunidade essa que nos foi dada agora pela primeira vez. Gostaria de pedir a todas as pessoas que estão aqui presentes para se colocarem um pouquinho, se sentirem um



pouquinho, como se fossem vocês, um pouco na minha pele, um pouco na pele da minha família, porque hoje é o segundo pior dia da minha vida, porque estou numa sala, estou sendo aguardada para ser escutada. Tenho dois filhos. A minha irmã tem três; eu tenho dois. Um é adolescente. E antes de vir para cá, ele falou comigo: “Mãe, fala a verdade, você não está falando a verdade? Por que todo mundo, ninguém até agora falou a verdade? Nós temos te acompanhado, a gente sabe quem somos nós e por que eles não colocam a verdade, somente a verdade?” Eu não soube explicar para ele. Ele tem 16 anos, é um adolescente. Eu tenho a minha filha de 12 anos, moro em Betim há 19 anos. Morar em Betim hoje pesa muito — muito —, porque eu perdi o meu emprego, perdi a minha vida, perdi a credibilidade. Estou sendo julgada por pessoas que me conhecem, não me conhecem. Graças a Deus, umas me conhecem e sabem da minha índole, mas outras não me conhecem e me julgam. Isso, hoje, Deputado Arnaldo, é muito, muito, muito precioso na minha vida. Porque a minha mãe sempre ensinou para a gente que a gente tem que sempre falar a verdade. E eu passo isso, desde que os meus filhos nasceram, que a gente tem que falar a verdade. Por isso o meu filho me questionou ontem, antes de vir para cá, e eu não soube respondê-lo. Gente, do fundo do meu coração não soube respondê-lo. Estou com um pesar muito grande. Estou sendo acusada de uma coisa que eu não fiz. Dia 10 de setembro eu dormi uma cidadã normal e dia 12 eu fui acusada de ser traficante. Isso pesa muito. Se vocês querem saber isso pesa muito na minha vida, muito. *(Choro.)* Eu tenho olhado... Quando a minha irmã foi presa, eu fiquei com três crianças: uma que tem um problema de saúde, que é o filho adotado dela, e outros dois, duas crianças que choravam de manhã, de tarde e de noite, por causa dela. Então, ela não é uma má pessoa, ela não é uma mãe que abandona os seus filhos. E eu tive essa, graças a Deus, incumbência de olhar os meus sobrinhos, juntamente com os meus filhos. Passei por uma situação muito complicada. A minha irmã tem uma agência de turismo. Cheguei lá, de repente, apareceram seis carros da polícia, com sirene ligada. Eu me senti a pior pessoa da minha vida. *(Choro.)* Porque eles foram atrás de mim e me falaram que tinham um mandado de prisão, que tinha uma pessoa foragida. Gente, não existe isso! *(Choro.)* Olha para uma mãe, olha para a minha mãe que está na casa dela, que não tem condição nem de levantar da cama de manhã, com tranquilidade, ver as duas filhas



acusadas de serem traficantes de bebês. (*Choro.*) Eu trabalho na Prefeitura tem 14 anos. (*Choro.*) Eu fui mandada embora sem nenhuma pena e nem piedade. Sabem por quê? Porque a mídia julga. Eles não querem saber os fatos. Por isso, Deputado Arnaldo, eu gostaria de agradecer imensamente a oportunidade que o senhor nos está dando. Não sei por qual motivo que o senhor... Não é? Eu não entendo, muito, eu sou muito leiga nessas questões. Mas eu gostaria de agradecer do fundo do meu coração. A minha participação na questão desse envolvimento, na situação que aconteceu... Eu conheci Selena, que é prima do Alexandre, no início do ano, não sei a data, e ela veio visitar o Alexandre. Veio fazer um, pelo que ela falou, veio fazer um exame, que também não sei falar com o senhor. Encontrei com ela na casa de Eliane, porque, graças a Deus, a minha família é muito unida. Por isso é que estão todos aqui e estão todos muito, muito, muito tristes. (*Choro.*) Porque são três famílias que o senhor não tem noção do acontecimento: estão todos arrasados. Todos, todos muito — sabe? —, muito chateados com a situação. E o que acontece? Eu encontrei a Selena, conheci a Selena na casa de Eliane. A gente é muito unida: eu e Eliane. Nós somos quatro irmãs. E ela veio e pronto! Depois, Eliane me ligou, conheci a Selena na casa de Eliane. Depois, mais para a frente, eu soube que a Janaína viria para ganhar o nenê. E aí não tive participação, não tive acesso, não tive, não conversei hora nenhuma com ela. A minha irmã me ligou, 5 horas, manhã mais ou menos, e falou comigo que a menina estava em trabalho de parto, com muita dor e se eu não poderia acompanhá-la ao hospital, que seria a maternidade. Maternidade porque ela era usuária de droga. E ela nem tinha feito o pré-natal, pelo que a Eliane tinha me falado. Aí nós... Eu falei: *“Eliane faz o seguinte: vem que eu encontro você”*. Passou um tempo, eu liguei para a Eliane ou a Eliane me ligou, eu não me lembro, porque se tiver, também nas investigações do celular vai saber, porque está tudo escrito lá. Tudo o que eu estou falando tem como comprovar. Eliane foi e falou comigo assim... Eu falei: *“Onde você está?”* Ela falou: *“Eu estou aqui perto da Pepsi”*. Aí eu virei e falei assim: *“Ah, mas aí eu não sei lhe falar como é que você vai, porque a maternidade você tem que entrar ali perto da Petrobrás, da FIAT, sentido a Teresópolis; mas, Eliane, não vai, não, porque eu não sei lhe falar; vai perder, e, como a menina está sentindo muita dor, vem pro Regional”*. Eu moro próxima ao Regional, meu endereço é próximo ao Regional.



Vimos próximo ao Regional. *“Eu te encontro lá”*. Encontrei elas. Chegou, a menina estava com dor. Entrou no hospital. A Eliane acompanhou ela. Até então eu estava como acompanhante. E aí ela foi consultada pela emergência. Depois a médica pediu para ela fazer uma caminhada, porque ela estava, não sei, 3, 4 centímetros de dilatação, para ela fazer uma caminhada, porque tinha outras pacientes, e melhorava quando ela voltasse, assim, facilitava o parto, a dilatação. Aí, nós ficamos lá fora. A menina ficou com a gente, nós três. Ela até falou que não queria o menino. Ela agachava. Ela fazia agachamento. Ela pulava. Ela corria: *“Esse menino tem que sair logo, eu não quero ele mais”*, e tal. E aí deu 7 horas e meia. No que deu 7 horas e meia, nós não entramos pela porta de emergência; nós entramos por outra porta. No entrar nessa outra porta, a menina estava com mais dor, a dor frequente. E atrás, uma pessoa falou assim — do hospital que eu não sei falar com o senhor: *“Não tem médico aqui hoje, a médica que está de plantão já foi embora e não tem médico. Então, não atende os pacientes, não”*. Aí a Janaína falou assim: *“Mas e eu, eu estou passando muito mal”*. Ele falou: *“Não sei”*. Aí eu, trabalho há 14 anos na Prefeitura, tenho conhecimento, tanto é que, quando eu fui para a delegacia, a primeira pessoa, antes de chegar à delegacia, que eu liguei, o Dr. Tito está aí e ele pode me comprovar, eu liguei foi pra ele, não foi Dr. Tito? Eu liguei pro Dr. Tito. A gente tem conhecimento, sabe, Dr. Arnaldo? A gente tem os telefones das pessoas. Então, eu pensei, naquela hora ali, no Guilherme. Por quê? Porque falou que não tinha médico. A pessoa que me veio à cabeça foi o Guilherme. O Guilherme me conhecia sim, me conhecia, porque a gente trabalhou junto. Desculpa, nós trabalhamos juntos, não, nós nos conhecemos porque houve um trabalho que foi feito na ASMUBE, a gente se conhecia, sim. Amizade não. Nós não éramos amigos, mas de conhecido, sim, como eu conheço várias pessoas. A gente tem acesso às pessoas. Por quê? Eu trabalhava no setor de estágio da Prefeitura, na Secretaria de Administração, então, eu tenho o telefone dessas pessoas em meu celular. Aí a menina da recepção ainda falou assim: *“Você tem o telefone do Guilherme para me passar, porque às vezes a gente quer falar com ele e não consegue”*. Eu passei o telefone pra menina. E, nesse meio tempo, a Janaína passou mal, e a Eliane foi pro banheiro com ela. A menina falou assim: *“Não, vou esperar eles falarem que aqui não tem médico, não. Ela está passando muito mal, me dá o documento dela”*. Eu



peguei um documento, que era um papel ofício, que fala, entreguei pra menina, que era a bolsa dela em que estava o documento. Entreguei pra ela. Depois disso, é que eu vi... Para a recepcionista, para a moça que fez a primeira...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. CLÁUDIA GONÇALVES DENISE GIANI - Isso, o registro. E elas entraram. E aí entrou, a Eliane passou mensagem para eu levar a máquina fotográfica, tem isso no celular dela também, para ela levar a máquina pra tirar foto do neném, ainda falou assim: *“Eu vou assistir ao parto”*. Tem no celular também mensagem. Ainda falou comigo: *“Eu vou assistir ao parto. Traz a máquina”*. Então, quer dizer, a gente tinha toda uma preocupação, Dr. Arnaldo. A gente que estava com a criança lá... Eu não pensei, em hora nenhuma — minha boca está secando muito —, em esconder meu documento. Tanto é que eu dei meu nome completo. A minha assinatura está lá. A minha identidade está lá. Hora nenhuma, eu não falei que eu era outra pessoa; hora nenhuma, eu não assinei errado; hora nenhuma, eu não dei as caras. Quando eu entrava no hospital, eu sempre apresentava a minha identidade. Não existe jaleco branco dentro de hospital. Se existir, eu gostaria muito que me provassem isso, porque não existe. Falei com o Guilherme, sim. A Eliane internou com a menina, acompanhou ela, ganharam neném, foi tudo bem. No outro dia, levei um lanche para ela no hospital. Se tiver a câmera, também se pode comprovar isso. Quem estava lá fora? Guilherme e... Eu não sei, não me lembro bem se era Marcos ou Márcio. Estávamos eu e minha irmã. Ele apresentou para a gente esse rapaz, que me parece que era do administrativo ou do financeiro, não sei. E ele comentou comigo... Conversamos lá fora. Durante 2 minutinhos, conversamos, e ele falou comigo: *“Qualquer coisa que você precisar...”* Ainda falou: *“Você está aqui por qual motivo?”* Falei: *“Minha irmã está acompanhando uma pessoa que ganhou neném”*. Foi essa a minha fala. *“Se precisar de alguma coisa...”* *“Tudo bem”*. À tarde, nós ficamos sabendo que o neném não iria ter alta. E ficamos muito preocupadas. Eliane me ligou e falou comigo assim: *“Cláudia, será que o neném está com algum problema?”* E nós pensávamos sempre no pior, sempre na hipótese, para o senhor ter uma ideia, de que nunca ia acontecer isso. Nós pensamos na hipótese de a criança estar passando mal, estar muito doente. E, aí, o que eu fiz? Eu liguei para o Guilherme. Da Prefeitura, liguei para o Guilherme do



meu celular. *“Guilherme, é Cláudia, tudo bem? Lembra que eu fui aí de manhã? Minha irmã está acompanhando a menina de que eu te falei. Eu gostaria de ver com você, porque o neném não teve alta, e o médico não falou para gente qual seria o motivo. Ele não falou.”* Ele foi e falou assim: *“Cláudia, procura Madalena, que é assistente social. Ela vai saber te explicar”*. Deu o tempo? Passou? Está certinho? Aí, cheguei no hospital, apresentei minha identidade, subi, procurei Madalena, não encontrei Madalena. Quando eu entrei — e tem imagens disso no hospital —, eu dei de cara com o médico. O médico se chama Dr. Frederico. Ele se apresentou e eu me apresentei para ele. Falei com ele que eu estava procurando a Madalena, que ela era assistente social, e ele falou assim: *“Ela não está aqui”*. A menina falou: *“Ela não está aqui”*. E ele estava falando para a Eliane e para a Janaína por que o neném não ia sair. Falou que não ia sair, mas não falou o porquê. Aí eu virei e falei: *“Dr. Frederico, meu nome é Cláudia”*. Aí eu falei com ele: *“Eu trabalho na Prefeitura”*. Essa foi a hora em que eu falei com ele que eu trabalhava na Prefeitura. Foi isso que eu falei. Não falei... Não. O Guilherme me conhece, ele sabe que eu trabalho na Prefeitura. Nunca trabalhei na área da saúde. E aí ele virou e falou comigo assim: *“Cláudia, você tem que procurar Madalena”*. E Madalena não atendeu a gente depois, explicou que a menina era usuária, que ela estava preocupada. E a fala dessa foi essa. Mais tarde, como eu já havia procurado o Guilherme e liguei para ele novamente falando com ele da situação do menino, ele falou que me daria um retorno e não me deu. Como não me deu o retorno, eu liguei várias vezes para ele, para ele tentar, porque ele falou que iria falar com a Madalena para ver o que era e não me falou. No final da noite, quando eu já havia ligado para ele umas cinco ou seis vezes, ele falou comigo que era para a minha irmã procurar o médico de plantão. Eu gostaria de deixar bem claro, Deputado Arnaldo, que eu era funcionária pública. Perdi tudo na minha vida. Só não perdi, graças a Deus, a tranquilidade de deitar na minha cama à noite e saber que eu estou falando a verdade, de estar com alguma preocupação de mais tarde vir à tona uma coisa que eu não falei, uma inverdade, que eu omiti uma coisa. Em hora nenhuma eu tenho essa preocupação, sabe, Dr. Arnaldo? Tanto é que eu sentei com os meus dois filhos e falei com eles: *“É isso, isso e isso. Por quê? Amanhã ou depois, quando alguém chegar para vocês na escola e falar isso, isso e isso, vocês vão ter como argumentar que a sua mãe*



não é o que eles estão falando.” Então, hoje eu estou aqui com um pesar muito grande. Muito grande mesmo, porque eu não esperava isso nunca, nunca de ser indiciada, Dr. Tito, por tráfico de criança. Nunca na minha vida. Igual eu falei com o senhor, a mesma fala que eu falei com o Guilherme, a mesma ligação que eu fiz para o Guilherme, eu fiz para o Dr. Tito também. Então, ele é uma prova viva de que a gente não força ninguém a fazer nada. As pessoas sabem o que têm feito. E como eu estou muito tranquila na minha situação, tenho pedido muito a Deus força e sabedoria, porque isso não veio por qualquer coisa, não. Isso veio por alguma coisa na vida da gente. É isso que eu tenho imaginado.

Muito obrigada, Dr. Arnaldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, senhora.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Luiz Couto. Antes, porém, eu queria perguntar só, rapidamente, o seguinte: a sua formação, qual é?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Eu sou pedagoga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pedagoga, não é? E era funcionária pública há 14 anos? Você falou.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Era.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora era contratada ou era... A senhora era contratada? Cargo comissionado da Prefeitura?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Cargo comissionado, e trabalhei nos dois governos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Luiz Couto, que quer fazer algumas...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Além de ter curso superior em Pedagogia e ser também funcionária pública municipal, o relatório diz que você exerceu outros cargos públicos relevantes. Que outros cargos você...

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Nenhum.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nenhum?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Nenhum. Cargo público relevante, nenhum.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nenhum.



A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Eu sempre trabalhei na Prefeitura, como cargo comissionado, e trabalhava em empresa privada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, você...

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Mas...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foram esses cargos que você exerceu. Que outros cargos além...

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Ah, tá, eu era secretária de diretoria, numa empresa privada, e recepcionista.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Eu fui recepcionista.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você sabe que você foi indiciada? É claro, ainda tem... Você foi indiciada por tráfico de crianças — art. 238 da Lei nº 8.069, de 1990. Também você foi indiciada por parto suposto, crime de parto suposto, por uso de documento falso e, ainda, por advocacia administrativa e por falsidade ideológica. São esses os crimes de indiciamento que foram encaminhados à Justiça pelo Delegado de Polícia Tito Lívio Barrichello. É claro que você terá oportunidade de... E é importante perceber que o próprio Dr. Tito Lívio Barrichello disse que não houve indiciamento nenhum por uma questão de quadrilha, porque não encontrou elementos, embora esteja ainda nas investigações. Então, é também importante que... O Dr. Lívio já dizia isso no seu relatório. Mas eu queria agora perguntar, só a partir do relatório, para você poder nos esclarecer.

A primeira é o seguinte: .. *“em reunião realizada no referido estabelecimento de saúde, presente esta autoridade policial”* — no caso o Dr. Tito Lívio — *“e seus investigadores, o diretor do Hospital, o Sr. Guilherme Carvalho Paixão, a assistente social do Hospital, a Sra. Maria Madalena Gomes Pereira, e a psicóloga, Sra. Adriana Lima Leonel...”* Você conhece esses três, o Dr. Guilherme, a Sra. Maria Madalena Gomes e a psicóloga, Sra. Adriana Lima Leonel?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não, a psicóloga eu não conheço; o Guilherme eu conheço; e a Madalena, eu conversei com ela. Ela atendeu a gente uns 5 minutos...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - ...lá no hospital.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí foi informado que a parturiente, naquela época ainda com o nome de Selena Castiel Gualberto — depois é que foi identificado que ela não era a Selena —, sua acompanhante Eliane Cristina Gonçalves Figueiredo, que é a sua irmã, Azzi, e a responsável pela internação, Cláudia Denise Gonçalves Giani... Ou seja, pergunto: você foi a pessoa responsável pela internação da Janaína, que, àquela época, naquele momento, foi internada para dar à luz à criança com o nome de Selena Castiel Gualberto?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Sim, fui eu que fiz a internação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo, muito bem.

Cláudia, ainda, *“segundo a assistente social Madalena Gomes Pereira”* — fl. 36 do inquérito —, *“Selena informou, no momento da internação, que era usuária de maconha. Com base neste dado, a parturiente Selena passou a receber acompanhamento psicológico. Durante as entrevistas, a parturiente Selena, por diversas vezes, confundiu dados a respeito de seus familiares. Inclusive, em determinado momento, errou o próprio nome, quando mencionou o prenome de Janaína.”*

“Foi informado que a acompanhante Eliane Cristina Gonçalves e a responsável pela internação” — você já respondeu —, *“Cláudia Diniz Gonçalves, de forma desarrazoada, buscavam a imediata liberação da criança, mesmo com a informação de que o médico responsável ainda queria realizar alguns exames complementares em benefício da saúde do bebê.”*

Eu pergunto: o que você diz dessa acusação?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Na realidade, o médico não falou hora nenhuma com a gente o que o neném tinha. Nós não queríamos que o neném saísse; muito pelo contrário, nós fomos lá perguntar por qual o motivo o neném não sairia, o que ele teria, qual é que era... O que o médico falava, qual era o problema que ele teria para ficar. Essa era a nossa preocupação. Hora nenhuma nós pedimos para o neném sair.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Segundo o depoimento da Sra. Maria Madalena Gomes Pereira (fls. 36/37): *“(...) a depoente relata que Eliane e Cláudia procuraram a mesma e questionou o motivo da entrevista com Selena, perguntando*



o que estava acontecendo, pois haviam retirado apenas Selena para conversar, havendo mais três pacientes na mesma enfermaria. Que a depoente respondeu que é normal o atendimento aos pacientes e que as outras já haviam conversado anteriormente. Percebendo Eliane que Cláudia e Eliane se sentiram aliviadas (...)”.

Essa conversa que você teve com a Selena foi na maternidade?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Com a Madalena, não é?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não, na realidade, quando eu procurei o Guilherme, o Guilherme pediu para procurar a Madalena para informar por qual motivo que o neném não sairia. Essa foi a nossa conversa com a Madalena.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo, mas Madalena disse que você e Eliane conversaram com a Cláudia e depois que você percebeu...

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Cláudia sou eu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É Cláudia?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - É, eu sou a Cláudia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Cláudia. Que você... e aí vocês se sentiram aliviadas com a resposta que a Madalena deu de que a depoente respondeu, no caso a Madalena, que é normal o atendimento aos pacientes e que já tinha conversado com as outras anteriormente, porque vocês disseram: "*Mas por que não conversou com as outras e só com Selena?*"

Você teve uma conversa com Selena antes que ela tivesse a conversa com a Maria Madalena?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Muito confuso, Dr. Luiz. Não houve... Selena não estava...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É o texto que está aqui.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não, na realidade...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você confirma isso ou não?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não, não confirmo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto.

Tal contexto, diz ainda... Aí, diz a "*médica do Hospital Regional de Betim, Miriam Regina de Oliveira Teixeira (fls. 107/108), que afirmou, categoricamente, a pressão exercida por Cláudia para liberar Janaína e seu filho do hospital.*"



O que você diz dessa acusação?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não conheço a médica. Não falei hora nenhuma com a Miriam. Não existe Miriam. Não conheço Miriam.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas é a médica, não é?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - A médica, não conheço a médica.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não conhece a médica que fez o parto?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não, não fiquei lá. Não sei nem quem é.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto. Mas está aqui.

Ainda, *“Conforme expressão de Miriam Regina de Oliveira Teixeira:”(…) Que tal acompanhante, Cláudia, disse para a declarante: Eu quero conversar sobre o filho de Selena, quero saber por que o mesmo não teve alta e se seria possível adiantar a alta (…)”*.

O que você diz dessa acusação?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Dr. Luiz, eu continuo falando que eu não conheço a Miriam. Não tive...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas eu pergunto dessa acusação. Não quero que você...

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não, não...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você aceitaria fazer uma acareação...

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... com a Dra. Miriam?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Sim, sim...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vamos pedir isso.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Sim. Eu não conheço ela. Não sei quem é ela.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vamos pedir isso aqui.

“Na referida reunião, o diretor do Hospital Regional de Betim, o Sr. Guilherme Carvalho Paixão” — que você disse que conhece — “informou que na tarde do dia 9/9/2013 fora abordado pela investigada Cláudia, que buscava a imediata liberação



da parturiente Selena. Neste dia, o Diretor do Hospital Regional de Betim recebeu 15 (quinze) ligações de Cláudia.”

O que você diz dessa acusação?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Vou falar a mesma coisa. Não foi só na parte da tarde, no final da tarde. Foi pela manhã. Eu encontrei com ele antes. Nós conversamos algumas questões relacionadas... *“Oi! Tudo bem? Como é que está?”* Essas questões. E, no final, à noitezinha, 6 horas, 6 e pouquinha, eu não sei precisamente o horário, que eu liguei para ele e perguntei para ele: *“Ô, Guilherme, tem como você olhar para mim, porque, lembra da minha irmã, que está acompanhando uma pessoa que ganhou neném? Então, o neném não teve alta, e o médico não falou o motivo, tanto é que foi ele que me instruiu a procurar a assistente social chamada Madalena.”*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Você confirma ou nega que deu 15 ligações para o Dr. Guilherme?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Confirmo que eu conversei... Confirmo; confirmo. Confirmo, porque ele ficou de me dar um retorno e não me retornou.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tá o.k. *“(...) a investigada Cláudia valia-se da condição de funcionária pública do Município de Betim, para alcançar seu intento de liberar imediatamente a parturiente Selena e o bebê recém-nascido do Hospital Regional de Betim?”*

O que você diz sobre essa acusação?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Isso não procede, Dr. Luiz.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não procede. Tá bom.

Aí, ainda continua: *“No intento de liberar a parturiente, Cláudia enviou mensagem ao diretor do Hospital Regional de Betim”* — é importante a gente colocar, para que você possa, não é? — *“, Guilherme Carvalho Paixão (fls. 90/91), com o seguinte conteúdo.”* Olhe aqui. É o que está lá, entre aspas.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não; eu sei, o Paixão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - *“A Miriam falou que você disse que nós usamos seu nome em vão”* — você dizendo para o Dr. Guilherme — *“Que você nem*



me conhece. Fiquei muito triste, pois nessas horas é que contamos uns com os outros, mas Deus lhe pague por tudo.”

Você confirma que disse isso para o Dr. Guilherme Carvalho Paixão?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Sim. Confirmo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Confirma?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Confirmo. A Miriam... é porque quem me falou isso — eu não conheço a Miriam. Quem me falou foi a minha irmã, que desceu lá embaixo e me falou da Miriam.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tá. Tá bom. O fato é que você confirma...

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Tá. Não, eu confirmo; confirmo; confirmo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ainda: *“Conforme afirmou o diretor do Hospital Regional de Betim, Guilherme Carvalho Paixão, (fls. 90/91), a insistência da funcionária pública do Município de Betim, Cláudia Denise Gonçalves, em liberar a parturiente era tamanha que chegou a pressionar os membros da equipe médica, usando indevidamente o nome do diretor do Hospital Regional de Betim, denominando-o ‘Gui’ e, em outras vezes. ‘Guizinho’.”*

Você, o que é que diz dessa acusação?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não. Não existe isso. Não procede, não procede.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não existe. Certo.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - O senhor quer que eu explique?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, não.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Se o senhor quiser, eu explico o motivo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pode dizer. Explique. Explique.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não existe “Gui”, primeiro porque eu não tenho intimidade com ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tá. Eu só estou dizendo se você confirma ou nega essa informação.



A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não, eu gostaria de explicar, tá, Dr. Luiz?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Explique, explique.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Porque o seguinte: eu liguei várias vezes para ele, sim, porque ele me atendeu e falou comigo que ele ia olhar com o médico e ia me dar um retorno. Ele não me retornou. Ele, não me retornando, falou que estava resolvendo um problema, que ele me retornaria. Eu estava esperando. E aí ele não me retornou. Por esse motivo eu liguei para ele várias vezes. Hora nenhuma eu forcei ninguém a ser liberado do hospital, primeiro porque eu não tenho esse poder, né? E, segundo, que nós gostaríamos de saber... Eu gostaria de saber até se tiver né, essa, não sei, o telefone, que eu não sei falar, que, quando eu falei com ele, eu pedi para ele olhar o que é que estava acontecendo com o bebê. Eu não queria que ele saísse. Eu queria saber qual era o motivo que ele não saiu, porque o médico falou que ele estava com algum problema.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Claro.

Cláudia, você conhece a Selena Castiel Gualberto?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Conheço. Conheci ela na casa do Alexandre.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o Breno também, o marido dela?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Sim. Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Você conhecia Janaína antes de ela ser conhecida por Selena?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Conheci.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Conheceu.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Conheci, porque eu encontrei com ela no hospital, né?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito bem. Ótimo! Aí vem a pergunta: conforme ficha de atendimento hospitalar — é no documento que tem da Polícia, não estou... —, o termo de responsabilidade, você já confirmou.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Confirmei. Assinei.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Que você, utilizando o nome de Selena Castiel Gualberto, que foi internada em 8/09/2013... É isso mesmo?



A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Na realidade, Dr. Luiz, eu entreguei o documento fechado. Fiquei sabendo da situação da Selena depois do documento... que seria Selena, depois que tinha sido feito o...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ou seja, mas ela foi...

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - ...a guia de internação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...ela foi internada ainda com o nome de Selena.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Foi, mas eu entreguei o documento fechado. Eu não sabia. Fiquei sabendo depois...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Está bom.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - ...que eu entreguei o documento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas que você que assinou como responsável pela internação.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Foi. Foi. Foi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É só isso que importa. *“Cláudia Denise Gonçalves Giani, (fls. 96/ 98)”*— é você que está dizendo — *“confirmou que é sua a assinatura e o número da identidade...”*

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - *“...postados no Termo de Responsabilidade (fls. 35), onde consta o internamento de Janaína Resende de Carvalho, usando o nome de Selena Castiel Gualberto. Nesse documento, Cláudia Denise Gonçalves Giani, entre outras declarações, responsabiliza-se pela internação e pela retirada da paciente.”*

E, agora, só para concluir, mais duas questões: *“Segundo se expressou Cláudia Denise Gonçalves Giani:”* — aí abre aspas: *‘(...) que confirma ser sua a assinatura, no termo de responsabilidade do Hospital Regional de Betim pela internação de Selena Castiel Gualberto (...)’*.

Você já confirmou isso, não é?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Confirmei.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aí diz assim: *“Os vídeos e suas respectivas comunicações de serviço, (fls. 267/ 269), produzidas pelos*



investigadores desta delegacia, trazem claramente as imagens de Cláudia Denise Gonçalves” — mais sua irmã, e mais Janaína — “, nas mais diversas situações, demonstrando que...” — que vocês todas tinham o domínio sobre a situação, daquela situação ilegal ou ilícita que estava sendo investigada.

Você sabia que há um... Você disse que teve conhecimento de que Selena não era Janaína, porque você entregou o documento e soube, depois, que isso aqui, que ela não era a Janaína... que não era a Selena, mas era a Janaína, porque foi usado o nome de Selena, para que, de fato, ao nascer um filho, aquela criança pudesse ser registrada como filho legítimo da Selena. Você não conhecia, como você diz lá, não conhecia que Selena não era Selena, mas era Janaína.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Eu sabia que era Janaína, mas, na hora da entrega do documento, que eu peguei na bolsa dela, o documento estava fechado, eu entreguei para a menina. E aí que eu descobri, depois que a moça fez a ficha, que ela entrou como... que era o documento da Selena.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Na bolsa dela?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Na bolsa dela. Porque, quando a minha irmã entrou no banheiro com a Janaína, que estava passando mal, eu fiquei com as duas bolsas. E eu estava de acompanhante lá, na recepção, eu que estava com elas. A menina me pediu... a recepcionista: *“Me dá o documento, que eu já vou fazendo a ficha, que ela está passando muito mal. E ela já entra”*. E aí eu abri a bolsa dela e entreguei o documento para a menina. Como eu era a responsável lá na hora, eu dei meu documento, porque é o meu documento que era o... Eu... Não era eu? Então, eu que entreguei. Por isso que eu assinei o termo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E só para concluir, que é a última questão. *“De acordo com as palavras do referido médico, o Dr. Frederico Jardim...”* Conhece esse médico?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não, não conheço. Como é que é? Desculpa, doutor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Frederico Jardim.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Conheço. Conheci. Conheço.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele diz o seguinte (fls. 226/228) — abre aspas: “(...) *Cláudia se identificou como funcionária pública da administração do Município, sendo uma moça de cabelos louros, pedindo diversas vezes a liberação, ou seja, a alta do bebê, apesar de o declarante, que é médico, afirmar que, por questões de saúde o bebê ainda deveria permanecer em observação. Tal fato foi uma atitude desmedida*” — é isso o que ele está dizendo — “, *que chamou a atenção, pois apesar de Cláudia ser informada que o motivo da não liberação era a saúde do bebê, Cláudia insistia em liberá-lo imediatamente, informando ser funcionária pública (...)*”.

O que você diz dessa informação do Dr. Frederico Jardim?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Eu falo que é mentira, porque não houve... Na fala, na realidade, o intuito de tudo era saber o que o neném tinha, qual motivo ele não foi liberado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você aceita também uma acareação com o Dr. Frederico?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Sim, sim...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sra. Cláudia, eu, na verdade, não ia fazer perguntas, mas o seu depoimento me deixou confuso em duas questões que eu queria que a senhora pudesse esclarecer.

Essa moça, essa jovem, Janaína, ela veio para Belo Horizonte com 6 meses de grávida. Ela veio para Belo Horizonte com 6 meses de grávida. Era do conhecimento da sua irmã e do seu cunhado que essa gravidez era uma gravidez indesejada. Mais do que isso, era uma gravidez clandestina, submetida a diversos constrangimentos e, provavelmente, o desabamento de uma família. Ela veio para Belo Horizonte numa articulação, em que a sua irmã e o seu cunhado foram informantes da Selenia num primeiro momento, depois, pelo menos a sua irmã, pelo o que já foi dito aqui, passou a fazer as tratativas para que esse parto chegasse ao seu final e essa criança fosse adotada por quem, vamos dizer, por quem tinha interesse na adoção, que era a Selenia e o Breno.

Foi alugada uma casa. Foram mantidos suprimentos, apoio, logística, alimentos, carinho. Segundo os depoimentos aqui, foram afeto, vínculos afetivos,



segundo a Sra. Eliana depois aqui, de forma emocionada. A senhora... Eu não sei se eu entendi, vou lhe fazer a pergunta, e não tome isso como... mas é só... A senhora quer dizer que, quando entregou o documento dessa parturiente, chamada Janaína, a senhora não sabia que ela estava se passando por Selena?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não, que ela estava se passando por Selena, não. Eu sabia que ela viria ganhar o neném... Essa situação toda que o senhor falou eu sabia, até porque nós somos irmãs, a gente é uma família. Agora ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Unidas, segundo a senhora, muito próximas, muito...

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - ... unidas, sim, graças a Deus... Agora, situação de documento, aí é que eu não sei ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, a senhora está me dizendo que a senhora, de boa-fé... A senhora afirma aqui para nós que a senhora, quando foi lá para dar assistência à Janaína, a senhora, na sua consciência, ela estava dando... Quando a senhora pegou da bolsa, que esses documentos, talvez, tenham sido repassados no banheiro...

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, não sei. Eu estou dizendo talvez, é a minha conjectura...

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Ah, tá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora entregou esse documento retirado da bolsa dela, tendo a convicção de que a senhora estava entregando um documento formalizado enquanto Janaína. É isso que a senhora está nos dizendo? Só para entender.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora não sabia dessa clandestinidade, a senhora não sabia dessa inconveniência de revelar a verdade, de os personagens se assumirem enquanto eles mesmos, a senhora não sabia de nada disso?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora estava lá como uma pessoa para ajudar e entregou os documentos apenas para fazer uma boa-fé. A senhora não sabia de nada desses ilícitos, dessas irregularidades, dessas... dessas coisas criminosas que estavam sendo feitas.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não, eu sabia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Porque isso é crime, previsto no Código Penal Brasileiro.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - É. Eu sabia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora está nos dizendo isto: que a senhora não sabia de nada disso.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não, de nada não. Eu não sabia do documento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E que ela estava se passando por Janaína.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Do documento não, porque o documento estava fechado, Dr. Arnaldo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, eu sei. Não estou dizendo que a senhora viu o documento nem abriu. Eu estou dizendo que essa família unida, cúmplice, confidente...

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Sim, não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Essa família que participou disso de forma consciente, a senhora quer dizer que a senhora até então, até o nascimento dessa criança, a senhora sabia... Na sua consciência, era que estava ali a Janaína, que ia ter uma criança, que não tinha nada a ver com Selena, não tinha nada a ver com Breno, não tinha a ver com nada.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Eu não sabia do documento. Eu sabia que a Selena estava vindo, que ia receber o neném. Sabia da Janaína, sabia que a Janaína estava sendo acolhida pela minha irmã e pelo meu cunhado, a pedido da Selena. Sim, sabia, sabia de toda a história.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas que ela estava se passando por Selena não...



A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Agora, o documento eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Que ela estava se passando por Selena a senhora não sabia.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não sabia, não sabia, não sabia. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora, a senhora é capaz de afirmar aqui nesta CPI, sob o cumprimento de falar a verdade, que todas as vezes... (*Inaudível.*) Só um minutinho, senhor, que eu não lhe passei a palavra, doutor. O senhor, por favor, depois o senhor consigne na ata os seus protestos se o senhor achar devido, mas não interrompa o interrogatório, porque o senhor não tem esse direito. Então, veja bem, a senhora quer nos dizer aqui que todas as vezes que a senhora se reportava à Janaína, lá dentro do hospital, tão atenciosa que a senhora é, tão humanizada com aquela situação, tão desejosa de fazer o bem, a senhora se dirigia à Janaína pelo nome de Janaína.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora se dirigia como?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Porque depois que eu entreguei o documento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, como é que a senhora se relacionava com ela?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Na verdade, eu conversei com ela uma vez só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora se dirigia como? Como Janaína?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Não falei o nome dela hora nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Por quê? A gente não chama as pessoas pelo nome?

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Eu não fui lá visitar a Janaína. Eu fui lá olhar a questão do neném.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tá bom. Muito obrigado. A senhora, se quiser ainda fazer alguma consideração, a senhora está à vontade para fazer as considerações que a senhora considere importante para esclarecer os fatos nesta CPI, Sra. Cláudia.

A SRA. CLÁUDIA DENISE GONÇALVES GIANI - Olha, Dr. Arnaldo, o que eu tenho falar aqui e o que eu vim aqui falar é a verdade. Querendo ou não, não sei se ficou claro para vocês ou se não ficou, eu tenho a verdade. Como eu disse para o senhor desde o princípio, e o meu filho ontem me cobrou isso, nós... E doa a quem doer, haja o que acontecer, eu sempre falei que a gente tem que falar a verdade. Então, hoje eu tenho muita tranquilidade em chegar aqui e falar o que aconteceu. E a verdade não adianta, a mentira vem, não adianta, né? Então, eu tenho muita tranquilidade hoje de fazer isso. Eu queria muito agradecer mesmo a todo o mundo e principalmente a vocês. Muito obrigada, viu, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado. A senhora está liberada, o seu advogado também. Muito obrigado. Boa sorte.

Não havendo mais nada a tratar, nós damos por encerrada esta audiência pública, agradecendo a presença de todos, dos depoentes, do defensor dos depoentes, das pessoas que nos ajudaram a compreender um pouco mais este caso e outras realidades aqui do Estado de Minas Gerais, do Município de Betim, aos familiares aqui presentes, à nossa equipe de assessoria, sempre muito atenta, passando fome junto com a gente até esta hora, como sempre.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a sessão.